

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

REJANE INÊS KIELING

JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS
ECONÔMICOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Porto Alegre

2009

REJANE INÊS KIELING

JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS
ECONÔMICOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

K47j

Kieling, Rejane Inês

Janela de oportunidade demográfica: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil / Rejane Kieling. – Porto Alegre, 2009.

102 f.

Ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Ricardo Dathein.

Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

1. Demografia : Crescimento econômico: Brasil. I. Dathein, Ricardo.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 314.17

REJANE INÊS KIELING

JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS
ECONÔMICOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em Porto Alegre, 21 de outubro de 2009.

Prof. Dr. Ricardo Dathein – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Stefano Florissi - Examinador

UFRGS

Prof. Dr. Gentil Corazza - Examinador

UFRGS

Prof. Dra. Elenice Gonçalves Cunha - Examinadora

FACOS

DEDICATÓRIA

Ao meu alicerce.
Meu melhor exemplo.
Fonte de amor e felicidade:
Minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me ensinado o valor da educação;

Agradeço à minha amada irmã pelo seu apoio e carinho;

Agradeço ao meu colega e amigo Régis Santos pelos incentivos que me deu ao longo do curso e na elaboração dessa dissertação;

Agradeço de uma forma muito especial a ajuda e a paciência do meu orientador;

Agradeço à minha colega de trabalho Ilda Jahns pela amizade que tem demonstrado por mim ao longo de tantos anos de convívio;

Agradeço de todo meu coração ao Sr. Rogério Kerber pelo apoio, carinho e estímulo que tenho recebido desde o início dessa caminhada;

Agradeço às minhas amigas para sempre: Elga, Denise e Luiza por todo apoio, carinho e amor que tenho recebido desde os tempos da Faculdade de Economia. Sem vocês a vida não teria o mesmo brilho!

RESUMO

Este trabalho analisa as relações entre o processo de transição demográfica pelo qual o Brasil está passando e o crescimento econômico. Levando em consideração o que os demógrafos denominam de “janela de oportunidade demográfica”, o Brasil tem hoje uma potencialidade única para acelerar o crescimento econômico e conduzir o país para um desenvolvimento sustentado. O trabalho está dividido em três capítulos. Partindo da discussão filosófica entre o iluminista Marquês de Condorcet e o pastor anglicano Thomas Malthus, apresenta-se a teoria da transição demográfica e a relação entre transição demográfica e desenvolvimento econômico, com destaque para a transição das tendências de mortalidade e de fecundidade. O processo de transição demográfica que o Brasil está passando e as possibilidades de crescimento econômico advindas da demografia são apresentadas no segundo capítulo. No último, são discutidos dois pontos essenciais para o sucesso de qualquer política que vise crescimento econômico sustentável: o mercado de trabalho brasileiro e o sistema educacional do país. Apresenta-se, também, uma análise da desigualdade social no Brasil. Considerando-se que as oportunidades demográficas se apresentam tão somente por este lado, procura-se demonstrar a importância da inserção do componente populacional na agenda das políticas públicas como um fator que pode contribuir para a aceleração do crescimento econômico do Brasil. Caso contrário, o componente demográfico reduzirá sua eficiência e o país se afastará dos objetivos de um desenvolvimento econômico com redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Transição Demográfica. Crescimento econômico. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work analyzes the relationship between the process of demographic transition, through which Brazil is going, and the economic growth. Taking into consideration what the demographers call “window of demographic opportunity”, Brazil has a unique potentiality to speed up the economic growth and lead the country to the sustainable development. The work is divided into three chapters. The theory of the demographic transition and the relationship between the demographic transition and the economic development is based on the philosophic discussion between the illuminist Marquis de Condorcet and the Anglican minister Thomas Malthus, with emphasis on the transition of the mortality and fertility tendencies. The demographic transition process Brazil is going through and the possibilities of the economic growth arising from the demography are presented in the second chapter. The last chapter discusses two essential points for the success of any policy that aims at the sustainable economic growth: Brazilian labor market and educational system of the country. Furthermore, the social inequality is analyzed as well. Considering that the demographic opportunities are only presented from this viewpoint, the work tries to show the importance of introducing the populational component in the agenda of the public policies as a factor that may contribute to speeding up the economic growth in Brazil. Otherwise, the demographic component will reduce its efficiency and the country will stray from the objectives of economic development aimed at reducing the social inequalities.

Key-words: Demographic transition. Economic growth. Public policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Transição Demográfica.....	23
Gráfico 2 – Brasil: Taxas de Fecundidade Total por Situação de Domicílio (1930-2004)	35
Gráfico 3 – Três cenários para a população brasileira (2000-2050).....	36
Gráfico 4 – Brasil: Taxas Líquidas de Migração Internacional por Sexo (Decenais) – 1980-1990.....	41
Gráfico 5 – Pirâmides etárias brasileiras (1950-2050)	44
Gráfico 6 – Mortalidade infantil e Esperança de vida (1950-2050)	45
Gráfico 7 – Peso relativo da população de 0 a 14 anos – 15 a 59 anos e 60 anos ou mais (1940-2000)	46
Gráfico 8 – Taxa de dependência (1900-2050).....	47
Gráfico 9 – Razão de dependência Total – Jovens e idosos – PIA – (1950 a 2050)	51
Gráfico 10 – Transição Demográfica no Brasil (1872-2050)	52
Gráfico 11 – População total ocupada e contribuinte, segundo grupos etários, Brasil, 2000..	54
Gráfico 12 – Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População - Brasil, França e Itália, 1900-2050 (%).....	55
Gráfico 13 – Taxa de Fecundidade Total, Brasil, França e Itália, 1900-2050	55
Gráfico 14 – Pirâmides Etárias, Brasil, França e Itália, 1950-2050	57
Gráfico 15 – Renda Individual de todas as Fontes e Renda Familiar de Pessoas com Diversos Níveis Educacionais.....	73
Gráfico 16 – Taxas de Atividades Específicas femininas. Brasil: 1950-2000.....	79
Gráfico 17 – Distribuição relativa da população, por renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)	80
Gráfico 18 – Pirâmides etárias dos grupos extremos, por faixa de renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000(%).....	81
Gráfico 19 – Composição da Ocupação por Escolaridade.....	86
Gráfico 20 – Percentagem da população vivendo com menos de um dólar ao dia, Brasil: 1990-2005.....	88
Gráfico 21 – População Ocupada e Contribuinte: Brasil (2000).....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esperança de vida ao nascer por sexo ganho absoluto – 1991 a 2007	38
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Estimativas do Saldo Líquido Migratório por Idade e Sexo – 1980-1990 e 1990-2000.....	40
Tabela 2 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos – Índice de Idosos e Idade Mediana, Brasil, 1950-2050.....	50
Tabela 3 – Rendimento médio real dos ocupados, com proporção do rendimento dos homens brancos – Brasil, 1992 a 2006 (rendimentos dos homens brancos com a mesma escolaridade = 100).....	66
Tabela 4 – Taxas de alfabetização de adultos no Brasil (em %).....	67
Tabela 5 – Evolução da escolaridade média no Brasil e países selecionados, 1960/2000. População de 15 anos ou mais de idade.....	69
Tabela 6 – Distribuição da população em idade ativa, por anos de estudo e sexo – Brasil, 1992 e 2006.....	71
Tabela 7 – Distribuição do Rendimento da População Economicamente Ativa: Brasil (1960-1999).....	75
Tabela 8 – Brasil: Taxa de Escolarização das Pessoas de 0 a 24 anos, segundo grupos de Idade e Quintos de Renda <i>Per Capita</i> – 2003 (em%).....	77
Tabela 9 – Taxas médias anuais de variação da ocupação e do PIB e elasticidade ocupação-produto – Brasil, 1984 a 2006.....	84
Tabela 10 – População de 0 a 14 anos, segundo renda domiciliar <i>per capita</i> (em salários mínimos), Brasil, 1980-2000.....	89
Tabela 11 – Esperança de vida ao nascer por sexo e ganho absoluto (1991/2007).....	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASPECTOS TEÓRICOS DO ESTUDO DA POPULAÇÃO	15
2.1 O PENSAMENTO DE CONDORCET	16
2.2 O PENSAMENTO DE MALTHUS	18
2.3 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.....	22
2.4 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	24
2. 4. 1 A transição da mortalidade.....	24
2. 4. 2 A transição da fecundidade.....	26
2. 4. 3 População e economia	27
3 A DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA.....	31
3.1 AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS NO BRASIL	32
3.1.1 A transição da fecundidade brasileira.....	33
3.1.2 A transição da mortalidade brasileira.....	37
3.1.3 Movimentos migratórios no Brasil	38
3.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL	41
3.3 TAXAS DE DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA E O BÔNUS DEMOGRÁFICO	45
3.4 COMPARAÇÃO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL COM A FRANÇA E A ITÁLIA	54
4 CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA.....	59
4.1 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	59
4.2 EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	67
4.3 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.....	79
4.4 FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade passa atualmente por um de seus melhores momentos demográficos, devido ao fenômeno da transição demográfica, o qual começa, de modo geral, com a queda das taxas de mortalidade, seguida, depois de certo tempo, com a queda das taxas de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional.

A redução das taxas de mortalidade é uma conquista da inteligência humana que começou ainda no século XIX e deixou uma herança positiva para o século XX. A transição de altos para baixos níveis de mortalidade se explica pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo avanço das técnicas medicinais, programas de saúde pública, acesso ao saneamento básico e da melhoria da higiene pessoal. Conquistas que foram além do otimismo dos pensadores iluministas e contradizem o sombrio princípio da população malthusiano.

Outro elemento essencial do processo civilizatório é a transição da natalidade. Entre as espécies vivas, somente o ser humano aprendeu a limitar sua prole. E o mais importante é o fato de que essa regulação da fecundidade ter ocorrido num quadro de aumento da sobrevivência com aumento do bem-estar da população, ou seja, baixas taxas de natalidade não foram decorrentes da escassez econômica. De modo geral, a queda da fecundidade ocorreu num ambiente de liberdade de escolha, começando pelas camadas mais influentes da sociedade.

A transição demográfica é um fenômeno que atinge todos os países. Nas regiões mais desenvolvidas a transição de altas para baixas taxas de mortalidade e de natalidade já se completou. Em muitas regiões em desenvolvimento as taxas de mortalidade já atingiram seus patamares mais baixos, mas as taxas de natalidade ainda necessitam de mais algumas décadas para alcançar o mesmo patamar das regiões desenvolvidas. Nas regiões mais pobres, especialmente os países ao sul do Saara e alguns países da Ásia, a transição da mortalidade avançou, mas a transição da natalidade ainda se encontra em fase inicial com um longo caminho ainda a ser percorrido até que as taxas se equilibrem.

O Brasil vem experimentando uma grande transformação no ritmo de crescimento e a estrutura de sua população. Trata-se de um fenômeno caracterizado pela sua universalidade, mas fortemente condicionado pelas condições históricas em que se realiza nos diferentes países. Sua diferença em relação aos países desenvolvidos, e sua semelhança com os outros países em desenvolvimento, não esgotam a sua originalidade.

A originalidade da transição demográfica no Brasil se dá pelas particularidades históricas onde ela se insere, permeadas por intensos desequilíbrios regionais e sociais. Por isso é um processo social que não se resume aos efeitos combinados das variáveis estritamente demográficas. Pelo contrário, imersa nas profundas mudanças sociais e econômicas pelas quais tem passado o Brasil, é, simultaneamente, uma de suas causas e um de seus efeitos.

O processo de transição demográfica, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa. Esta nova realidade abre várias janelas de oportunidades para as políticas públicas e para a redução da pobreza. Mas ao mesmo tempo, apresenta um desafio para as políticas macroeconômicas do país, uma vez que as possibilidades demográficas podem potencializar o crescimento econômico como também podem potencializar as adversidades econômicas e sociais, ampliando as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira.

O presente trabalho de dissertação tem por objetivo geral analisar os impactos econômicos da transição demográfica pela qual o Brasil está passando, tendo presente o que os demógrafos denominam de uma janela de oportunidade demográfica. E, como objetivos específicos: demonstrar a importância da demografia para o processo de crescimento econômico sustentado que possa levar ao desenvolvimento econômico e social; aprofundar o significado do termo “janela de oportunidade demográfica” e apresentar a necessidade da focalização de políticas públicas nas camadas mais pobres da população brasileira para o aproveitamento das vantagens apresentadas pela demografia. Para isso foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta as ardentes discussões filosóficas entre o iluminista Marquês de Condorcet e o pastor anglicano Thomas Malthus, o que demonstra que o debate histórico das questões populacionais e seus efeitos econômicos já estavam presentes no final do século XVIII. Neste debate, o crescimento populacional é visto por um lado como um fator limitador do desenvolvimento econômico, uma vez que a humanidade se encaminharia para um crescimento populacional acima de sua capacidade de abastecimento e, por outro lado, percebe-se uma capacidade entre os agentes de escolher pelo aumento de seu bem-estar através da utilização da racionalidade humana, ou seja, o crescimento populacional se daria de forma equilibrada, uma vez que as taxas de mortalidade e fecundidade se reduziriam ao longo do tempo. Na seqüência é apresentada a teoria da transição demográfica, dividida em quatro fases: pré-moderna; moderna; industrial madura e pós-industrial. O mesmo capítulo faz,

ainda, uma relação entre transição demográfica e o desenvolvimento econômico, com destaque para a transição da mortalidade e da fecundidade. E, finalmente, são analisadas as relações entre a demografia e economia associadas à transição demográfica.

As questões relacionadas ao processo de transição demográfica brasileira compõem o segundo capítulo do presente trabalho. A dinâmica populacional brasileira é analisada através de seus principais indicadores: transição de fecundidade, transição da mortalidade e pelos movimentos migratórios no Brasil. Na seqüência do capítulo são analisadas as mudanças significativas ocorridas na estrutura da população brasileira ao longo do século XX e as projeções para a estrutura etária na primeira metade do século XXI, as quais estão relacionadas ao processo de redução da mortalidade acompanhada pela queda da fecundidade que se traduzem em indicadores sociais positivos: queda da mortalidade infantil e maior esperança de vida ao nascer, com impacto na elevação da parcela da população em idade ativa o que poderá favorecer o desenvolvimento econômico do país, uma vez as taxas de dependência demográfica total deverão alcançar valores em torno de 50% no período entre 2010 e 2030, abrindo, portanto, uma “janela de oportunidade” demográfica que, se aproveitada, pode ser usufruída pela sociedade e economia do país. O final do capítulo traz uma comparação do processo de transição demográfica do Brasil com a França e a Itália.

O aproveitamento da “janela de oportunidade” demográfica apresentada no segundo capítulo requer políticas públicas adequadas, cujo tema é o objetivo do último capítulo deste trabalho. Antes de analisar as políticas públicas propriamente ditas, são levantados dois pontos essenciais para o sucesso de qualquer política que vise crescimento econômico sustentável: o mercado de trabalho brasileiro e o sistema educacional do país. O capítulo apresenta, também, uma análise da desigualdade social no Brasil gerada pelo próprio processo de desenvolvimento brasileiro, o qual convive com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica. O capítulo procura demonstrar a existência de consenso na literatura especializada de que a inserção do componente populacional na agenda das políticas públicas de Estado, seria um fator acelerador do crescimento econômico do Brasil e contribuiria, portanto, para a correção de distorções históricas presentes em nosso país.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DO ESTUDO DA POPULAÇÃO

O tema população¹ esteve presente em obras de importantes escritores como Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, Cícero, no Império Romano, e Confúcio, na China. Apesar disto, a questão da relação entre população e a economia só foi formalizada dentro da teoria demográfica moderna, com destaque para os escritos de Malthus e Condorcet.

Embora normalmente se atribua a Malthus a análise pioneira sobre a possibilidade de a população crescer demais, a idéia de um crescimento ininterrupto teoricamente acarretar uma “diminuição contínua da felicidade” foi, na verdade, expressa antes de Malthus, pelo matemático e grande pensador iluminista francês Condorcet, o primeiro a apresentar a essência do cenário que fundamenta a análise “malthusiana” do problema da população: “O aumento do número de homens, ultrapassando seus meios de subsistência”, resultaria em “uma diminuição contínua da felicidade e da população, um movimento efetivamente retrógrado, ou, no mínimo, uma espécie de oscilação entre ventura e infortúnio”. (SEN, 2000, p. 246).

A polêmica entre o negativismo de Malthus e o otimismo das teses de Condorcet faz parte da interminável discussão sobre os mistérios que envolvem a existência humana, porém, com um ingrediente novo: a preocupação com o crescimento da população. A dinâmica populacional torna-se a partir de então o principal foco na avaliação dos limites e oportunidades do progresso da sociedade humana.

A obra de Condorcet apresenta uma visão positiva do desenvolvimento econômico, cultural e demográfico da humanidade; enquanto Malthus afirma em seu “Ensaio sobre a população” que o rápido incremento da população seria um entrave ao alcance de uma qualidade de vida que trouxesse maior bem-estar a população em geral.

O presente capítulo tem por objetivo analisar o fenômeno da transição demográfica e sua importância para o desenvolvimento econômico. O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta o pensamento de Marquês de Condorcet, cuja principal marca é seu otimismo em relação ao progresso da humanidade. Condorcet não teme nenhum “desastre demográfico” porque, acreditando na racionalidade humana, prevê queda das taxas de mortalidade e fecundidade, antecipando o que viria acontecer através do fenômeno da

¹ Em estatística, usualmente a palavra população indica um conjunto de elementos com características comuns. Por exemplo: um conjunto de parafusos poderia constituir uma população. Demografia (dêmos = população, graphein = estudo) refere-se ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais.

transição demográfica. A segunda seção traz o pensamento do pastor Thomas Mathus, o qual argumenta que a tendência da dinâmica populacional seria determinada por forças naturais e pelos desígnios da Providência, sendo que o crescimento populacional descomedido seria limitado pela tríade fome-doenças-guerras. Na terceira seção são apresentadas questões relacionadas à teoria da transição demográfica e são discutidas as quatro fases do processo de transição demográfica: fase pré-moderna, fase moderna, fase industrial madura e fase pós-industrial. Na quarta e última seção apresenta-se a relação entre transição demográfica e desenvolvimento econômico através das questões: transição da mortalidade, transição da fecundidade e população e economia.

2.1 O PENSAMENTO DE CONDORCET

Jean-Antônio Nicholas Caritat – Marquês de Condorcet – nasceu na Picardia em 1743 e morreu na prisão, em Paris, no ano de 1794. Condorcet escreveu seu “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano” entre julho de 1793 e março de 1794. O otimismo e a fé no progresso humano são a principal marca de sua obra. Condorcet acreditava que o processo civilizatório da humanidade se dê em sucessivas etapas e em constante evolução, cuja chave seria o predomínio da razão humana e sua vitória sobre o preconceito, o fatalismo, as crenças e as superstições. A liberdade de pensar e agir seriam as condições essenciais do progresso da razão e, por conseguinte, da civilização. Condorcet afirmava que a natureza e o mundo social (cultural) podem ser transformados através da ação racional dos homens e mulheres, visando a se construir um mundo mais justo, feliz e rico. Assim, o desenvolvimento das ciências, das artes, da literatura e as revoluções políticas contra os antigos regimes (monarquias absolutistas) seriam os marcos iniciais da superação das mazelas que aprisionavam o potencial de aperfeiçoamento humano. Existiria, também, uma correspondência entre o desenvolvimento da razão e o desenvolvimento da existência material e social dos seres humanos.

A idéia fundamental do Esboço é a de que “o homem é um ser indefinidamente perfectível” sendo que a possibilidade de avanço da civilização adviria do desenvolvimento dessa “perfectibilidade humana” que dependeria da liberdade de pensamento de homens e mulheres, cujo pensamento seria influenciado apenas pela razão humana e não por dogmas e preconceitos religiosos.

Ao defender as idéias de progresso e perfectibilidade humana, Condorcet pressupôs a existência de uma sucessão temporal ou de um prosseguimento em etapas, que iriam dos estágios mais atrasados aos mais avançados e dos menos perfeitos aos mais perfeitos. Ele acreditava no crescimento individual das pessoas, na reforma das instituições e nas revoluções sociais.

Conforme José Eustáquio Alves (2002, p.15) no que diz respeito às questões demográficas propriamente ditas, Condorcet se antecipa ao “Princípio de população” de Malthus e pergunta:

Onde o aumento do número de homens, ultrapassando aquele de seus meios, daí resultaria necessariamente, se não uma diminuição contínua do bem-estar e da população, uma marcha verdadeiramente retrógrada, pelo menos uma espécie de oscilação entre o bem e o mal? Esta oscilação, nas sociedades chegadas a este termo, não seria uma causa sempre subsistente de misérias de alguma maneira periódicas?

Condorcet responde argumentando que um desastre demográfico, ou seja, o crescimento do número de habitantes acima do nível dos recursos naturais necessários à subsistência da população não seria compatível com uma decisão racional dos seres humanos.

José Eustáquio Alves (2002, p.15) enfatiza que em seu otimismo, Condorcet prevê uma grande redução das taxas de mortalidade e um crescimento da expectativa de vida da população:

Sente-se que os progressos da medicina preventiva, tornados mais eficazes por aqueles da razão e da ordem social, a longo prazo devem fazer desaparecer as moléstias transmissíveis ou contagiosas, estas doenças gerais que devem sua origem aos climas, aos alimentos, à natureza dos trabalhos. Não seria difícil provar que essa esperança deve estender-se a quase todas as outras moléstias, das quais é verossímil que um dia se saberá reconhecer as causas distantes [...] Sem dúvida o homem não se tornará imortal, mas a distância entre o momento em que ele começa a viver e a época comum em que naturalmente, sem doença, sem acidente, ele sente a dificuldade de ser, não pode crescer sem cessar? Com efeito, essa duração média da vida, que deve aumentar sem cessar na medida em que mergulhamos no futuro, pode receber acréscimos segundo uma lei tal que ela se aproxime continuamente de uma extensão ilimitada, sem poder alcançá-la jamais.

Mas, paralelamente à queda da mortalidade, Condorcet prevê a redução das taxas de fecundidade, já que os pais têm responsabilidade para com seus filhos:

[...] os homens saberão então que, se eles têm obrigações para com seres que não existem ainda, elas não consistem em dar-lhes a existência, mas a felicidade; elas têm por objeto o bem-estar geral da espécie humana ou da sociedade na qual eles vivem, da família à qual estão ligados, e não a pueril idéia de sobrecarregar a terra com seres inúteis e infelizes (ALVES, José Eustáquio, 2002, p. 16).

Dessa forma, ao invés de se preocupar com a explosão populacional, Condorcet prevê a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, antecipando o que viria acontecer através do fenômeno da transição demográfica. Contra esse tipo de pensamento otimista é que, quatro anos depois da publicação do “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”, Malthus vai contestar em seu *Ensaio sobre a população*, apresentando uma visão pessimista e contrária à idéia de progresso, de avanço social e de bem-estar.

2.2 O PENSAMENTO DE MALTHUS

Thomas Robert Malthus escreve seu *Essay on the principle of population* em 1798; em 1803, quando a população mundial se encontrava na faixa de 0,8 bilhão de habitantes, publica sua segunda edição onde considera, além dos vícios e da miséria, mais um freio para o avanço populacional: a restrição moral.

Malthus considera a miséria um obstáculo positivo que serviu ao longo da história da humanidade para reequilibrar a desproporção natural entre o crescimento populacional versus a produção de meios de subsistência. A partir dessa constatação, o autor deriva uma lei natural: a do crescimento a população em ritmo geométrico e dos meios de subsistência em ritmo aritmético. Já nas primeiras páginas do Ensaio sobre a população, é possível observar o enunciado: “A população, quando não controlada cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas em progressão aritmética” (MALTHUS, 1982, p. 29).

A interpretação do enunciado acima é que os meios de subsistência cresceriam em uma progressão do tipo 1;2;3;4;5....., enquanto a população tenderia a aumentar em uma razão do tipo 1;2;4;8;16;32. O raciocínio de Malthus é originado a partir da idéia de que se cada matrimônio levar a uma reposição superior a do casal, a capacidade de alimentos produzida

seria insuficiente para atender a demanda, uma vez que não seriam produzidos alimentos na mesma velocidade que a população se reproduz.

O modelo malthusiano de população visualiza a existência de uma relação direta entre sexo e reprodução. Os determinantes da taxa total de fecundidade são as taxas de nupcialidade e a idade para casar. Quando as condições econômicas fossem favoráveis, os jovens se casariam cedo, provocando um “baby boom” – configurando, portanto, uma relação direta entre crescimento econômico e fecundidade. Todavia, com o passar do tempo, o elevado crescimento demográfico ultrapassaria a capacidade de produção dos meios de subsistência, o que provocaria uma elevação das taxas de mortalidade. O controle demográfico se daria, portanto, através da fome, doenças, epidemias, guerras e miséria, considerados por Malthus como “freios positivos”. A miséria no modelo malthusiano é, portanto, necessária. A escassez dos meios de subsistência traz conseqüências como a fome e o aumento do desemprego devido ao excesso de mão-de-obra, o que leva ao rebaixamento dos salários. Esses fatores conjugados contribuem para reequilibrar o descompasso entre a produção e a demanda por alimentos.

Uma sociedade igualitária estimularia nascimentos, estendendo, assim, a todos a pobreza. Malthus discorda, inclusive, da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque a redução da miséria, a curto prazo, estimula casamentos e, portanto, a procriação dos indigentes.

Uma alternativa lógica para se evitar o desastre populacional seria o controle da natalidade através de métodos contraceptivos, legalização do aborto, abstinência sexual no casamento, etc. Tais métodos, com exceção da abstinência sexual no casamento, iam de encontro aos princípios religiosos de Malthus, uma vez que este era um sacerdote da Igreja Anglicana.

Na visão malthusiana, o sofrimento e as vicissitudes do povo trabalhador são as condições necessárias para a sua evolução moral. Utilizando princípios religiosos, ele considerava que o ser humano, maculado pelo Pecado Original, estaria marcado para sempre pelo mal, e sua vida seria “um estado de privação e uma escola de virtude”. Por conseguinte, considerava que o princípio de população seria um desígnio divino, uma forma de punição contra a aversão humana ao trabalho e à indolência e que a humanidade não teria saído do estado selvagem não fosse a luta pela sobrevivência, provocada pelo excesso populacional. Contra o ideário utópico da Revolução Francesa, ele expôs o seu sombrio “princípio da realidade”:

Foi ordenado que a população crescesse mais rapidamente que o alimento para fornecer os mais permanentes estímulos desse tipo e para levar o homem a apoiar os desígnios favoráveis da Providência por meio do pleno cultivo da terra [...] se retornarmos ao princípio da população e considerarmos o homem como ele é realmente – inativo, apático e avesso ao trabalho – a não ser que impelido pela necessidade, podemos proclamar com certeza que o mundo não teria sido povoado senão por causa da superioridade do poder da população em relação aos meios de subsistência [...]. Se a população e o alimento tivessem crescido na mesma proporção, seria provável que o homem nunca tivesse saído do estado selvagem” (ALVES, José Eustáquio, 2002, p. 16).

Ao invés de indefinidamente perfectível, Malthus considera o ser humano “inativo, apático e avesso ao trabalho”. Por tudo isto, Malthus foi contra a “lei dos pobres”:

As leis dos pobres da Inglaterra tendem a rebaixar a condição geral do pobre dos dois modos seguintes. Sua primeira tendência óbvia é de aumentar a população sem um aumento de alimento para sustentá-la. Um pobre pode casar com pouca ou nenhuma perspectiva de ser capaz de sustentar uma família com independência. Pode-se dizer que, de certo modo, as leis criam o pobre que mantém (MALTHUS, 1982, p. 46).

Além disso, Malthus considera que um aumento de salário além do nível de subsistência incentivaria o ócio e o desperdício e seria gasto em “bebedeira e esbanjamento”. Ele considera que o mal existe no mundo não para criar o desespero, mas a diligência: “A aprovação da virtude é resistir a toda tentação do mal” (MALTHUS, 1982, p. 49).

Por fim, Malthus, discordando de Condorcet, argumenta que não são os progressos do espírito (razão) que podem eliminar a pobreza, mas, sim, as dificuldades da vida material e a luta pela sobrevivência que são um poderoso estímulo para o desenvolvimento da mente²:

Por tudo que a experiência nos tem ensinado com relação à estrutura da mente humana, se aqueles estimulantes do esforço, que surgem das necessidades do corpo, fossem eliminados da humanidade em geral, teríamos muito mais razão para pensar que eles seriam reduzidos ao nível dos animais, por falta de estímulos, e não elevados à condição de filósofos pelo gozo do ócio [...]. A necessidade foi chamada, com grande verdade, a mãe da invenção [...] o mal parece ser necessário para

2 Esta argumentação de Malthus pode ser interpretada como uma discussão geral entre individualismo e estruturalismo. Ou seja, Malthus propõe soluções individualistas. O somatório dos comportamentos individuais produziria uma solução geral. Esta é a metodologia que divide os economistas até hoje. Os estruturalistas consideram que, pela "razão", serão encontradas soluções, levando-se em conta que os indivíduos têm seu comportamento condicionado pela realidade social e econômica geral e que, portanto, a solução não pode ser simplesmente via iniciativas individuais, que serão, por isto, quase sempre fracassadas no coletivo.

produzir o esforço e o esforço parece, evidentemente, necessário para produzir o espírito (ALVES, José Eustáquio, 2002, p. 23).

José Eustáquio Alves (2002) acrescenta que, dessa forma, Malthus fecha sua filosofia mostrando que o aumento do bem-estar geral da humanidade é impossível devido ao seu princípio de população e que a riqueza e o ócio seriam conquistas indesejadas (pelo menos para as classes trabalhadoras), pois desestimularia a inteligência, regressaria a mente humana ao seu nível animalesco e, provavelmente, eliminaria os estímulos que tiraram os seres humanos do seu estado selvagem. Homens e mulheres estariam condenados a sofrer neste vale de lágrimas, que é o planeta Terra, e o desenvolvimento econômico e social seria uma utopia inatingível. O crescimento desregrado da população inviabilizaria a prosperidade e a redução da jornada de trabalho: “[...] a lei [de população] se mostra decisiva contra a possível existência de uma sociedade em que todos os membros viveriam em tranqüilidade, prosperidade e num relativo ócio” (ALVES, José Eustáquio, 2002, p. 23).

Keynes (1984) resgata a teoria malthusiana ao defender a necessidade de manter-se uma população estacionária ou em lento declínio como garantia de uma distribuição de renda mais eqüitativa, uma vez que uma população crescente agravaria os problemas de falta de emprego. Diferentemente de Malthus, contudo, a solução de Keynes prevê uma ação coletiva via políticas públicas:

[...] se tivermos a necessária força e sabedoria, uma população estacionária ou em lento declínio poderá nos permitir elevar o padrão de vida para o que ele deverá ser, conservando ao mesmo tempo aquelas características de nosso esquema tradicional de vida, que mais valorizamos agora, quando vemos o que acontece aos que as perdem. Portanto [...] eu não me afasto da velha conclusão malthusiana. Desejo, apenas adverti-los de que, se formos descuidados, o acorreamento de um demônio pode apenas servir para liberar um outro, ainda mais ameaçador e intratável (KEYNES, 1984, p. 188).

Quando Keynes se refere a demônios ele está se referindo ao problema da população crescente e ao desemprego. Os dois devem ser controlados, pois uma população crescente provocaria o aumento do desemprego, promovendo, assim, uma drástica redução no padrão de bem-estar da população.

2.3 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

A transição demográfica é um fenômeno único na história da humanidade e tão novo quanto o desenvolvimento econômico. A passagem de altos para baixos níveis de fecundidade e mortalidade acontece uma só vez, assim como a passagem de uma sociedade predominantemente agrária e rural para uma sociedade predominantemente urbana e voltada para a produção de bens e serviços.

Conforme Souza (2006) o fenômeno da transição demográfica foi proposta pelo americano Warren Thompson em 1929 com o termo original *Demographic Transition Model* que pode ser traduzido livremente como a forma de “estudar as modificações que acontecem nas populações humanas desde o período das altas taxas de nascimento (natalidade) e altas taxas de mortalidade para o período das baixas taxas de nascimento (natalidade) e baixas taxas de mortalidade” (SOUZA, 2006, p. 81, tradução nossa). Thompson parte do princípio de que as taxas de nascimento e de mortalidade nunca foram constantes no tempo e que há leis ou regras gerais que se aplicam a todas as populações, que seriam as fases da transição demográfica. O demógrafo americano elaborou sua teoria de transição demográfica a partir de três categorias de países – A, B e C – arroladas de acordo com suas taxas de crescimento vegetativo. As nações progrediriam, por meio da industrialização, da categoria C, caracterizada por altas taxas de natalidade e mortalidade, para a categoria B, de alta natalidade e baixa mortalidade e por fim para a categoria A, que apresenta baixas taxas de natalidade e mortalidade. O processo todo compreende quatro fases, de acordo com o gráfico 1, a seguir:

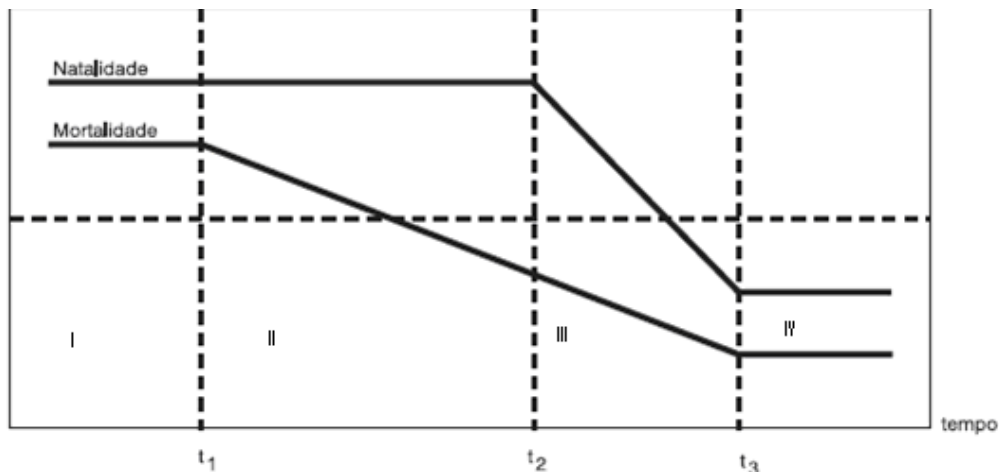


Gráfico 1 - Transição Demográfica

Fonte: Beltrão (1972).

I) **Fase pré-moderna:** acontece em sociedades rurais onde a taxa de natalidade é muito alta, mas a mortalidade é também muito elevada, o que resulta num crescimento vegetativo baixo. Há oscilação rápida da população dependendo de eventos naturais como, por exemplo, uma seca prolongada e doenças. Como consequência há uma grande população jovem.

II) **Fase moderna:** refere-se às sociedades onde houve melhora nas técnicas agrícolas, maior acesso à tecnologia e educação. Nesse momento, as taxas de mortalidade caem rapidamente devido à maior oferta de alimentos e de condições sanitárias. Como consequência há aumento da sobrevivência e redução das doenças infecto-parasitárias.

III) **Fase industrial madura:** é caracterizada pela urbanização, acesso a contracepção, melhora da renda, redução da agricultura de subsistência, melhora da posição feminina na sociedade e queda da taxa de nascimentos. Em consequência há um número inicial grande de crianças, cuja proporção cai rapidamente porque há aumento na proporção de jovens concentrados em cidades. O saldo desse período é a tendência à estabilização da população.

IV) **Fase pós-industrial:** Os índices de natalidade e mortalidade voltam a se estabilizar criando um crescimento populacional novamente pequeno.

Segundo Souza (2006) enquanto o modelo original da Transição Demográfica descrito por Warren Thompson apresenta só quatro fases, atualmente se aceita uma “quinta fase”, em que a natalidade cairia abaixo da mortalidade, causando um crescimento vegetativo negativo. O que se justifica pelo alto custo de se criar filhos (principalmente em países desenvolvidos),

famílias optam por ter um número muito reduzido (entre 1 e nenhum) de filhos para manter o padrão de vida.

2.4 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao fazer uma abordagem macro, que relaciona a transição demográfica com desenvolvimento econômico, Notestein (1945 *apud* ALVES, José Eustáquio, 2002) enfatiza que o processo de modernização, ocorrido na Europa Ocidental, América do Norte e Oceania, trouxe grandes ganhos de produtividade que possibilitaram o aumento da oferta de bens em geral, e de bens de subsistência, em particular, o que resultou em melhorias no padrão de vida da população. Este fato, aliado ao controle sobre as doenças, possibilitou a redução das taxas de mortalidade. A taxa de fecundidade continuou alta em decorrência do fato de a sociedade manter na memória o período da elevada incidência da mortalidade, período no qual as leis, as doutrinas religiosas, os códigos morais, a educação, os costumes comunitários, os hábitos de casamento e as organizações familiares estavam orientadas para a obtenção de um grande número de filhos. Após determinado tempo, o processo de modernização, entendido como urbanização e industrialização, reduziria a fecundidade devido ao crescimento do individualismo e do enfraquecimento dos laços familiares e comunitários. Os velhos tabus e preconceitos são superados e o controle da fecundidade passa a ser adotado em larga escala.

A chamada Teoria da Modernização fez bastante sucesso, porém muitas pessoas usam a abordagem da modernização para explicar a queda das taxas de fecundidade e mortalidade como se fosse a própria descrição da transição demográfica. Contudo é preciso separar a teoria do fenômeno. Além disto, é preciso distinguir as especificidades das transições da mortalidade e da fecundidade. Seria simplismo supor que se pode explicar dois fenômenos tão importantes através de um mesmo conjunto de fatores. Obviamente, existem forças sociais e econômicas que atuam ao mesmo tempo sobre ambas as taxas, mas existem também particularidades que não podem ser desprezadas.

2. 4. 1 A transição da mortalidade

A redução da taxa bruta de mortalidade³ pode ser considerada a maior conquista social da história. O primeiro desafio colocado à sociedade sempre foi vencer a batalha pela vida e ampliá-la. Melhorar o bem-estar da humanidade foi e continua sendo um permanente combate. O ser humano aprendeu a ludibriar a morte evitando óbitos precoces e aumentando sua sobrevivência. Se cada indivíduo possui o seu ciclo de nascimento, crescimento e morte, o mesmo não vale para a humanidade, que se perpetua através da descendência das sucessivas gerações.

Na última década do século XVIII, quando se deu a polêmica entre Malthus e Condorcet, as taxas brutas de mortalidade na Europa estavam próximas de 30 por 1000, a mortalidade infantil era superior a 250 por mil e a esperança de vida ao nascer estava em torno de 30 anos (ALVES, José Eustáquio, 2002).

Apesar das péssimas condições de moradia e saúde das cidades industriais, a mortalidade começou a cair na Europa e na América do Norte durante o século XIX, na medida em que progredia a elevação da produtividade do trabalho decorrente dos avanços da Primeira Revolução Industrial, caracterizada por duas importantes invenções que propunham uma reviravolta no setor produtivo e de transportes com a descoberta da utilidade do carvão como fonte de energia e a partir daí foi possível desenvolver simultaneamente a máquina a vapor e a locomotiva. Ambos foram determinantes para dinamizar o transporte de matéria-prima, pessoas e distribuição de mercadorias, ou seja, deu um novo panorama aos meios de se locomover e produzir. A utilização de máquinas nas indústrias, que desempenhavam grande força e agilidade movida à energia do carvão, proporcionou uma produtividade extremamente dinâmica, com isso a indústria se tornou uma alternativa de trabalho, servindo de estímulo para milhares de pessoas deixar o campo em direção às cidades, provocando, portanto, expressivo crescimento dos centros urbanos em grande parte das nações européias que integravam a revolução. Algumas cidades da Europa aumentaram três vezes o número de sua população em meio século.

A literatura mostra que o início da transição da mortalidade começou no final do século XVIII nas regiões mais adiantadas economicamente e avançou durante o século seguinte. A partir do século XX, os ganhos de escala se potencializam devido ao crescimento

³ A taxa bruta de mortalidade corresponde à relação entre o total de óbitos ocorridos durante um ano calendário e a população total. Tal medida representa o risco de uma pessoa de determinada população morrer no decorrer do ano.

da disponibilidade de aço. A alternativa para uma nova dinâmica de crescimento foi a integração vertical, através de processos de fusões e incorporações, que modificaram profundamente a estrutura empresarial.

Nesse contexto, o resultado eficiente do processo depende de uma profissionalização na gestão empresarial, pois é preciso assegurar além de um sistema de gestão eficiente, a maximização dos resultados em termos de compra, distribuição e marketing. Logo, a verticalização exige uma complexa estrutura administrativa que marcará a segunda revolução industrial através da empresa de sociedade anônima, gerenciada por uma estrutura hierárquica de administradores profissionais assalariados, processo que contribui para a melhoria nas condições de vida e aumento do bem-estar da população. Somente após a Segunda Revolução Industrial as taxas de mortalidade infantil⁴ iniciaram uma forte trajetória de queda.

2. 4. 2 A transição da fecundidade

A transição da fecundidade ocorreu num quadro de expansão do tempo de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida. Na maioria das vezes num ambiente de liberdade de escolha, envolvendo escolhas racionais. O processo de tomada de decisão sobre ter ou não ter filhos é complexo, pois envolve considerações em nível individual, familiar, comunitário, religioso, entre outros. Enquanto fenômeno social, se constitui, portanto, numa das maiores mudanças de atitude e comportamento das massas de todos os tempos.

Na discussão apresentada por Coale e Hoover (1966) sobre a experiência dos países de baixa renda, exemplificados pelo caso da Índia e do México, a experiência da transição demográfica seria diferente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. No primeiro caso as mesmas forças responsáveis pela queda da mortalidade provocariam, de forma endógena, a queda da fecundidade. No segundo caso, a queda da mortalidade teria se dado de forma exógena devido à importação de antibióticos e inseticidas, à criação de organizações de saúde pública eficazes e à aplicação de métodos sanitários convenientes e de baixo custo: “As inovações no setor da saúde pública parecem ter possibilitado a redução substancial das taxas de óbitos mesmo na falta de modificações econômicas profundas nas regiões de renda baixa”

⁴ Taxa de mortalidade infantil (TMI) corresponde ao risco de um nascido vivo vir a falecer antes de completar 1 ano de idade. Usualmente, esta taxa é calculada como a relação entre os óbitos de menores de 1 ano ocorridos durante um ano calendário e o número de nascimentos do mesmo ano.

(COALE; HOOVER, 1966, p. 31). Os autores argumentam que a queda da mortalidade ocorreu sem grandes transformações da estrutura interna nos países subdesenvolvidos, o que significa dizer, em última análise, que o desenvolvimento econômico não é uma condição necessária para a transição da mortalidade nesses países: “[...] o desenvolvimento econômico real pode ser condição bastante para o declínio da mortalidade, mas não é hoje condição necessária” (Ibid., p. 28).

Por outro lado, Coale e Hoover (1966) consideram que um certo limiar de desenvolvimento deveria ser atingido para que a fecundidade começasse a cair, como no modelo de transição europeu. Porém, como os países de baixa renda ainda estavam atrasados no processo de desenvolvimento e na mudança da estrutura social, tenderiam a prevalecer as “atitudes, crenças e tradições”, isto é, as “escoras culturais pró-natalistas”, que sustentam uma estrutura familiar de maior tamanho, ou seja, mais do que dois filhos por casal, que é considerada a taxa de reposição adequada. Este comportamento se justifica pelo intuito simples e instintivo de manter a espécie humana. O desenvolvimento econômico é condição necessária, portanto, para que os países em desenvolvimento atinjam menores taxas de mortalidade e haja uma redução natural da fecundidade. “[...] Se o desenvolvimento econômico não precede o declínio da mortalidade, ainda assim deve ocorrer para que o declínio seja mantido”. (Ibid., p. 32). Caso isto não ocorresse, os países mais pobres cairiam num círculo vicioso, pois a redução exógena da mortalidade provocaria um rápido crescimento populacional, o que traria como consequência, a elevação da taxa de dependência demográfica⁵. A alta percentagem de jovens absorveria a poupança existente, inviabilizando ou retardando os investimentos privados e a capacidade de o governo levantar fundos para a decolagem do desenvolvimento. Nesse caso, altas taxas de crescimento demográfico seriam responsáveis pelo atraso econômico. Esta discussão, contudo, vai além dos objetivos propostos para este trabalho.

2. 4. 3 População e economia

As relações entre a Demografia e a Economia no que diz respeito à Transição Demográfica vem de longa data, tendo em vista que os países que primeiro passaram por este

⁵ Taxa de dependência demográfica é definida como a soma da população de crianças e idosos dividida pela população adulta.

fenômeno foram também, não por coincidência, os primeiros países a experimentar a Revolução Industrial.

Os autores Sartoris e Souza (2004) citando Livi-Bacci (1997, 1998, *apud* Manfredi e Fanti, 2001) afirmam que a relação entre demografia e desenvolvimento econômico se dá através do seguinte mecanismo: em algum estágio de desenvolvimento, ao atingir um determinado nível tecnológico, foi possível gerar um excedente na produção agrícola, o que gerou três efeitos: um rápido declínio da taxa de mortalidade; aumento da renda *per capita* e bem-estar social e, fundamentalmente, uma queda na demanda por trabalho na agricultura, o que foi essencial para as transformações sociais que se seguiram.

Imediatamente após o declínio das taxas de mortalidade, segue-se um aumento das famílias, uma vez que a redução da mortalidade ocorre tipicamente na infância, é natural que o tamanho das famílias aumente à medida que declinam as taxas de mortalidade. Somente com o passar do tempo, quando as pessoas passam a viver mais, percebem que a continuidade da família e de obtenção de amparo para a velhice podem ser satisfeitos com um número menor de nascimentos (COALE; HOOVER, 1966).

Os autores Sartoris e Souza (2004, p. 5), utilizam o trabalho de Galor e Weil (1999) para justificar a necessidade da introdução de variáveis econômicas para tentar explicar o fenômeno da Transição Demográfica e também a própria necessidade da Economia, em particular nas teorias de crescimento, de incorporar o crescimento populacional:

A Transição Demográfica pode ser caracterizada por três regimes distintos: o Regime “Malthusiano”, caracterizado por pequeno progresso tecnológico e baixo crescimento populacional com renda per capita constante ou, pelo menos, variando pouco e uma relação positiva entre crescimento populacional e renda per capita; o Regime “Pós-Malthusiano”, em que se observa um crescimento da renda per capita, ainda que não tão grande em função do crescimento populacional ainda elevado, mas ainda uma relação positiva entre crescimento populacional e renda per capita; finalmente, o Regime Moderno de Crescimento, este caracterizado por crescimento da renda e progresso tecnológico persistentes, em que a relação entre crescimento populacional e renda per capita passa a ser negativa (SARTORIS; SOUZA, 2004, p. 5).

Nesse sentido os modelos de crescimento de Solow incorporam o crescimento populacional em suas variáveis. Segundo este modelo, uma queda no crescimento populacional levará a um crescimento que atingirá um estado estacionário em que o nível de capital *per capita* maior e, via de regra, um consumo *per capita* maior, levando, portanto, a um melhor nível de bem-estar econômico.

Há que se distinguir, no entanto, três aspectos (não necessariamente excludentes) das relações entre a Teoria Econômica e o crescimento populacional: um é o fato de que variáveis econômicas podem ser (e usualmente são) incluídas em teorias que visem explicar o crescimento populacional. O segundo aspecto se refere às teorias que visam explicar fenômenos econômicos, em particular o do crescimento econômico, que incorporam o crescimento populacional em suas variáveis.

Um terceiro aspecto destas relações é o da utilização do ferramental da Teoria Econômica para modelar o crescimento populacional.

Dentro de uma abordagem microeconômica, o trabalho de Gary Becker (1960) é fundamental para a compreensão entre crescimento econômico e a análise de fertilidade. A análise do autor se dá a partir do seguinte raciocínio: mesmo em sociedades com desconhecimento de técnicas anticoncepcionais, é possível aos pais limitarem o tamanho de sua prole através de abstinência ou aborto, ainda que com limitações do ponto de vista cultural, religioso, etc. É, portanto, uma questão de escolha, que é tratada pela Teoria Econômica, mais especificamente pela Microeconomia, pelo menos quando esta escolha é por bens. A argumentação sobre a escolha discutida no trabalho de Becker (1960) é referendada no item 7.16 da Conferência do Cairo (1994): “[...] estabelece que a finalidade das medidas propostas no Programa de Ação é ajudar os casais e indivíduos a alcançarem seus objetivos de procriação e oferecer-lhes todas as oportunidades de exercer seu direito de ter filhos por escolha”. (ALVES, José Augusto, 1995).

Para a grande maioria dos pais, a criança é fonte de “renda” psicológica e, em muitos casos, mesmo de renda monetária. Desta forma, pode ser tratada, do ponto de vista da Teoria Econômica, como um bem de produção. Evidentemente, as implicações morais e éticas relacionadas à criança são muito maiores do que às associadas a uma peça de maquinaria, por exemplo. O que se trata aqui é associar o custo e as preferências associadas à decisão de se “produzir” uma nova criança.

Isto implica assumir que há racionalidade na escolha das crianças, a mesma racionalidade utilizada nos modelos microeconômicos de escolha entre bens, sendo que o conceito de racionalidade aqui é bem mais simples e bem menos restritivo do que o conceito usual. Geralmente se associa racionalidade à ausência de emoções. Tal ausência, quando associada à escolha pelo número de crianças soa absurda. Na verdade, essa ausência não se dá nem mesmo na escolha por bens, por exemplo: um viciado em chocolates que gasta todo o dinheiro na satisfação do seu vício, é considerado como uma atitude não racional. Mas não do ponto de vista da Teoria Econômica.

Um indivíduo racional, do ponto de vista da Economia, é simplesmente um indivíduo que apresenta as chamadas propriedades de completividade e transitividade. A primeira significa que, dadas quaisquer possíveis escolhas, ele sempre terá uma opinião a dar e a segunda que ele tem uma certa coerência nas escolhas, isto é, se ele prefere A a B, e prefere B a C, deve portanto preferir A a C.

Embora não haja garantias que o indivíduo se comporte de acordo com estas hipóteses (especialmente a segunda), estas são convenientes por permitir associar as preferências do indivíduo a uma função relativamente simples (função de utilidade) e são bem menos restritivos do que o conceito usual de racionalidade. O comportamento do viciado em chocolate, mencionado anteriormente, não o exclui desta abordagem teórica. Se o consumo de chocolate lhe traz uma satisfação (utilidade) muito superior àquela trazida por uma refeição mais balanceada, é perfeitamente racional (deste ponto de vista) que ele escolha o primeiro em detrimento da segunda.

Já que tratadas como bens, assume-se que as crianças são fonte de utilidade, de tal forma que são comparadas com outros bens através de uma função utilidade ou de um conjunto de curvas de indiferença. A maior ou menor utilidade trazida em função da “aquisição” de crianças está ligada a preferências por parte dos pais. Estas preferências podem ser afetadas por idade, crença religiosa, raça, etc. Desta forma, pode-se incorporar a influência de variáveis não econômicas, ainda que não se possa prevê-las.

Os pais podem decidir também sobre a “qualidade” das crianças, ao decidir o quanto será investido nelas, principalmente em educação (mas não somente). De novo, não entra aqui nenhum julgamento de valor no que diz respeito a questões morais, éticas. Uma criança de maior “qualidade” neste sentido é, por definição, uma criança que deva receber maior investimento.

3 A DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA

O alongamento da vida ou das vidas é considerado uma das principais conquistas sociais do século XX. Camarano e Kanso (2007) destacam que atingir idades avançadas não é um fato novo na História. O que existe de novo é o aumento da esperança de vida ao nascer, o que resulta em que mais pessoas atinjam idades avançadas. Por exemplo, em 1980, de 100 crianças brasileiras do sexo feminino, 22 completavam 80 anos, em 2000, esse número dobrou. A grande responsável por isso foi a queda da mortalidade em todas as idades. Isso se dá em parte pelo fato de que paralelamente à queda da mortalidade assiste-se no Brasil, desde o final dos anos 1960, a uma diminuição acentuada nos níveis de fecundidade. Duas conseqüências desses dois processos já se fazem notar: uma redução nas taxas de crescimento da população como um todo e mudanças expressivas na estrutura etária no sentido do envelhecimento. Isso significa uma alteração na proporção dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira e passou a representar 8,6% em 2000. Em números absolutos, esse contingente aumentou de 1,7 milhão para 14,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. Ou seja, taxas menores de natalidade e mortalidade transformam a estrutura etária da população, diminuindo o peso e a presença de crianças e aumentando, num primeiro instante o peso do grupo de adultos e, posteriormente, o peso dos idosos.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de transição demográfica que o Brasil está passando e as oportunidades econômicas e sociais advindas da demografia. O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, com base nas informações dos censos demográficos, são apresentadas algumas transformações ocorridas na população brasileira no período 1940-2000. Na mesma seção faz-se uma demonstração das tendências de crescimento da população brasileira e dos componentes desse crescimento (fecundidade, mortalidade e migrações internacionais). Na segunda seção, a partir de uma análise do processo de transição demográfica, em andamento no Brasil, é possível verificar que este processo, está transformando a estrutura etária da população brasileira, devido à redução das taxas de mortalidade e natalidade. A terceira seção é dedicada à apresentação do fenômeno denominado “janela de oportunidade” demográfica, originado, principalmente, pelo crescimento da população econômica ativa, acompanhado pela redução da razão de

dependência total projetada para o período entre 2010 e 2030, quando esta relação deverá apresentar percentuais em torno de 50%. A quarta e última seção traz uma comparação do processo de transição demográfica no Brasil com a França e a Itália

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS NO BRASIL

O censo demográfico é uma pesquisa sobre a população que possibilita conhecermos várias informações, tais como o número de habitantes, o número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem as pessoas e o trabalho que realizam, entre outras coisas. O órgão responsável pelos censos é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que desde 1936, quando o instituto foi criado, realiza, nos anos de final zero (a cada dez anos) o Censo Demográfico. Desta forma o último censo realizado no Brasil foi no ano 2000, sendo que o próximo será em 2010. Entre o intervalo de dois censos demográficos realiza-se a contagem de população.

Conforme Merrick e Graham (1981) o primeiro recenseamento nacional só foi realizado no Brasil em 1872. Antes disso as estimativas populacionais existentes eram feitas com base em registros religiosos e coloniais, e nos censos provinciais.

Os censos nacionais de 1872 e posteriores foram afetados pela instabilidade política, bem como pela ineficiência administrativa. O censo de 1880 foi cancelado e os de 1890 e 1900, não foram completados.

Os censos planejados para 1910 e 1930 foram também cancelados devido às condições políticas adversas. Somente em 1940 que o moderno censo populacional e habitacional foi implantado no Brasil, de acordo com os padrões internacionais. O órgão encarregado dos censos passou a incorporar o componente habitacional e a introdução de técnicas de amostragem para o formulário longo, o qual contém questões feitas para uma amostra da população (1/6 das residências).

Depois de censos considerados relativamente bons em 1940 e 1950, houve um retrocesso em 1960, devido ao ambiente político e administrativo instável que se instalou no país após a renúncia do presidente Jânio Quadros. A publicação do censo demográfico de 1960 foi interrompida. Somente em 1977, com 17 anos de atraso, os dados nacionais detalhados e definitivos, foram publicados.

A pesquisa “Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000” faz uma análise comparativa entre os censos de 1940 e 2000, onde é possível verificar que a população brasileira cresceu quatro vezes. O Brasil rural tornou-se urbano (31,3% para 81,2% de taxa de urbanização). Período que caracteriza o envelhecimento da população brasileira: a faixa etária de 15 a 59 anos, aumentou de 53% para 61,8%. O número de pessoas autodeclaradas pardas aumentou de 21,2% para 38,5%, reflexo do processo de miscigenação racial. O país conseguiu reduzir em cinco vezes a taxa de analfabetismo, que caiu de 56,8% para 12,1%. A taxa de escolarização, entre crianças de 7 a 14 anos, aumentou de 30,6% para 94,5%. Já o percentual de casados cresceu de 42,2% para 49,5%. Os brasileiros natos passaram de 96,6% para 99,6%. No período em foco, agricultura, pecuária e silvicultura, que em 1940 representava 32,6% da população ocupada, declinou para 17,9%, em 2000.

A pesquisa aponta que entre 1940 e 2000 a população do Brasil passou de 41,2 milhões para 169,8 milhões de habitantes. Na década de 40, os cinco estados mais populosos do Brasil eram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 2000, a Bahia trocou de posição com o Rio de Janeiro. Em 1940, o município de Rio de Janeiro destacava-se como o de maior população, seguido dos municípios de São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em 2000, São Paulo era o mais populoso, concentrando 6,1% do efetivo populacional do país. Em 1940, havia equilíbrio entre o número de homens e mulheres (20,6 milhões); em 2000, o contingente feminino (86 milhões) ultrapassou o masculino (83,6 milhões). Ao analisar as razões de sexo, segundo as Grandes Regiões, observou-se que a região Nordeste foi a única que registrou predomínio feminino em 1940, provavelmente em razão da emigração masculina, uma vez que, conforme Patarra (2004) o Nordeste é classificado como “área tradicional de emigração”.

3.1.1 A transição da fecundidade brasileira

Em 200 anos a população brasileira cresceu 50 vezes, passando de 3,4 milhões em 1800 para 170 milhões no ano 2000. Este crescimento se deu devido à entrada de imigrantes e à redução das taxas de mortalidade que, em um contexto de altas taxas de natalidade,

propiciaram um crescimento vegetativo¹ muito alto. Com a redução da imigração internacional, a inversão do fluxo migratório e com a redução das taxas de fecundidade a partir dos anos de 1960, iniciou-se uma trajetória de queda no ritmo da população que pode levar ao declínio populacional, dependendo do comportamento das taxas de fecundidade (ALVES, José Eustáquio, 2008).

Segundo Rios-Neto (2005), o componente demográfico mais importante, em termos das implicações futuras imediatas na estrutura etária da população brasileira, é a fecundidade, pensada tanto em termos da sua trajetória passada quanto da sua tendência nas próximas décadas. A fecundidade passada causa um impacto nas flutuações da estrutura etária, que se associa à chamada inércia populacional, enquanto a fecundidade futura determina as mudanças mais imediatas na base da pirâmide, ou seja, na participação dos grupos etários mais jovens.

O Brasil chegou ao final do século XX tendo praticamente completado a chamada transição da fecundidade. A taxa de fecundidade total (TFT), definida como a média de filhos tidos por uma mulher no final de seu período reprodutivo, passou de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 2,9 filhos em 1991 culminando com 2,3 filhos em 2000. Os resultados da PNAD 2007 (Pesquisa Nacional por amostra de domicílios) mostram a continuação de queda da taxa de fecundidade, apontando uma média de 1,83 filho por mulher (Gráfico 2). A média foi inferior à chamada taxa de reposição (de 2,1), que significa o mínimo de filhos que cada brasileira deveria gerar para que, no período de trinta anos, a população total do país seja mantida.

¹ A taxa de crescimento vegetativo mediria o ritmo de crescimento de uma população se ela pudesse ser considerada fechada – sem migrações (IPEA, 2006).

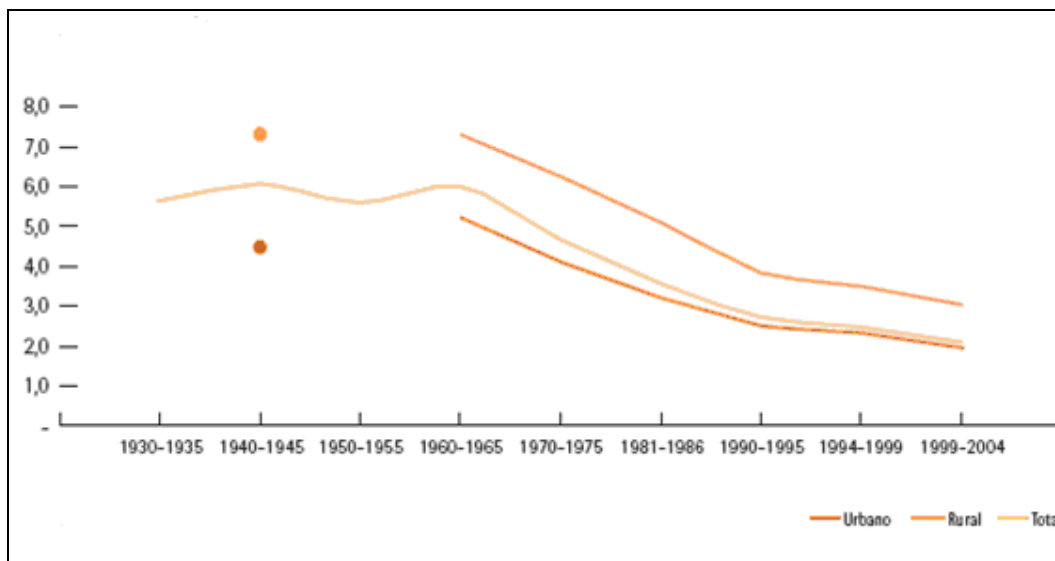


Gráfico 2 – Brasil: Taxas de Fecundidade Total por Situação de Domicílio (1930-2004)

Fonte: Tafner (2006).

Brito (2007a) observa que apesar da notável redução da fecundidade, entre 1940 e 2000, a população brasileira teve um acréscimo de 129 milhões de habitantes, quantidade inquestionavelmente considerável, mas que certamente seria maior não fosse a queda acentuada da fecundidade. O autor acrescenta, ainda, que devemos esperar um crescimento expressivo da população brasileira nas próximas décadas, em razão dos efeitos da fecundidade passada sobre a estrutura etária da população, a qual é fortemente marcada por uma proporção de mulheres em idade reprodutiva, o que favorece o crescimento populacional, a despeito dos baixos níveis de fecundidade atualmente prevalentes.

Segundo Tafner (2006) existe certo consenso de que a fecundidade iniciou um processo de redução contínua a partir do final dos anos 1960, fato que está levando a uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando, portanto, importantes mudanças na estrutura etária desta população, que poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma estrutura populacional “super envelhecida” no Brasil, reproduzindo a experiência de países da Europa Ocidental, da Rússia e do Japão (RIOS-NETO, 2005).

Brito (2007a) ao comparar o Brasil com a França e a Itália, observa um expressivo diferencial nas respectivas taxas de fecundidade total. Durante o século passado, a fecundidade na Itália passou de 4,4 filhos, em média, por mulher em idade reprodutiva para 1,2, enquanto na França, de 2,8 para 1,9, uma queda de 2,2 e 0,9, respectivamente. Uma mudança bem menos expressiva do que a brasileira, onde somente em 1960 e 2000 a taxa de fecundidade caiu de 6,2 para 2,4, uma redução, em média, de quatro filhos. A queda das taxas

fecundidade no Brasil se deu, portanto, de forma muito mais abrupta quando comparado aos dois países europeus observados. Esta comparação será melhor analisada ao final deste capítulo.

Tafner (2006) levanta um ponto relevante sobre o comportamento da fecundidade das brasileiras: as diferenças entre as taxas de fecundidade rural e urbana. Analisando o período entre 1930 e 2004, observou-se que no primeiro período estudado as mulheres residentes nas áreas rurais tinham em média 2,8 filhos a mais que as residentes nas áreas urbanas. Entre as mulheres do último quinquênio estudado, os diferenciais foram de 0,8 filhos por mulher. As mulheres residentes em área urbana tinham em média 1,5 filho e as residentes em área rural tinham 2,3 filhos. Essa diferença implica em crescimento vegetativo mais elevado nas áreas rurais relativamente às urbanas.

José Eustáquio Alves (2007), utilizando dados da pesquisa PNAD (2007), projeta que a população brasileira irá atingir em 2030 um contingente de aproximadamente 204,3 milhões de habitantes. Para 2035, a expectativa cai para 200,1 milhões. Para o ano de 2050 a ONU estima que a população brasileira deverá chegar próxima ao número de 250 milhões de habitantes. O autor destaca que esta estimativa varia de acordo com a taxa de fecundidade existente. Por isso a ONU, por meio de estudos da divisão da população, trabalha com três cenários para o comportamento da fecundidade brasileira na primeira metade do século XXI. No (gráfico 3) - abaixo são apresentados os três cenários:

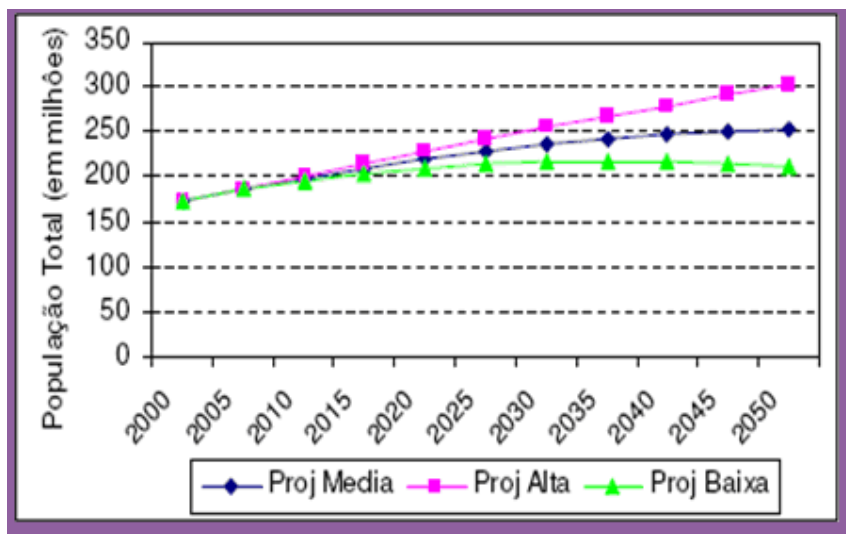


Gráfico 3 - Três cenários para a população brasileira (2000-2050)

Fonte: José Eustáquio Alves (2007).

O gráfico acima mostra que para o cenário médio, isto é, uma taxa de fecundidade se estabilizando em 1,85 filho por mulher, teríamos uma população em torno de 250 milhões de habitantes no ano 2050. No caso da fecundidade ficar estável em torno de 2,35 filhos por mulher, a população brasileira chegaria a 300 milhões no meio do século XXI. No cenário que considera uma queda mais acelerada da fecundidade, a população chegaria a 230 milhões em 2030 e cairia para 210 milhões em 2050. As projeções da ONU trabalham com uma variação de (0,5) filho em torno do cenário médio, portanto, meio (0,5) filho para cima ou para baixo da Taxa de Fecundidade Total de 1,85 filho pode significar uma diferença em torno de 50 milhões de habitantes para o Brasil de 2050.

José Eustáquio Alves (2007) destaca que os dados da PNAD (2006) do IBGE mostram uma taxa de fecundidade para as mulheres brasileiras decrescente, a qual já chegou em 2,0 filhos por mulher, ou seja, abaixo do nível de reposição populacional. O autor enfatiza, contudo, a existência de uma disparidade na fecundidade da população mais pobre e menos escolarizada. Esta continua apresentando uma fecundidade acima da reposição, sendo a taxa de fecundidade abaixo de 2 filhos concentrada nas parcelas da população com mais de um salário mínimo de renda per capita domiciliar e/ou as mulheres com mais de 8 anos de estudo.

3.1.2 A transição da mortalidade brasileira

Conforme Rios-Neto (2005) a dinâmica de crescimento populacional deve ser, também, analisada a partir das taxas de mortalidade. No Brasil, as taxas de mortalidade vêm apresentando um acentuado declínio desde o período intra-uterino até as idades mais avançadas. A Taxa Bruta de Mortalidade (TMB) no Brasil manteve-se bastante alta ao longo do século XIX, em torno de 30 óbitos para cada mil habitantes. Somente após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) registra seus níveis mais baixos, em torno de 7 óbitos para cada mil habitantes. José Eustáquio Alves (2008) salienta que após 2010 existe uma ligeira tendência de alta da taxa de mortalidade, simplesmente por consequência do processo de envelhecimento da população brasileira.

Os níveis de mortalidade normalmente são mensurados a partir dos indicadores de esperança de vida ao nascer, que indicam o número de anos de vida de um recém-nascido, dadas as condições vigentes de mortalidade.

A esperança de vida ao nascer passou de 43,6 anos na década de 40 para 53,7 anos na década de 60 - uma variação de cerca de 10 anos durante o período. A mortalidade continuou sua tendência de declínio na década de 70, com a esperança de vida passando a 59,9 anos nos anos 70 - um ganho de 6,2 anos em apenas dez anos. Em 1980, a esperança de vida ao nascer era de 62,35 anos. Durante o período seguinte (1991 a 2007) a expectativa ao nascer da população do Brasil aumentou 5 anos, 6 meses e 26 dias, e a taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano de idade por cada mil nascidos vivos) declinou: de 45,19 ‰, em 1991, para 24,32 ‰, em 2007. No mesmo período, a relação entre a mortalidade de homens e mulheres com idades entre 20 a 24 anos passou de 3,34 em 1991 para 4,20 em 2007, e continua sendo mais elevada no Sudeste (4,99). Se as mortes por causas externas, particularmente as violentas, entre a população jovem masculina, não tivessem sua atual dimensão, a esperança de vida dos brasileiros poderia ser mais elevada em cerca de 2 anos.

Quadro 1: Esperança de vida ao nascer por sexo e ganho absoluto - 1991 a 2007

Sexo	1991	2007	Ganho no período	
Ambos os sexos	67,00	72,57	5,57	5 A, 6 M e 26 D
Homens	63,20	68,82	5,62	5 A, 7 M e 14 D
Mulheres	70,90	76,44	5,54	5 A, 6 M e 15 D

A = Anos M = Meses D = Dias

Fonte: IBGE (2007).

O quadro 1 acima demonstra que entre 1991 e 2007 a população do país ganhou 5,57 em sua expectativa de vida ao nascer, ao passar de 67,00 anos, em 1991, para 72,57 anos, em 2007. Em 2006, a esperança de vida para o Brasil era de 72,28 anos e cresceu, portanto, 3 meses e 14 dias no transcurso de 1 ano. O diferencial por sexo que, em 1991, era de 7,70 anos, experimentou um discreto declínio, passando para 7,62 anos, em 2007. Os mais expressivos diferenciais por sexo são encontrados nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, certamente fruto da combinação de efeitos como a maior longevidade feminina e as mortes por causas externas entre a população masculina jovem.

3.1.3 Movimentos migratórios no Brasil

Os movimentos migratórios no Brasil assumiram uma grande magnitude e expressão a partir dos anos 1950 do século passado, quando a sociedade brasileira passa por um processo de intensa urbanização e um acirramento das desigualdades regionais. Os intensos fluxos de população estiveram interligados à concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população (PATARRA, 2004).

A partir dos anos 50 inicia-se uma etapa mais dinâmica da economia nacional. Superada a dinâmica da economia cafeeira assiste-se ao que Furtado (2002) chamou de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira, ou seja, o que passa a dar dinamismo à economia brasileira são os setores voltados ao mercado interno – aquilo que caracterizaria o longo período de industrialização brasileira, ou ainda, a montagem das bases materiais do capitalismo nacional.

De acordo com Rego e Marques (2003, p. 256) o papel da imigração no Brasil foi fundamental para alavancar plenamente o processo de substituição de importações no país:

[...] não só pelo lado do capital, mas também do trabalho, ao trazer grande massa de homens desprovidos de propriedade, aptos e dispostos ao trabalho assalariado. Há de assinalar a dificuldade para que a massa de escravos ou dos brancos pobres da sociedade escravista se constituísse em mercado de trabalho, portando-se como homens livres em busca de um emprego em troca de salário.

O autor enfatiza que a economia cafeeira, por meio da imigração e de sua própria expansão, resultante de seu efeito multiplicador nas atividades urbanas, gerou agentes e novos segmentos sociais indispensáveis a um efetivo processo de industrialização.

Em Patarra (2004) verifica-se que o processo migratório atingiu seu clímax na década de 1970, quando a modernização agrícola fez a migração rural-urbana alcançar a cifra de 15,6 milhões de pessoas. Camarano e Beltrão (2000 *apud* PATARRA, 2004) demonstra a intensa desruralização ocorrida no Brasil entre os anos 1950 até os anos 1980. Em 1950 aproximadamente 36% da população residia no meio urbano, e em 1980, 70%. Em termos

absolutos, os saldos líquidos emigratórios² rurais foram de aproximadamente 10,8 milhões para as décadas de 1950-60, 11,41 milhões para as décadas de 1960-70 e 14,4 milhões para as décadas de 1970-80, ou seja, 36,6 milhões de pessoas deixaram área rural nesses trinta anos.

As migrações internacionais desempenharam um papel importante na dinâmica demográfica brasileira entre 1872 e 1930. A partir daí, os estudos demográficos passaram a considerar a população brasileira como fechada até os anos 1980 (TAFNER, 2006).

A partir da análise dos resultados do Censo Demográfico de 1991 observa-se saldo líquido migratório negativo nos anos 1980. Esse movimento perdurou nos anos 1990. Foi estimado um saldo líquido negativo de aproximadamente 1,9 milhão de pessoas para a década de 1980 e de 700 mil para os anos 1990 (Tabela 1). Em termos de impacto no crescimento da população brasileira, provocado por esse fluxo, é muito pequeno: menos de 1% da população em 1990 e menos de 0,5% em 2000. No entanto, as estimativas se referem apenas aos grupos etários de 15 a 34 anos, dado que as demais idades não foram consideradas estatisticamente significativas.

Tabela 1 – Brasil: Estimativas do Saldo Líquido Migratório por Idade e Sexo – 1980-1990 e 1990-2000

Idade	Homens		Mulheres		Total	
	1980-1990	1990-2000	1980-1990	1990-2000	1980-1990	1990-2000
15-19	-125.259	118.871	80.140	158.545	-45.119	277.415
20-24	-354.582	-46.990	-247.652	-121.597	-602.234	-168.587
25-29	-413.968	-204.364	-446.471	-229.644	-860.439	-434.007
30-34	-166.981	-27.423	-229.186	-46.205	-396.166	-73.628
Total	-1.060.790	-278.777	-843.168	-397.446	-1.903.958	-676.223

Fonte: Tafner (2006).

Rios-Neto (2005) observa que, embora o volume de emigrantes brasileiros não seja expressivo quando comparado ao total da população do país, a análise das saídas de jovens do país (Gráfico 4) sugere uma possível redução de seu contingente de jovens brasileiros qualificados para países desenvolvidos, nos quais a População Economicamente Ativa (PEA)

² O saldo líquido migratório é o resultado da diferença entre as saídas e entradas de migrantes em uma dada população.

vem se reduzindo por estarem numa fase mais avançada do processo de transição demográfica.

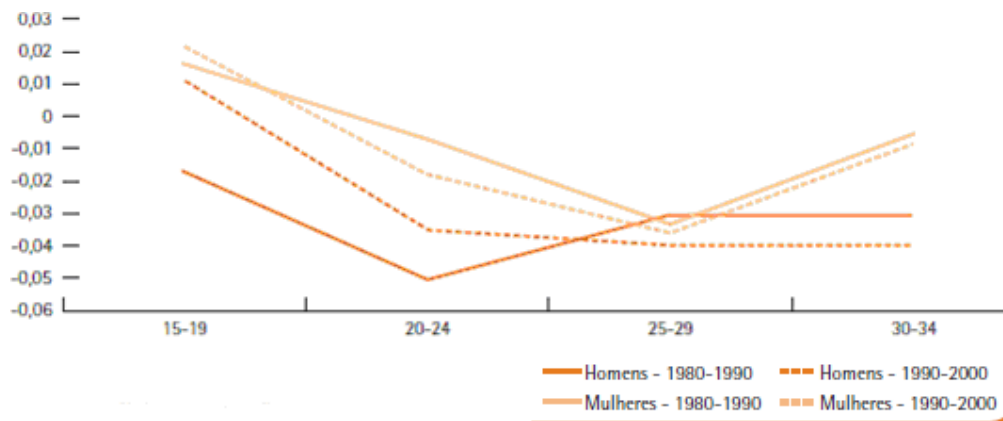


Gráfico 4 – Brasil: Taxas Líquidas de Migração Internacional por Sexo (Decenais) – 1980-1990

Fonte: Tafner (2006).

3.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Ao longo do século XX ocorreram mudanças significativas com a população brasileira. Tafner (2006) menciona que a redução da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada, acarretando em mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população, na distribuição etária e, conseqüentemente, na oferta de trabalho, o que insere o país num cenário clássico do fenômeno da transição demográfica. Conforme Alves e Bruno (2006), durante a primeira metade do século XX as Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) se reduziram de maneira significativa, especialmente após o fim das duas grandes Guerras Mundiais. Neste período as Taxas Brutas de Natalidade (TBN) permaneceram elevadas e só passaram a cair continuamente a partir de meados da década de 1960. Como as taxas de mortalidade tiveram uma trajetória de declínio de forma antecipada e em ritmo mais rápido do que as taxas de natalidade, houve uma aceleração do crescimento vegetativo da população em relação a todos os períodos históricos anteriores. Nas décadas de 1950 e 1960 a população cresceu

aproximadamente 3% ao ano. Os autores destacam que mesmo levando-se em consideração esta desaceleração do crescimento demográfico a partir da segunda metade dos anos de 1960, as três décadas que cobrem o período de 1950 a 1980 foram marcadas pelo maior crescimento vegetativo de toda a história brasileira, apresentando uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano.

Em Alves e Bruno (2006) a partir de dados dos censos demográficos do IBGE até o ano de 2000 e as revisões das Nações Unidas (revisão de 2004), nota-se que as taxas de natalidade, desde o início do seu declínio, apresentam uma tendência de queda durante todo o período analisado. Já as taxas de mortalidade atingem seu ponto mais baixo na primeira década do século XXI, apresentando logo a seguir ligeira tendência de alta, decorrente do processo de envelhecimento da população.

O resultado deste processo de transição demográfica é uma redução do ritmo de crescimento da população. O autor destaca que o ritmo de crescimento da população se acelerou desde o início do século passado até a década de 1960, atingindo um ponto de inflexão a partir do qual a curva se desacelera, devendo chegar ao crescimento zero por volta do ano 2050.

Segundo as projeções da ONU, a população brasileira que passou de pouco mais de 17 milhões em 1900 para 170 milhões em 2000, deve atingir sua estabilidade, na casa de 250 milhões de habitantes por volta de 2050.

O processo de transição demográfica em curso no Brasil, provocado pela redução da fecundidade e da mortalidade, leva a importantes mudanças na estrutura etária da população. Em Tafner (2006) os autores apontam que a mudança mais importante nos últimos anos foi o envelhecimento populacional. Alves e Bruno (2006) enfatiza que este efeito da transição demográfica tem implicações importantes para as políticas sociais e econômicas, uma vez que a população deixa de ser predominantemente jovem para iniciar um processo progressivo de envelhecimento. O autor lamenta, contudo, que este fenômeno esteja sendo analisado puramente no campo da demografia, sem que os formuladores de políticas públicas da área social e da economia do Ministério da Fazenda tirem proveito das oportunidades decorrentes da nova situação.

Esta idéia é corroborada por Martine, Carvalho e Árias (1994, *apud* ALVES e BRUNO, 2006, p. 6) quando se referem ao processo de transição demográfica no Brasil:

[...] por enquanto, essa mudança vem sendo tratada pela sociedade brasileira como mais uma obscura curiosidade científica que interessa apenas à comunidade de demógrafos e de outros especialistas. Tanto o fenômeno como suas implicações continuam a ser ignorados por boa parte da opinião pública e não têm sido praticamente levados em consideração na redefinição de políticas sociais.

Wong e Carvalho (2005) denominam este processo de transição etária estrutural (*Age Structural Transition* – AST), que provoca mudanças no tamanho das diversas coortes etárias e modifica o peso proporcional dos diversos grupos de idade no conjunto da população. O Gráfico 5 mostra as pirâmides etárias brasileiras. Os autores Alves e Bruno (2006) analisam as transformações na estrutura das pirâmides etárias brasileiras no período entre 1950-2050.

Nota-se que a pirâmide de 1950 possuía uma base extremamente larga e um topo extremamente estreito. Trinta anos depois a pirâmide ainda apresentava uma forma clássica onde cada grupo etário mais velho era menor que o grupo etário anterior, embora a base da pirâmide tenha se reduzido, em termos percentuais, em relação a de 1950. A continuidade da queda das taxas de fecundidade fez com que a pirâmide etária do ano 2000 apresentasse os 3 grupos etários mais jovens com percentagens menores que o grupo de 15 a 19 anos. Ou seja, taxas menores de natalidade e mortalidade transformam a estrutura etária da população, diminuindo o peso da presença de crianças e aumentando, em um primeiro instante o peso do grupo de adultos e, posteriormente, o peso dos idosos. Isto fica claro na forma da pirâmide de 2050, quando a estrutura etária da população brasileira deverá assumir um formato retangular e a percentagem de idosos deverá ultrapassar a percentagem de crianças, em especial para o caso da população feminina.

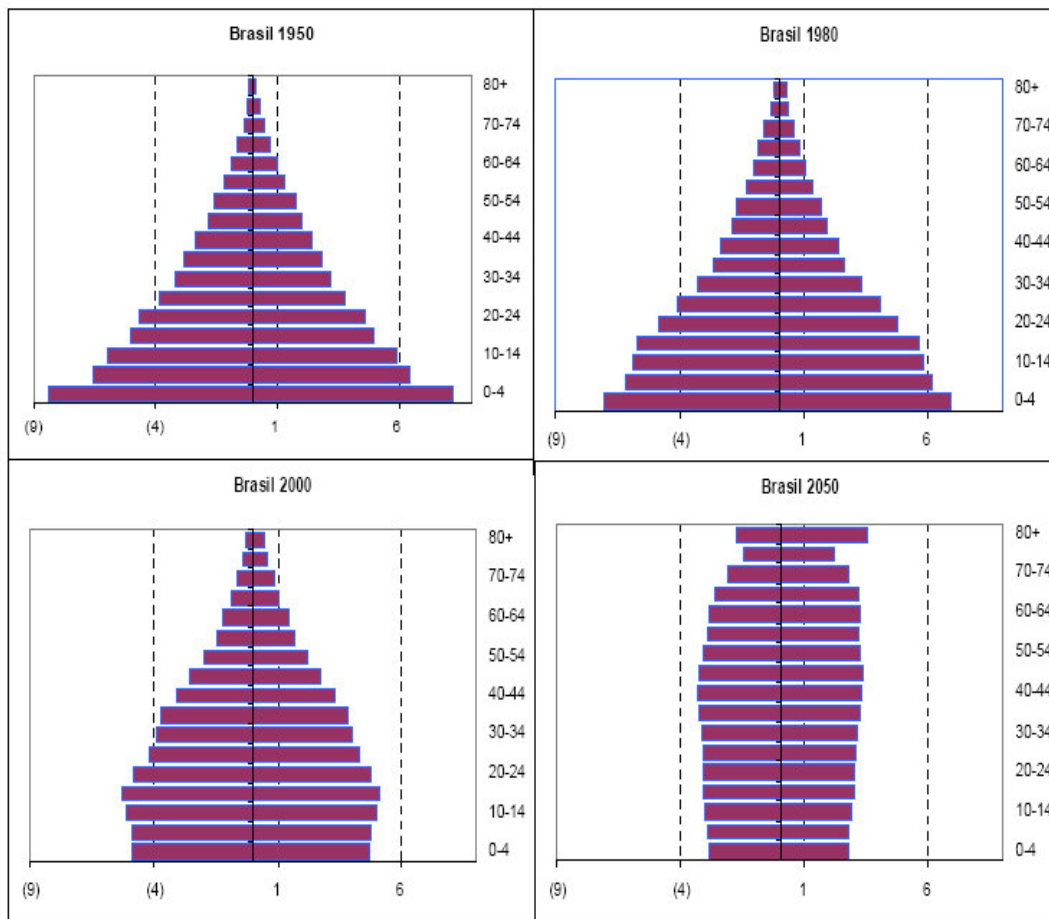


Gráfico 5 – Pirâmides etárias brasileiras (1950-2050)

Fonte: Alves e Bruno (2006).

Ao processo de mudança da estrutura etária e de envelhecimento da população – que é provocado fundamentalmente pela queda da fecundidade – somam-se dois indicadores sociais muito positivos: a queda das taxas de mortalidade infantil e a elevação da esperança de vida. O Gráfico 6, abaixo, mostra que a mortalidade infantil caiu de 135 mortes de crianças com menos de 1 ano de idade em mil nascidos vivos, em 1950, para cerca de 30 por mil no ano 2000 e deverá ficar abaixo de 10 por mil no ano 2050. Por outro lado, a esperança de vida ao nascer, para ambos os sexos, passou de 50 anos em 1950, para 70 anos em 2000 e deverá ficar em torno de 78 anos por volta do ano 2050, sendo que a esperança de vida ao nascer das mulheres brasileiras deverá ultrapassar os 80 anos já na década de 2030.

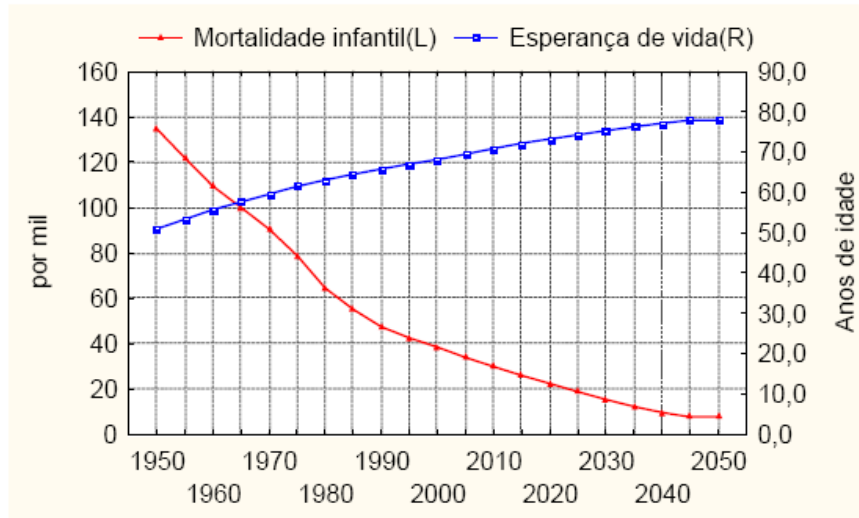


Gráfico 6 – Mortalidade infantil e Esperança de vida (1950-2050)

Fonte: Alves e Bruno (2006).

Segundo Wong e Carvalho (2005) e Alves e Bruno (2006) o aumento da longevidade pode levar a um importante efeito microeconômico: maiores taxas de poupança e investimento em “capital humano” e ativos fixos e financeiros, uma vez que os adultos tendem a economizar quando estão em idade produtiva, criando condições para manter níveis adequados de consumo na velhice. Desta forma, o processo de transição demográfica que teve início com a queda das taxas de mortalidade no início do século XX e continuou com a queda das taxas de natalidade na segunda metade do século XX deverá provocar um impacto extraordinário na estrutura etária brasileira na primeira metade do século XXI. O primeiro impacto se dará com a elevação da parcela da população em idade ativa o que poderá favorecer o desenvolvimento econômico e social do país. Este fenômeno provocado pelas mudanças na dinâmica populacional é, de forma sintética, chamado de “bônus demográfico”, “dividendo demográfico” ou “janela de oportunidade demográfica”.

3.3 TAXAS DE DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA E O BÔNUS DEMOGRÁFICO

Como já mencionado, uma das conseqüências da transição demográfica é a alteração da estrutura etária da população reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, em primeiro lugar, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos. De maneira

quase padrão, quando se considera a estrutura etária, a literatura define as crianças pela soma das coortes de 0 a 14 anos, os adultos como a soma das coortes de 15 a 64 anos e os idosos como as pessoas acima de 65 anos. De maneira arbitrária, as crianças e idosos são definidos como população “dependente” e a população de adultos como população potencialmente produtiva ou População em Idade Ativa (PIA). Assim, a taxa de dependência demográfica é definida como a soma da população de crianças e idosos dividida pela população adulta.

Estudo realizado pelo IBGE (2002) compara os censos de 1940 e 2000. A partir dessa comparação os autores concluem que o declínio da taxa de fecundidade e a redução da mortalidade foram fatores determinantes para o estreitamento da base da pirâmide etária brasileira, com redução no número de jovens e ampliação no número de idosos (Gráfico 7). Enquanto o contingente de pessoas entre 0 a 14 anos decresceu, no período estudado, de 42,9% da população para 29,6%; na faixa etária de 15 a 59 anos, houve aumento de 53% para 61,8%, bem como entre os idosos (60 anos ou mais), que passou de 4,1% para 8,6%.

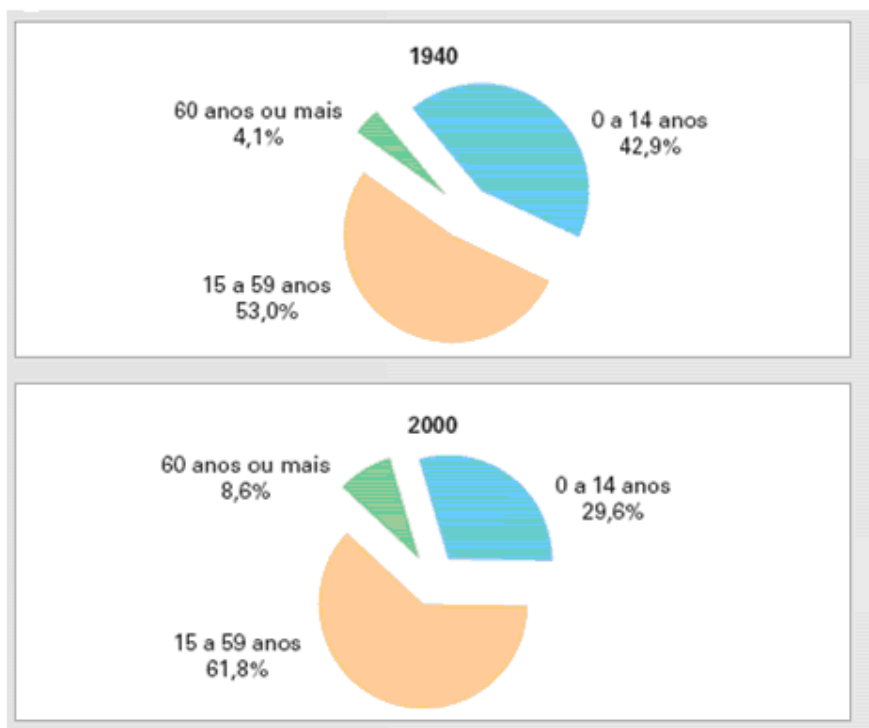


Gráfico 7 – Peso relativo da população de 0 a 14 anos – 15 a 59 anos e 60 anos ou mais (1940-2000)

Fonte: IBGE (2002).

O Gráfico 8, abaixo, mostra as taxas de dependência demográfica (em %) para o Brasil no período de 1900 a 2050. Nota-se que na primeira metade do século XX as taxas de

dependência estavam acima de 80 pessoas “dependentes” para cada 100 pessoas em idade produtiva.

Entre 1950 e 1970 as taxas de dependência aumentaram em decorrência da rápida queda nas taxas de mortalidade infantil que possibilitaram a elevação do percentual de crianças sobreviventes.

No transcorrer da década de 1960, com o início da queda contínua da fecundidade, a taxa de dependência se reduziu até o ano 2000 e as projeções indicam que deverá continuar se reduzindo até 2025. Nos 30 anos compreendidos entre 2005 e 2035 as taxas de dependência deverão permanecer abaixo de 50 pessoas “dependentes” para cada 100 pessoas em idade ativa. Em 2050 a taxa de dependência deverá aumentar para 60 pessoas “dependentes” para cada 100 pessoas em idade ativa, devido ao processo de envelhecimento, mas essa taxa ainda estará bem abaixo dos quase 90 “dependentes” registrada na década de 1960.

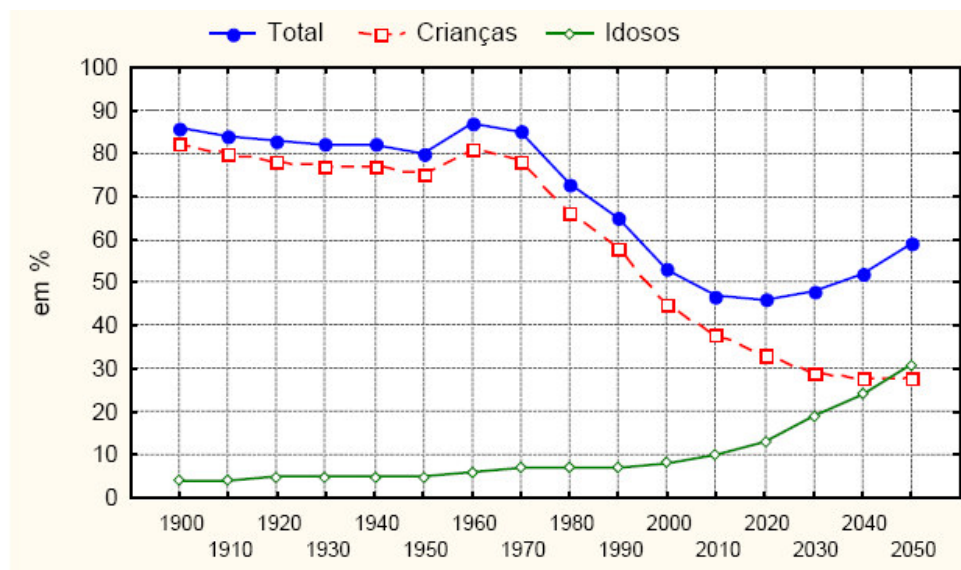


Gráfico 8 - Taxa de dependência (1900-2050)

Fonte: Alves e Bruno (2006).

Para Alves e Bruno (2006) a transição demográfica provoca tendências opostas nas taxas de dependência, em termos geracionais. Observa-se que a taxa de dependência de crianças (0 a 14 anos) cai persistentemente desde o início da queda da fecundidade no Brasil, enquanto a taxa de dependência dos idosos (65 anos e mais) sobe continuamente. Contudo, somente em 2050 a taxa de dependência dos idosos ultrapassará a taxa de dependência das crianças. A média da taxa de dependência durante todo o século XX foi de 78 pessoas “dependentes” para cada 100 pessoas em idade produtiva. A mesma média para a primeira

metade do século XXI será de 50, isto é, haverá proporcionalmente menos 28 pessoas “dependentes” para as mesmas 100 pessoas em idade produtiva.

Camarano (2002), analisando o envelhecimento da população brasileira, conclui que no Brasil não tem sido observada uma associação tão clara entre envelhecimento e dependência. Uma das razões se dá pela maior renda dos idosos vis-à-vis alguns segmentos populacionais, como os jovens. No Brasil o peso da renda dos idosos no orçamento familiar é significativo. A autora acrescenta que nas famílias onde os idosos são chefes encontra-se uma proporção expressiva de filhos morando no mesmo domicílio. Essa situação vem se agravando, principalmente, em decorrência da dificuldade que os jovens enfrentam para ingressar e se manter no mercado de trabalho.

A partir dos dados da PNAD (2007), a autora constata que o percentual de idosos pobres do sexo masculino experimentou uma forte redução; passando de 24,7% em 1992 para 13,8% em 2007. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em aproximadamente 8 pontos percentuais, ou seja, passou de 20,8% para 12,7%. A diminuição na incidência da pobreza entre as mulheres idosas foi maior que a observada entre os indivíduos não idosos. Foi visto também, que dentre os idosos as mulheres são menos pobres do que os homens, oposto do que se verifica para os não idosos. Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja originária da Seguridade Social, cuja contribuição tem aumentado no tempo, o trabalho aporta também, uma parcela expressiva na sua renda, 27,3%. Esta proporção é maior entre os homens (36,6%) enquanto para as mulheres a contribuição foi de 12,0%. Em 2007, dentre os homens, 42,6% trabalhavam e dentre as mulheres, 19,3%. A baixa participação feminina reflete a sua baixa participação em décadas anteriores. Isto torna as mulheres idosas mais dependentes da renda de outros membros da família.

Outro dado relevante e que vem ao encontro das conclusões de Camarano, é que em 2007, aproximadamente 13 milhões idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 58,8% eram homens. Dos 23,0% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 86,2% eram mulheres. Em aproximadamente 5,9 milhões de famílias onde o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos residindo. Nestas famílias, os idosos contribuía com 54,9% da renda familiar. Ou seja, os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem mantido o seu papel de provedor e cuidador dos membros da família.

Alves e Bruno (2006) ao fazer uma análise sob a ótica puramente demográfica, projetam que a “carga econômica” da dependência demográfica será bastante menor na primeira metade do século XXI do que em qualquer outro momento da história brasileira.

Estas mudanças têm, potencialmente, um efeito positivo sobre a renda per capita. Como ilustração, se considerarmos fixos o produto por trabalhador e as taxas de participação na força de trabalho, o simples aumento da PIA – devido ao efeito de composição – elevará o PIB per capita.

Segundo José Eustáquio Alves (2008) o principal componente da redução da carga de dependência foi a redução da Razão de Dependência (RD) do grupo de crianças/adolescentes em queda desde 1970 em função da queda das taxas de fecundidade. Como pode-se observar na Tabela 2, abaixo, em 1960 a RD era de 83%, o que significa que para cada 100 pessoas na PIA havia 83 jovens e idosos, sendo que deste montante 78 eram jovens e apenas cinco idosos, ou seja, o peso relativo dos jovens para a PIA era muito mais significativo. Brito (2007b) constata que não se poderia esperar outra coisa de um país, naquele momento, com uma fecundidade alta e crescimento acelerado da população, que contava com 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos. O autor utiliza o indicador das relações intergeracionais, que é o índice de idosos, isto é, o quociente entre o número de idosos e o de jovens. Em 1960, esse valor era de 6,4 idosos para cada 100 jovens, o que só confirma a situação da população brasileira na época, jovem, com 50% da sua população com menos de 20 anos de idade. No final do século passado, a razão de dependência total já tinha baixado para 54%, mesmo assim ainda mantendo um grande peso dos jovens.

Tabela 2 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos – Índice de Idosos e Idade Mediana, Brasil, 1950-2050

Razão de dependência					
Período	Total	Jovens	Idosos	Índice de Idosos	Idade Mediana
1950	79,06	74,7	4,36	5,83	19,2
1960	82,95	77,95	5	6,41	18,6
1970	82,33	76,6	5,73	7,48	18,6
1980	73,04	66,1	6,94	10,49	20,3
1990	65,81	58,58	7,23	12,34	22,5
2000	54,37	45,97	8,41	18,28	25,3
2010	50,69	40,59	10,1	24,88	28,5
2020	48,79	35,8	12,99	36,28	31,9
2030	50,15	31,93	18,22	57,08	34,7
2040	52,96	29,58	23,39	79,08	37,6
2050	57,87	28,15	29,72	105,56	40,3

Fonte: Brito (2007b).

Com base nas projeções vistas acima, na primeira metade deste século, a RDT permanecerá entre 49% e 57%, mudando, no entanto, profundamente sua composição. Enquanto em 2000 a razão de dependência dos jovens era quase seis vezes maior do que a dos idosos, em 2050, as duas razões de dependência serão praticamente iguais. Os demógrafos têm chamado atenção para as oportunidades demográficas que poderiam ser usufruídas pela sociedade e economia, entre 2010 e 2030, em função, principalmente, do crescimento da PIA, acompanhado pela redução da razão de dependência total, que, nesse período, alcançará seus menores valores, em torno de 50%, sendo que o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens. Ter-se-ia, para cada 100 pessoas em idade ativa, apenas 50 jovens e idosos, com preponderância dos jovens. Em outras palavras, as transferências intergeracionais seriam favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. No intervalo mais amplo, entre 2000 e 2040, as condições demográficas poderiam ser consideradas favoráveis: em 2000, a RDT era de, aproximadamente, 54% e, em 2040, seria de 53%. Mesmo com uma razão de dependência total de 54% – seu maior valor – ter-se-ia 1,08 dependente para cada duas pessoas potencialmente produtivas, o que do ponto de vista econômico seria uma situação plenamente oportuna.

No gráfico 9, abaixo, pode-se verificar que somente a partir de 2030 é que a RD dos idosos passará a sobrepujar a queda da RD do grupo crianças/adolescentes e fará a RD total aumentar.

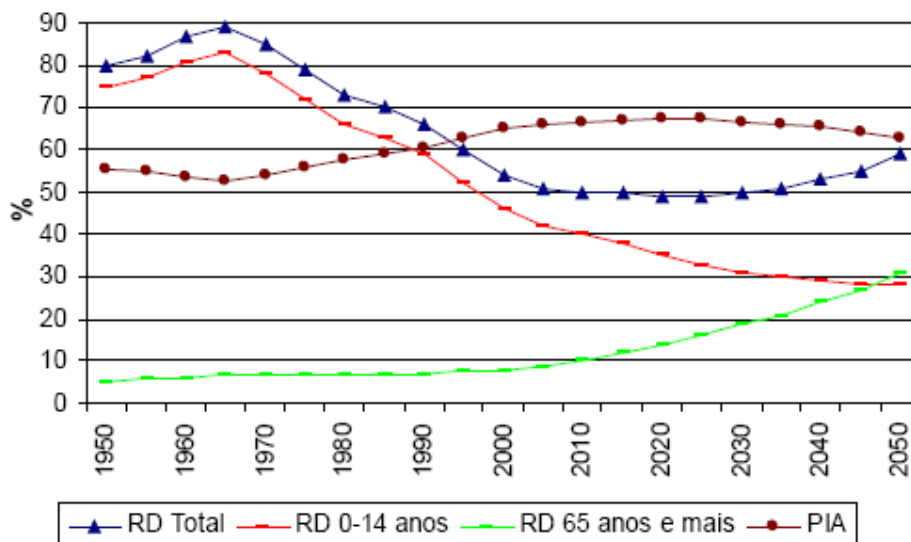


Gráfico 9 – Razão de dependência Total – Jovens e idosos – PIA – (1950 a 2050)

Fonte: José Eustáquio Alves (2008)

Esta menor carga de dependência é denominada na literatura de “Janela de Oportunidade”, “Bônus Demográfico” ou “Dividendo Demográfico”. Rios-Neto (2005) destaca:

[...] quando discutido por literatura menos economicista, é um fenômeno benéfico para a sociedade em termos econômicos, associado às consequências diretas do declínio da fecundidade sobre a estrutura etária durante e imediatamente após a transição demográfica. Estas mudanças na estrutura etária, para o caso brasileiro, trazem consequências sobre o crescimento econômico e a estrutura de gastos públicos (RIOS-NETO, 2005, p. 27).

Trata-se, portanto, de uma “janela de oportunidades” que requer políticas públicas econômicas adequadas que permitam que este potencial demográfico seja colocado a serviço do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população.

Conforme José Eustáquio Alves (2008) a Janela ou Bônus Demográfico no Brasil iniciou em 1995 e irá até 2055, sendo o quinquênio entre 2020 e 2025 de maior abertura da Janela de Oportunidade Brasileira. (Gráfico 10)

A diferença positiva entre o crescimento da PIA e o crescimento populacional ocorre precisamente durante o período da transição demográfica, e tende a perder força à medida em que a inércia populacional é reduzida e a população se aproxima da estabilidade populacional, ou seja, a Janela de Oportunidade começará a se fechar a partir de 2025 até perder todas as vantagens a partir de 2055.

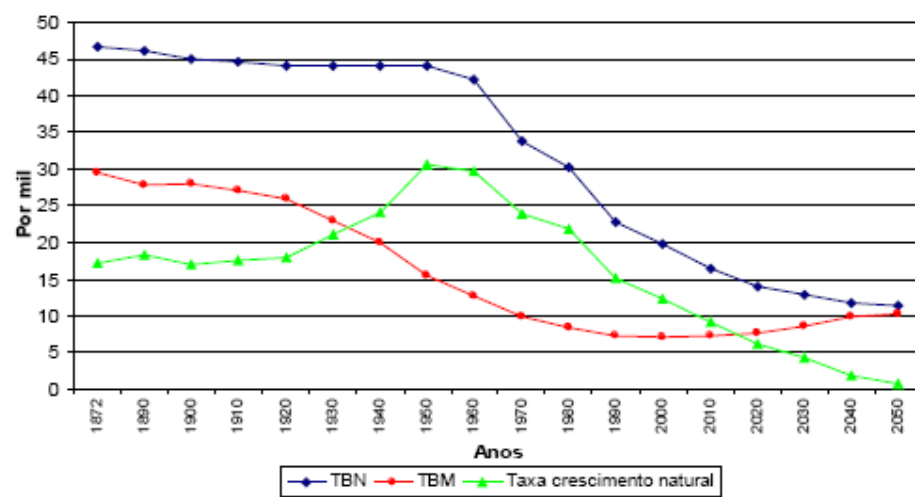


Gráfico 10 - Transição Demográfica no Brasil (1872-2050)

Fonte: José Eustáquio Alves (2008).

Para Mason (2005) o bônus demográfico é resultado do impacto direto do crescimento na razão de suporte econômico, definida como a razão entre a população em idade ativa (PIA) e a população total, o que pode ser compreendido como a razão entre produtores e consumidores. A vantagem aberta pela demografia se daria pela queda das taxas de dependência demográficas e do aumento percentual da PIA, uma vez que crianças e idosos, que compõem o grupo de “dependentes” tendem a consumir mais do que produzem e as pessoas em idade ativa tendem a produzir mais do que consomem. O autor denomina este momento da transição demográfica de “primeiro bônus demográfico”.

O segundo bônus demográfico se dá a partir de uma relação entre o envelhecimento populacional e a riqueza acumulada. De acordo com o autor a relação entre envelhecimento e riqueza decorre tanto de efeitos de composição como comportamental. O efeito de composição é causado pelo impacto do envelhecimento da População Economicamente Ativa, levando a uma maior concentração de riqueza em função da proximidade de ingresso na aposentadoria. O efeito comportamental é uma consequência da maior esperança de vida.

Mais anos de vida aumentam a necessidade de consumo e, portanto, maior acumulação de riqueza, uma vez que a capacidade produtiva dos indivíduos é decrescente.

Mason (2005) destaca, ainda, que o primeiro bônus só acontece uma vez e tem um caráter transitório, pois começa a perder impacto com o envelhecimento populacional. Já o segundo bônus pode ter um efeito mais permanente, dependendo da relação econômica que se estabelece entre os idosos e o restante da população.

José Eustáquio Alves (2008) argumenta que a população nunca foi um entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil, e vai além ao projetar uma contribuição ainda mais intensa da população na primeira metade do século XXI para a promoção do crescimento econômico e para o bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Entretanto Brito (2007b) ao considerar a realidade da sociedade brasileira, em que o número de pessoas desocupadas é ainda muito grande, argumenta que a razão de dependência demográfica pode não ser um indicador suficiente. Segundo o autor, considerando uma razão de dependência mais restrita, quando se tomariam, em todas as idades, os não-ocupados como dependentes dos ocupados, a proporção dos dependentes fica muito maior: 161% em 2000, ou seja, para cada cem pessoas ocupadas, ter-se-iam 161 não-ocupadas, o que significa que a carga econômica daqueles que estão realmente ocupados é muito maior do que revela a razão de dependência estritamente demográfica. Entre os ocupados, a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, representava um pouco mais da sua metade, 52%. (Gráfico 11). A quase totalidade dos contribuintes está na PIA, com uma grande concentração no grupo de 30 a 49 anos. Em termos absolutos, o formato das duas curvas é semelhante, ficando, logicamente, a de contribuintes mais abaixo. A modalidade permanece no grupo de 30 a 49 anos. O autor destaca, ainda, que se levarmos em conta a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poder-se-ia calcular uma outra razão de dependência, baseada na relação entre contribuintes e não-contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes, haveria 506 não-contribuintes, ou seja, uma relação completamente adversa para o sistema de seguridade social. Sem aumentar o número de pessoas ocupadas e, conseqüentemente, o número de contribuintes, facilitando seu acesso ao mercado de trabalho formal, maiores serão os encargos fiscais necessários para financiar as políticas relativas à seguridade social. O que significa, em outras palavras, que o dividendo demográfico transitório só se efetivará, plenamente, se a razão de dependência demográfica estiver próxima da relação entre não-contribuintes de todas as idades e contribuintes.

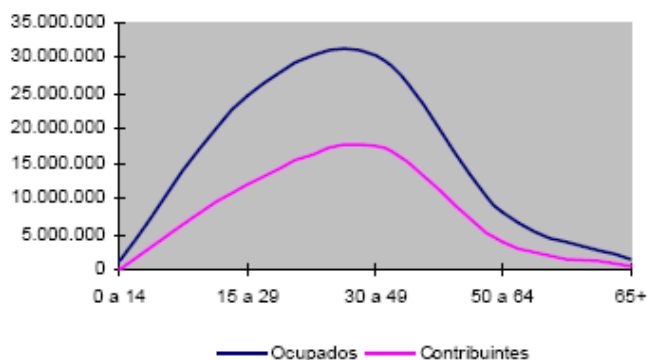


Gráfico 11 - População total ocupada e contribuinte, segundo grupos etários, Brasil, 2000.

Fonte: Brito (2007b).

3.4 COMPARAÇÃO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL COM A FRANÇA E A ITÁLIA

Conforme Brito et al. (2008) países desenvolvidos, como França e Itália, tiveram o início da sua transição demográfica muito antes do Brasil, já no final do século XIX. O Brasil, entre o início do século passado até 1940, tinha população menor que a da França e que a da Itália, sendo que neste último ano a população brasileira já era bem próxima da de ambos os países. Entre 1950 e 2000, a população francesa aumentou 17,5 milhões de habitantes e as projeções mostram, durante a primeira metade do século 21, um acréscimo de apenas 3,8 milhões de indivíduos. Após 2030, a população francesa deverá começar a diminuir em termos absolutos. Já o Brasil, entre 1950 e 2000, aumentou sua população em 120 milhões de habitantes e as projeções indicam um acréscimo de mais 79 milhões até 2050. O caso da Itália é semelhante: aumento reduzido no tamanho da sua população durante todo o período analisado, com tendência de diminuição, em termos absolutos, a partir de 2010. Em 1940, as três populações eram praticamente iguais; em 2000, a população dos dois países juntos representava 67% da brasileira e as projeções indicam que corresponderá a menos da metade da população brasileira. (Gráfico 12)

Um acréscimo absoluto tão pequeno na população, tanto da França quanto da Itália, só poderia ser traduzido em taxas de crescimento anuais muito baixas. O ponto mais alto do crescimento dos dois países pouco ultrapassou 1% ao ano. Depois de 1970, as taxas de ambos

ficaram abaixo de 0,5%, tangenciando o valor zero, sendo que a Itália, provavelmente, mergulhará em valores negativos depois de 2010, e a França, após 2030.

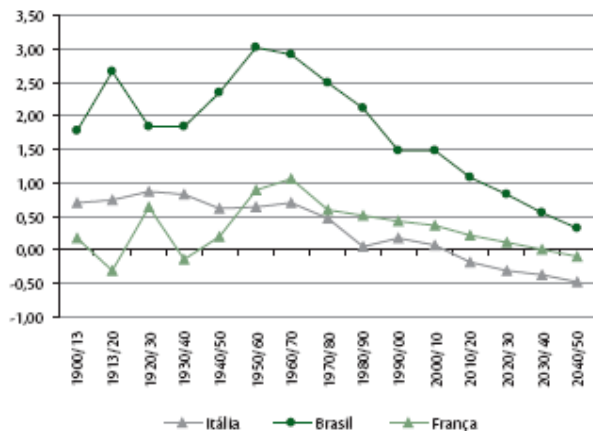


Gráfico 12 - Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População - Brasil, França e Itália, 1900-2050 (%)

Fonte: Brito et al. (2008).

No início do século passado, a Taxa de Fertilidade Total (TFT) da Itália era praticamente a metade da brasileira, e a da França, pouco acima de um terço. Somente em torno de 1980 é que o Brasil alcançou fecundidade semelhante à da Itália no princípio do século 20. Similar à da França no início do século, somente em meados da década de 1990 (Gráfico 13).

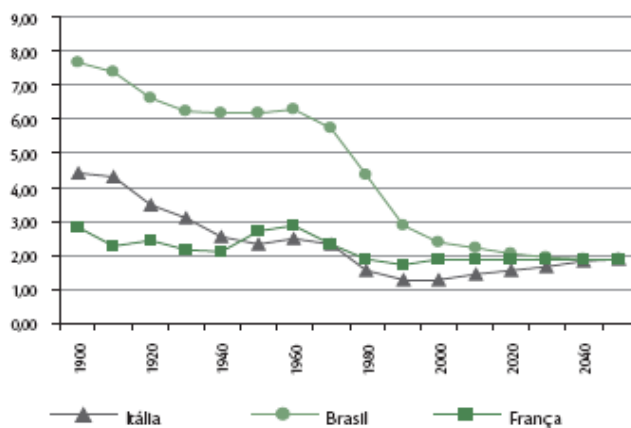


Gráfico 13 - Taxa de Fecundidade Total, Brasil, França e Itália, 1900-2050

Fonte: Brito et al. (2008).

A evolução diferenciada da estrutura etária dos três países reflete tempos e velocidades diferentes de suas respectivas transições demográficas (Gráfico 14). Note-se que, na Itália, em 1990, e na França, duas décadas depois, o número de idosos supera o de jovens, o que no Brasil acontecerá somente entre 2040 e 2050. Importante, também, é que a PIA da França, em cem anos, crescerá em termos absolutos apenas 9 milhões de pessoas, sendo que, depois de 2010, reduzirá o seu tamanho absoluto. Em 2050, a Itália terá uma PIA menor que a de 1950, sendo que desde 2000, ela já diminuía em termos absolutos. França e Itália são países com grau de envelhecimento muito superior ao do Brasil. A proporção de idosos na Itália ultrapassou a da França nos anos 1980. Cerca de 36% da população italiana, em 2050, deverá se constituir de pessoas com 65 anos ou mais de idade, bem acima da proporção francesa, em torno de 27%, e da brasileira, aproximadamente 20%, correspondente à da Itália em 2005.

As pirâmides etárias retratam as distribuições relativas das populações dos países analisados, por sexo e grupos quinquenais (Gráfico 14). Os dois países europeus, além de um processo de envelhecimento muito mais avançado que o do Brasil, apresentam nítidos reflexos das conseqüências demográficas da Segunda Guerra Mundial. Em 1950, as diferenças no formato das pirâmides eram notáveis. O Brasil, com sua enorme proporção de jovens, devido ao elevado e estável nível de fecundidade do período. Os dois países europeus, que já vinham experimentando fecundidade relativamente baixa há bastante tempo e ainda sob efeito das conseqüências demográficas da Segunda Grande Guerra. Ao se analisar comparativamente a evolução das pirâmides etárias, fica clara a distância entre os estágios da transição demográfica no Brasil e nos dois países europeus. Em 2050, Brasil e França deverão apresentar alguma semelhança, mas as diferenças em relação à Itália permanecerão ainda muito nítidas. A relativa semelhança, em meados deste século, se deverá à maior velocidade do processo de transição da fecundidade no Brasil, quando comparada à da França.

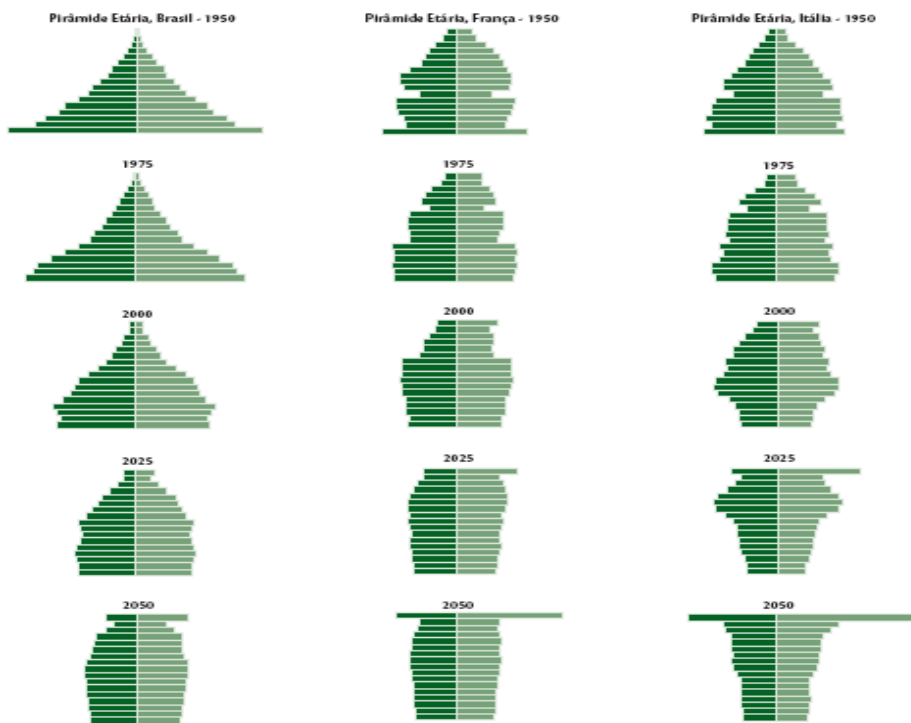


Gráfico 14 - Pirâmides Etárias, Brasil, França e Itália, 1950-2050

Fonte: Brito et al. (2008).

As Razões de Dependência (RD) demográfica indicam que tanto a França quanto a Itália, em 1950, tinham, para cada 100 habitantes em idade ativa, aproximadamente 50 habitantes com menos de 15 ou mais de 65 anos. A Razão de Dependência Total (RDT) do Brasil era de 80,0, bem superior à dos dois países europeus. Depois de 1985, a Razão de Dependência Idosa (RDI) francesa cresceu rapidamente, assim como a razão de dependência total, diante de uma Razão de Dependência Jovem (RDJ) bastante estável. O ponto mais baixo da RDT do Brasil vai ocorrer próximo de 2020, após longo período de declínio acentuado da RDJ. A partir de então, a RDT passará a crescer, de maneira sustentada, devido ao aumento da RDI, conseqüência do processo de envelhecimento populacional. Em 1990, a RDT da Itália alcançou seu nível mais baixo, após queda sustentada da RDJ. Após 1990, a RDT passou a crescer rapidamente, sustentada pelo aumento expressivo da RDI.

Comparando o Brasil com os dois países europeus, verifica-se que as diferenças entre as taxas de crescimento demográfico são grandes, conseqüência, principalmente, da distância muito grande entre seus níveis de fecundidade. Os países europeus já concluíram a sua transição demográfica e o Brasil ainda está a meio caminho, o que torna a comparação

proveitosa, apesar de existir uma grande diferença: a velocidade da transição demográfica no Brasil está sendo muito mais acelerada.

Segundo Brito (2007c) a situação demográfica mundial revela que as grandes regiões do planeta vivem momentos diferenciados quanto a sua transição demográfica. A Europa já em uma fase extremamente avançada da transição demográfica. A América do Norte e a Oceania também em fases avançadas, mas ainda pouco distantes da situação européia. Ásia, ainda, em uma fase mais atrasada da transição demográfica.

As projeções da ONU indicam que somente entre 2040 e 2050 a população idosa no Brasil irá superar a população jovem, o que nos permite concluir que, apesar das especificidades de cada país, seria de grande utilidade para os governos do Brasil o estudo das experiências que países desenvolvidos, que já atingiram um alto grau de envelhecimento, como França e Itália, estão vivenciando, verificando os tipos de problemas que estes países enfrentam e como estão buscando soluções.

4 CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA

Como já visto anteriormente, o processo de transição demográfica que o Brasil está passando, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa. Conforme José Eustáquio Alves (2008) para que a sociedade brasileira possa desfrutar da nova estrutura etária, a economia precisa dispor de condições macro-dinâmicas e estruturais particulares. Um grande desafio surge para os formuladores de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população brasileira.

O aproveitamento da “janela de oportunidade” aberta pela demografia, visando o desenvolvimento econômico e social do país, requer incluir o componente populacional no planejamento das políticas públicas de Estado. Rios-Neto (2005) destaca que a agenda sobre o “janela de oportunidade” demográfica consiste na identificação de pontos de estrangulamento e oportunidades geradas pela dinâmica presente e futura da estrutura etária.

O presente capítulo tem por objetivo analisar a focalização das políticas públicas para o aproveitamento do período favorável oriundo da demografia. Para isso, o mesmo foi dividido em quatro seções. Na primeira seção faz-se uma análise do mercado de trabalho brasileiro procurando apontar alguns gargalos como, por exemplo: a situação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. A segunda seção procura traçar um panorama do sistema educacional brasileiro, desde a colonização até os dias atuais, onde percebe-se que as deficiências relacionadas à educação no Brasil são um entrave ao crescimento econômico do país. Na terceira seção busca-se analisar a questão da desigualdade social no Brasil gerada pelo próprio processo de desenvolvimento brasileiro, o qual convive com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica. Na quarta e última seção, a partir, dos problemas apontados nas seções anteriores, procura-se sinalizar possíveis direcionamentos das políticas públicas que poderiam ir ao encontro das vantagens oferecidas pelo momento demográfico que o Brasil está passando.

4.1 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A expansão da força de trabalho (ou seja, da população economicamente ativa) depende do aumento da população em idade ativa e da taxa de participação (proporção de pessoas que têm idade para trabalhar e de fato trabalham ou procuram emprego). Conforme dados do IBGE, de 1993 a 1999 a PEA ampliou-se em 2,2% ao ano, ritmo inferior ao da expansão da população em idade ativa (2,4% ao ano). O resultado foi afetado pelo declínio da taxa de participação, especialmente forte em 1996 (cerca de 2 pontos percentuais). O oposto tem ocorrido nos anos 2000: a PEA aumenta menos (1,9% ao ano, em média, nos anos 2002-2006), mas a PEA se expande rapidamente (2,9% ao ano), porque a taxa de participação cresce 2 pontos percentuais entre 2001 e 2006. Os dados e as projeções do IBGE mostram uma acelerada transição demográfica no Brasil, caracterizada, entre outras coisas, pelo crescimento acentuadamente menor da população em idade ativa. Em 2006, por exemplo, a PEA cresceu apenas 1,7%, menos que a média de 2,4% dos anos 90. Para 2010, a estimativa do IBGE é de que a população de 10 anos ou mais cresça 1,5%. Uma expansão menor da população em idade de trabalhar não significa necessariamente que a oferta de mão-de-obra também crescerá menos. A taxa de participação pode continuar aumentando nos próximos anos se a provável presença menor dos jovens — que estariam estudando em vez de trabalhar — for mais do que compensada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, ocorreu uma mudança importante na composição da PEA nos anos recentes. Há mais adultos e idosos e menor participação das populações infantil e juvenil.

Como já vimos no capítulo 2, essa mudança resultou da associação entre as tendências de queda na taxa de fecundidade e de mortalidade, que vêm prevalecendo há várias décadas — a taxa de fecundidade, por exemplo, caiu de 2,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 em 2000, e deve chegar a 1,7 em 2015, de acordo com o IBGE. A combinação desses movimentos mantém a expectativa de um processo de envelhecimento da população. Se o ritmo atual de declínio dessas taxas permanecer, a participação da população em idade ativa na população total diminuirá.

Nos anos recentes, a transição demográfica que o país vivenciou criou um cenário favorável ao crescimento econômico: o contingente de indivíduos em idade ativa tem aumentado, enquanto diminui a razão de dependência (relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de inativos). Ao mesmo tempo, a expansão mais lenta da PEA pode levar a uma diminuição relativa do hiato entre a oferta e a demanda da mão-de-obra,

o que poderia valorizar a força de trabalho, embora isso dependa do crescimento da economia, da intensidade com que esse crescimento vier a se transformar em criação de empregos e da evolução da taxa de participação no mercado de trabalho.

Oliveira (2002, *apud* COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2008) observa que ao longo dos anos 90 e no início da década de 2000, predominou no Brasil uma visão pessimista sobre a evolução da ocupação. Prevalencia a opinião de que havia sido inaugurado um período econômico em que o crescimento do PIB teria impacto cada vez menor no mercado de trabalho, em razão da busca de crescentes ganhos de produtividade e dos elevados custos de contratação de mão-de-obra. Tais ganhos seriam resultantes da adoção de novas formas de gestão administrativa e produtiva e de novas tecnologias, estimuladas pela abertura econômica. A partir de 1994, houve uma expressiva valorização da moeda nacional, como em outros países da América Latina, com o objetivo de pressionar para baixo os preços dos bens afetados pelo mercado internacional (bens comercializáveis), inaugurando um estilo de modernização que elevaria a produtividade, mas não de maneira sustentada. Como muitas empresas reduziram custos e participaram de fusões e aquisições que pouco estimularam o desenvolvimento industrial, a liberalização comercial tenderia a provocar um processo de especialização regressiva da indústria (contração de alguns setores de ponta tecnológica), cujas implicações sobre o emprego são pesadamente negativas.

Chahad, Diaz & Pazello (2002, *apud* CEPAL; PNUD; OIT, 2008) descrevem a elasticidade emprego-produto para os setores agrícola (1984-1999) e industrial (1983-1999), também indica que da década de 80 para a de 90 houve uma queda na intensidade com que o crescimento econômico se transformou em geração de emprego, especialmente de emprego formal. A partir de 1999, devido a mudança no regime cambial, houve um fortalecimento dos produtores de bens comercializáveis e aumentou a confiança na economia brasileira, favorecendo a contratação de mão-de-obra. Os temores dos agentes econômicos quanto aos efeitos de uma provável deterioração da estabilidade monetária teriam sido eliminados, inclusive a um custo menor do que se supunha, já que a inflação foi razoavelmente contida e a economia não tardou a se recuperar. Em relação ao impacto no mercado de trabalho, é possível notar que a queda dos salários reais, entre 1999 e 2003, pode ter influenciado a geração de vagas. Ainda que a contratação de mão-de-obra se dê essencialmente em razão da perspectiva de aumento da demanda por produtos — muito mais do que devido a variações moderadas de salários —, a redução salarial pode ter compensado parcialmente as incertezas

das empresas e reduzido a resistência à contratação, em todos os setores. Além disso, é provável que nos anos mais recentes, a partir do aumento dos rendimentos das famílias mais pobres, a expansão do consumo popular tenha beneficiado empreendimentos de pequeno porte, relativamente intensivos em mão-de-obra.

Em CEPAL, PNUD e OIT (2008) verifica-se que na década de 80, o desemprego variou entre 2% e 4% para o Brasil como um todo. Em 1992 a taxa de desemprego havia superado 6%. O triênio seguinte (1993-95) foi marcado por forte recuperação no crescimento do PIB (4,8% ao ano, em média), mas sem impacto semelhante na ocupação — ou seja, a taxa de desemprego não recuou na mesma proporção. Foram anos de incertezas na economia (hiperinflação e início do Plano Real) e de continuidade da reestruturação industrial, que prejudicavam as expectativas em relação ao crescimento econômico sustentado.

Em 1996-1999, a taxa de desemprego deu novo salto, chegando a 9,4%. Período que combinou lento avanço da economia (média de 1,4% ao ano) e baixo impacto do crescimento do PIB na ocupação. Desde 2000 o nível de desemprego permanece elevado, apesar da redução a partir de 2004. Esse processo é resultado da expansão relativamente baixa do PIB e de dois movimentos em sentidos opostos: a) apesar de a população em idade ativa estar crescendo em velocidade significativamente menor, a proporção de pessoas dessa faixa que entraram no mercado de trabalho subiu entre 2001 e 2005, ampliando fortemente a população economicamente ativa (PEA) e pressionando o desemprego para cima; b) o impacto do crescimento econômico na ocupação aumentou significativamente, o que ajudou a elevar o ritmo de criação de emprego e a reduzir o desemprego. Tendo atingido 9,4% em 1999, a taxa de desemprego recuou para 8,4% em 2006. Esse nível mais baixo é resultado de crescimento moderado do PIB, maior impacto da expansão econômica na ocupação e, pela primeira vez em muitos anos, elevação apenas modesta da PEA e redução da parcela de pessoas em idade de trabalhar que de fato entram no mercado de trabalho.

Com relação às políticas públicas de emprego no Brasil, Camarano (2006) faz uma crítica contundente, ao afirmar que, no geral, estas têm se limitado a afetar apenas a oferta de trabalho, como nos casos de seguro-desemprego e qualificação profissional. As políticas públicas deveriam, segundo a autora, afetar a demanda por trabalho, como por exemplo: oferecer crédito para setores menos favorecidos.

Ibarra (2007) destaca a importância dos jovens no mercado de trabalho. Segundo o autor a inserção dos jovens no mercado de trabalho ocorre cada vez mais cedo, inserção esta diretamente relacionada ao abandono escolar e ao aumento da taxa de desemprego. Esta procura precoce por emprego faz aumentar o número de jovens desempregados. Os jovens são

prejudicados pela falta de escolaridade, falta de experiência, preconceito e pela natural demanda do mercado. O desemprego entre os jovens é claramente superior ao dos adultos. Para cada adulto desempregado, existem em média dois jovens na mesma situação. Entre as causas dessa desigualdade o autor destaca a preferência dada pelos empregadores aos trabalhadores adultos, considerados mais responsáveis e a maior facilidade em despedir os jovens, considerando que as multas por rescisão contratual são estabelecidas em função do tempo de serviço. Desse modo o jovem é relegado às funções inferiores e não-qualificadas.

Outro fato relacionado ao mercado de trabalho brasileiro é o aumento da presença das mulheres. Tendência que pode ser verificada desde os anos 70 no Brasil, período que marca a intensificação do debate em torno das desigualdades raciais e de gênero, com a disseminação de estudos comprovando a acentuada desigualdade que afeta negros e mulheres no acesso ao mercado de trabalho e a ocupação qualificada.

Os dados demonstram que mulheres e negros são a maioria do mercado de trabalho no Brasil. Em 2006, representavam 71,8% da população economicamente ativa (PEA) de 16 anos ou mais, o que significa aproximadamente 68 milhões de pessoas. Analisar os déficits de trabalho de qualidade que atingem esses grupos é de fundamental importância para a eliminação do déficit global de trabalho de qualidade no país.

José Eustáquio Alves (2004b) menciona estudo realizado por Lim (2002) onde é analisado um grupo de países com nível intermediário de fecundidade (entre 5 e 2,1 filhos). O estudo examina a elusiva e ambígua relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e a fecundidade.

Levando-se em conta as tendências e padrões recentes, o estudo considera que o aumento de participação feminina no mercado de trabalho não tem ocorrido pelo aumento na qualidade e no tipo de emprego que a mulher está engajada.

O estudo começa lembrando as principais hipóteses entre participação feminina no mercado de trabalho e declínio da fecundidade: a) o trabalho feminino eleva o poder e o status da mulher, possibilitando que a mulher tenha maior controle sobre a renda e os recursos, aumentando seu poder de decisão na família e, conseqüentemente, sobre a decisão reprodutiva; b) o conflito entre o papel produtivo e reprodutivo da mulher eleva o custo de oportunidade de ter filhos; c) os serviços para o cuidado dos filhos não estão facilmente disponíveis e a intensidade e qualidade do cuidado dos filhos acaba por restringir as atividades econômicas das mulheres; d) o efeito interrupção (do período de saída do mercado de trabalho para criar os filhos) envolve pesados custos; e) os retornos e as satisfações que as mulheres obtêm da participação no mercado de trabalho é maior do que as de ter um ou mais

de um filho; f) o emprego da mulher e a capacidade de conseguir sua própria renda elevam sua independência econômica e reduz a necessidade de ter filhos como forma de se segurar na velhice ou em condições econômicas adversas; g) a contribuição feminina para o bem-estar da família reduz a preferência por meninos e muda as atitudes em relação ao valor das meninas; h) maior participação feminina no mercado de trabalho está relacionada com maior nível educacional o que eleva a idade do primeiro casamento e da primeira gravidez; i) o trabalho da mulher e o crescimento na carreira antes do casamento também elevam a idade ao casar e da primeira gravidez. Contudo, a natureza do trabalho feminino, os tipos de emprego e as condições de trabalho que podem “empoderar” a mulher, exacerbar a incompatibilidade entre produção e reprodução, elevar seu status e capacidade de decisão dentro da família, aumentar sua independência econômica e oferecer retornos alternativos à satisfação de ter filhos podem ser identificados como: a) trabalho assalariado fora do domicílio – particularmente em empresas não familiares; b) empregos produtivos e remunerados no setor formal ao invés do setor informal da economia; c) emprego regular, de tempo integral, que são permanentes e seguros; d) emprego regular ou com horas fixas de trabalho; e) empregos de qualidade, com perspectivas de carreira, que gera compromisso e oferece alternativas aos afazeres domésticos e à maternidade; f) empregos que oferecem oportunidades de progresso ao invés de estáticos e oferecem oportunidades de mobilidade ocupacional ou geográfica; g) mercado de trabalho que não seja segregado por sexo; h) empregos que permitem às mulheres aumentar sua organização e representação e sua voz no local de trabalho e na sociedade; i) empregos que possibilitem acesso à previdência social e j) empregos que não elevem a incorporação do trabalho infantil.

O estudo aponta que existem grandes evidências confirmando que não é a entrada da mulher no mercado de trabalho por si, mas a qualidade do emprego, que possibilita o “empoderamento” econômico da mulher e eleva sua capacidade de decisão nas questões reprodutivas.

O aumento intenso e persistente da inserção feminina é uma das tendências mais claras de mudança na estrutura do mercado de trabalho nas últimas décadas. Entre 1992 e 2006, observa-se também uma redução da diferença em relação aos homens. Essa taxa passa de 53,2% para 58,9%. Essa evolução ratifica uma tendência de mais longo prazo e está associada, entre outros fatores, ao aumento da escolaridade feminina, ao processo de transição demográfica que reduz o número de filhos por mulher, a uma maior expectativa feminina de autonomia econômica e realização pessoal e a uma maior necessidade, intenção ou disponibilidade de contribuir para a manutenção ou elevação da renda familiar. No entanto, a

desigualdade entre as taxas de participação das mulheres e dos homens ainda é alta, o que reflete as dificuldades que as mulheres enfrentam, principalmente as mais pobres e menos escolarizadas, para ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

A observação da evolução do rendimento médio do trabalho no Brasil mostra que ainda persiste uma distância significativa nos rendimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Conforme dados da CEPAL, PNUD e OIT (2008) entre 1992 e 1995, o rendimento médio do trabalho dos homens cresceu mais que o das mulheres. Entre 1998 e 2004, a queda foi generalizada, mas ligeiramente mais acentuada para os trabalhadores do que para as trabalhadoras. Na recuperação observada em 2005 e 2006, os rendimentos das mulheres aumentam um pouco mais que os dos homens. Com isso, diminui a desigualdade de remuneração entre os dois grupos: em 1992 elas recebiam o equivalente a 61,5% do ganho masculino, em 2006, 70,7%.

No que se refere a diferença de rendimentos entre negros e brancos, assim como no comparativo homens e mulheres, ainda se mantém elevada. De 1992 a 1995, o crescimento foi maior para os brancos que para os negros. No período 1996-2003, contudo, a queda foi mais acentuada entre os brancos, e a recuperação de 2003 a 2006 beneficiou mais os negros. Assim, a diferença de rendimentos entre negros e brancos reduz um pouco (2,9 pontos percentuais). Continua, contudo, elevada: em 1992 os negros recebiam em média 50% do que recebiam os brancos, 14 anos depois passam a receber 53,2%. A tabela nº 3 abaixo, mostra, ainda, que o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, negros e brancos permanece significativamente elevado mesmo entre trabalhadores da mesma faixa de escolaridade.

Tabela 3 - Rendimento médio real dos ocupados, com proporção do rendimento dos homens brancos – Brasil, 1992 a 2006

(rendimentos dos homens brancos com a mesma escolaridade = 100)

Escolaridade		1992	1995	1999	2001	2003	2005	2006
Homens	Sem							
negros	instrução	61,3	44,2	55,3	62,8	58,3	70,7	73,9
	15 anos e							
	mais	70,4	69,7	75,6	68,3	66,6	69,2	72,5
Mulheres	Sem							
brancas	instrução	58,7	59,8	69,5	68,2	61,5	66,7	70,7
	15 anos e							
	mais	47,3	47,7	56,3	54,6	52,7	54,9	56,2
Mulheres	Sem							
negras	instrução	40,5	43,2	49,3	49,4	45,9	52,9	54,9
	15 anos e							
	mais	37,9	37,5	40,5	39,8	39	39,1	41,4

Fonte: CEPAL, PNUD e OIT (2008).

A partir dos dados acima, pode-se verificar que em 2006 os homens negros ocupados sem instrução recebiam 73,9% dos brancos sem escolaridade. Já as mulheres brancas recebiam 70,7% e as mulheres negras, 54,9%. O fosso é ainda mais profundo entre os que têm 15 anos ou mais de estudo. Nessa faixa, os homens negros recebiam, em 2006, 72,5% do que recebiam os homens brancos. As mulheres brancas recebiam pouco mais da metade (56,2%), e as mulheres negras, apenas 41,4%. Quanto maior a escolaridade, portanto, maior é a desigualdade. Fato que vai ao encontro de questões intrínsecas ao processo de desenvolvimento sócio-cultural do país, e que ultrapassam, portanto, os limites das políticas macroeconômicas de curto prazo. O que não significa, entretanto, desconsiderar a importância de aumentar os investimentos em educação, pelo contrário, melhor nível educacional é elemento-chave para que o país consiga reverter esse quadro de desigualdade no mercado de trabalho, a partir da geração de empregos que assegurem uma remuneração adequada, ou seja, uma remuneração que garanta aos trabalhadores o sustento próprio e da família, e que seja livre de quaisquer formas de diferenciação que tenham por base a discriminação.

Em Tafner (2006) os autores enfatizam que a população brasileira é formada por pessoas que podem ser tuteladas e podem até atingir bons níveis de produtividade, mas

possuem baixa capacidade para realizar tarefas mais complexas, lidar com novo conhecimento e tomar decisões que exigem capacidade analítica mais sofisticada, ou seja, tarefas que exigem mão-de-obra qualificada e, portanto, melhor remuneradas. Segundo o autor, para melhorar os índices de produtividade da PEA brasileira faz-se necessário atingir níveis de escolarização que permitam corrigir esta trajetória histórica do mercado de trabalho nacional.

4.2 EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Brasil tendo sido colonizado pelos portugueses, seguiu o sistema educacional destes, ajustado, porém, à situação de uma colônia. O que significa que a educação básica ficou a cargo da Igreja. Conforme Rego e Marques (2003) no Brasil, diferentemente do resto da América Latina, os portugueses colocaram freios adicionais à educação, pressionados pela Igreja católica, em especial pela Companhia de Jesus. As primeiras escolas superiores destinadas à formação profissional civil só surgiram no país depois da independência. O ensino primário na colônia foi praticamente ignorado pelos jesuítas, além disso, a grande parcela de escravos entre a população e o receio das elites quanto aos efeitos indesejáveis que a educação dos cativos poderia trazer reduziram substancialmente o percentual da população que potencialmente poderia ser objeto das atenções dos educadores. Somando ainda a escassa densidade populacional e a falta de pessoas com condições mínimas para lecionar, compreende-se porque o Brasil entrou no século XX com uma enorme massa de iletrados e uma parcela muito pequena de suas crianças freqüentando as escolas.

Apesar de a Constituição de 1824, em seu artigo 179, garantir ensino primário gratuito a todos os cidadãos, os ganhos educacionais durante todo o século XIX e boa parte do século XX foram bastante lentos, como mostram os dados abaixo.

Tabela 4 - Taxas de alfabetização de adultos no Brasil (em %)

Ano	1837	1872	1890	1900	1920	1940	1950
%	<6,3	17,3	19,1	35,7	34	43,4	48,4

Fonte: Rego e Marques (2003).

Rego e Marques (2003) destacam que o Brasil só atingiu padrões de alfabetização de cerca de 50% de sua população adulta 200 anos ou mais após os Estados Unidos e a Inglaterra terem atingido tais percentagens. A universalização da educação básica, no Brasil, só ocorreu nos anos 90 do século passado. O que justifica o início do processo de industrialização brasileiro ter-se utilizado basicamente de mão-de-obra pouco qualificada.

Pode-se dizer que a educação brasileira padecia de um atraso secular. A escola se difundiu rapidamente na Europa, a partir do século XVIII e, virtualmente, todos os países daquele continente se aproximaram da universalização da escola ainda no século XIX ou início do século XX (TAFNER, 2006).

No Brasil em meados do século XVIII, estima-se que apenas 1 em cada 10 mil brasileiros freqüentava a escola, e que quase 70% da população era analfabeta em 1900. A compreensão para esse atraso é a própria colonização portuguesa. Nesse mesmo período 2/3 da população portuguesa também eram analfabetos. O Brasil herdou, portanto, uma fraquíssima tradição educativa do país que o colonizou.

Segundo Pinheiro e Giambiagi (2006) a educação está associada ao aumento da capacidade produtiva dos indivíduos e à expansão das potencialidades das pessoas. É por isso o crescimento econômico de longo prazo está relacionado ao nível educacional da população, e a distribuição dos benefícios desse crescimento depende em grande medida da disseminação da educação.

O Brasil é marcado por um nível educacional baixo e por uma desigual distribuição da escolaridade. A tabela nº5, abaixo, mostra a evolução da escolaridade no Brasil entre 1960 e 2000, contrastando-a com aquela observada em alguns países selecionados.

Tabela 5 - Evolução da escolaridade média no Brasil e países selecionados, 1960/2000.
População de 15 anos ou mais de idade

Ano	Brasil	Argentina	México	Índia	Coréia do Sul	Chile	Grécia	Portugal
1960	2.9	5.3	2.8	1.7	4.3	5.2	4.8	1.9
1965	3.0	5.5	2.9	1.9	5.4	5.0	5.1	2.4
1970	3.3	6.2	3.7	2.3	4.9	5.7	5.4	2.6
1975	3.0	6.3	3.9	2.7	6.6	5.6	5.9	2.8
1980	3.1	7.0	4.8	3.3	7.9	6.4	7.0	3.8
1985	3.5	7.1	5.2	3.6	8.7	6.7	7.3	3.9
1990	4.0	8.1	6.7	4.1	9.9	7.0	8.0	4.9
1995	4.5	8.5	7.0	4.5	10.6	7.3	8.3	5.5
2000	4.9	8.8	7.2	5.1	10.8	7.6	8.7	5.9

Fonte: Pinheiro e Giambiagi (2006).

Como podemos observar, a escolaridade média no Brasil permaneceu relativamente estável entre 1960 e 1980, e a partir de 1980 verifica-se um aumento expressivo, quando a escolaridade média se elevou de 3.1 para 4.9 anos de estudo entre 1980 e 2000.

A partir dos dados apresentados, também é possível verificar que países de renda per capita similar à brasileira, como Argentina e Chile experimentaram significativos aumentos de escolaridade, de forma que a diferença entre escolaridade entre Brasil e esses países se elevou ao longo do período. Em 1960 os brasileiros tinham um nível de escolaridade um pouco maior que o dos mexicanos, mas, em 2000, estes tinham 2,3 anos de estudo a mais do que os brasileiros. A Índia também teve um crescimento expressivo do seu nível educacional. Em 1960, a sua escolaridade média era inferior a do Brasil em 1,2 anos de estudo, enquanto, em 2000, ela já era um pouco superior à brasileira. Pinheiro e Giambiagi (2006) destacam que uma diferença de escolaridade de um ano de estudo é maior que o aumento que o Brasil experimentou na década de 1990 (0,9 ano de estudo).

Podemos observar, ainda, que em comparação às economias mais pobres da Europa: Grécia e Portugal, a evolução brasileira também foi lenta. Em 1960 os portugueses tinham um ano a menos de estudo que os brasileiros, e, em 2000, tinham um ano a mais. Sendo que a evolução educacional mais extraordinária verificou-se na Coréia do Sul. Enquanto em 1960 esta tinha uma escolaridade média superior a do Brasil em 1,4 ano de estudo, em 2000 essa diferença havia se elevado para quase seis anos. Segundo os autores, mesmo que o Brasil

mantenha forte ritmo de expansão educacional da década de 1990, levaremos em torno de sete décadas para atingir a escolaridade média da Coreia em 2000.

CEPAL, PNUD e OIT (2008) destaca que em 2006, pela primeira vez na história do país, a taxa de analfabetismo entre brasileiros de 10 anos ou mais de idade ficou abaixo de 10%: atingiu 9,6%. No entanto, isso significa que ainda existem 14,9 milhões de analfabetos nessa faixa etária. Além disso, o analfabetismo funcional¹ atinge 22,2% das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil — no Nordeste, a situação é mais grave: essa cifra chega a 34,4%. A tabela 6 ilustra alguns desses avanços. Eles mostram a distribuição da população em idade ativa (PIA) total de homens e mulheres de 16 anos ou mais, segundo anos de estudo, para 1992 e 2006. Em 1992, 53,7% das pessoas em idade ativa tinham, no máximo, completado a 4ª série do ensino fundamental (53,8% dos homens e 53,6% das mulheres). Apenas 7,1% haviam prosseguido além do ensino médio (6,9% dos homens e 7,3% das mulheres). Em 2006, a proporção de pessoas em idade ativa que tinham no máximo quatro anos de escolaridade havia baixado para 34% (34,6% para os homens e 33,4% para as mulheres). A proporção dos que tinham escolaridade acima do ensino médio havia aumentado significativamente, para 12% (11% no caso dos homens e 12,9% no caso das mulheres).

Contudo, esses números ainda são reduzidos em comparação aos padrões internacionais. A maior expansão de escolaridade ocorreu para aqueles com educação intermediária, principalmente com ensino médio (9 a 11 anos de estudos). Essa proporção mais que dobrou, tanto no caso dos homens (de 14,2% para 29%) quanto das mulheres (de 15,4% para 30,9%).

Ainda prevalecem, contudo, importantes desigualdades educacionais segundo o nível de renda das famílias, entre brancos e negros, entre as diferentes regiões (em especial entre o Sul e o Sudeste em comparação com o Norte e Nordeste) e entre as áreas urbanas e rurais.

Além disso, a formação educacional dos jovens brasileiros ainda é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas: parcela relevante deles abandona os estudos definitivamente ou interrompe-os e os retoma mais tarde, o que causa irregularidade na educação — a defasagem escolar acaba sendo uma realidade para muitos. Menos da metade dos brasileiros de 15 a 17 anos estão no nível de ensino adequado para sua idade (ensino médio) e 34% deles ainda estão retidos no ensino fundamental. Também há uma quantidade considerável de jovens que não têm sequer o ensino fundamental completo, o que mostra que,

¹ Analfabeto funcional é a denominação dada à pessoa que, mesmo com a capacidade de decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças e textos curtos; e os números, não desenvolve a habilidade de interpretação de textos e de fazer as operações matemáticas.

embora em média o nível de instrução venha melhorando, a formação educacional ainda é insuficiente para uma parcela significativa deles.

O crescimento da escolaridade média ocorreu entre jovens de ambos os sexos, com destaque para as mulheres. Em 2006, os brasileiros de 10 anos ou mais de idade tinham, em média, 6,8 anos de estudos completos, 3% a mais que em 2005. Em geral, as mulheres haviam passado mais tempo nos bancos escolares que os homens — com exceção da faixa etária de 60 anos ou mais. No Brasil, em 2006, elas tinham 7 anos de estudo completos, em média, enquanto os homens tinham 6,6 anos. Essa maior escolaridade dos jovens se reflete na taxa de analfabetismo, que, em 2006, chegava a 13% para as pessoas de 25 anos ou mais (13,3% para os homens e 12,8% para as mulheres) e caía para 2,4% entre os jovens de 15 a 24 anos (3,2% para os homens e 1,6% para as mulheres).

Tabela 6 – Distribuição da população em idade ativa, por anos de estudo e sexo – Brasil, 1992 e 2006

Anos de estudo	Grupo	1992	2006
0 a 4 anos	Total	53,7	34
	Homens	53,8	34,6
	Mulheres	53,6	33,4
5 a 8 anos	Total	24,3	24
	Homens	25	25,4
	Mulheres	23,7	22,7
9 a 11 anos	Total	14,8	30
	Homens	14,2	29
	Mulheres	15,4	30,9
12 anos ou mais	Total	7,1	12
	Homens	6,9	11
	Mulheres	7,3	12,9

Fonte: CEPAL, PNUD e OIT (2008).

Os dados acima expressam uma característica importante da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro: a maior valorização da escolaridade nos processos de contratação, paralela a um aumento da escolaridade dos trabalhadores. No período analisado (1992 e 2006) há uma relação direta entre o nível de instrução e a presença no mercado (como ocupado ou desempregado). Entre 1992 e 2006, caiu expressivamente a taxa de participação dos indivíduos que têm até 4 anos de estudo e cresceu de modo importante a daqueles que têm

entre 9 e 11 anos de instrução. Nos dois anos a proporção de pessoas no mercado de trabalho é maior entre os que têm maior escolaridade. É possível dizer, portanto, que há uma correlação positiva entre anos de estudo e taxa de participação no mercado de trabalho — quando um aumenta ou diminui, o outro toma a mesma direção.

Do mesmo modo, o perfil das pessoas ocupadas também tem se tornado cada vez mais escolarizado. Em 1992, 51,9% do total de ocupados com 16 anos ou mais de idade tinham de 0 a 4 anos de escolaridade; em 2006, essa proporção havia caído para 29,9%. Já a proporção de ocupados com 9 a 11 anos de estudo passou de 15,5% para 31,7%, e a de ocupados com 12 anos ou mais de estudo subiu de 8,8% para 14,6%.

A maior participação daqueles com mais anos de estudo na ocupação total reflete não apenas um aumento da escolaridade da população trabalhadora, mas também mudanças estruturais do lado da demanda por mão-de-obra. A abertura comercial e a maior exposição das empresas ao comércio internacional provocaram alterações tecnológicas, que exigiram trabalhadores mais qualificados. A disponibilidade de mão-de-obra mais instruída, porém, elevou a demanda por trabalhadores com mais tempo de educação mesmo para funções cuja exigência não tenha se alterado. O fato de a taxa de desemprego ter se mantido mais elevada nos níveis intermediários (de 5 a 11 anos de estudo) tornou mais fácil para as empresas contratar pessoas com maior nível de escolaridade, sem aumento de salário. Também é importante notar que, embora a escolaridade da população em idade ativa tenha crescido, essa elevação ocorreu num ritmo menor que em outros países em desenvolvimento. Além disso, do ponto de vista da competitividade, da expansão econômica e da inclusão social, é necessário um aumento ainda maior e mais acelerado desse indicador, bem como uma diminuição das desigualdades de acesso a educação de qualidade.

A partir da década de 1960 apareceram estudos dedicados a estimar os retornos aos investimentos em educação, onde foi possível concluir que as pessoas com níveis mais altos de educação possuem maior probabilidade de receber salários mais elevados. Esses resultados se repetem ao longo do tempo e mostram que, em média, no Brasil, a cada ano adicional de estudo, tem-se acréscimo de mais de 10% na renda. Tais estudos foram desenvolvidos a partir das idéias da teoria do capital humano, popularizada nas décadas de 1950 e 1960 pelos ganhadores do prêmio Nobel de economia, Theodore Schultz e Gary Becker. A idéia fundamental da teoria é que o trabalho corresponde a mais do que apenas um fator de produção, devendo ser considerado um tipo de capital: o capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade, e esta é dada pela intensidade de treinamento técnico científico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. Assim, a

melhoria da qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual de um trabalhador – e, por conseguinte, sua remuneração –, como é fator decisivo para a geração de riqueza e de crescimento econômico. Por essa razão, políticas que visam elevar a qualidade do capital humano – como, por exemplo, a melhoria nos sistemas educacionais – são vistas como preferidas e mais eficazes para reduzir níveis de pobreza e de desigualdades sociais, assim como para promover o desenvolvimento econômico. No gráfico abaixo é possível visualizar a renda individual de todas as fontes de renda familiar de pessoas desde o nível elementar de educação até pós-graduação.

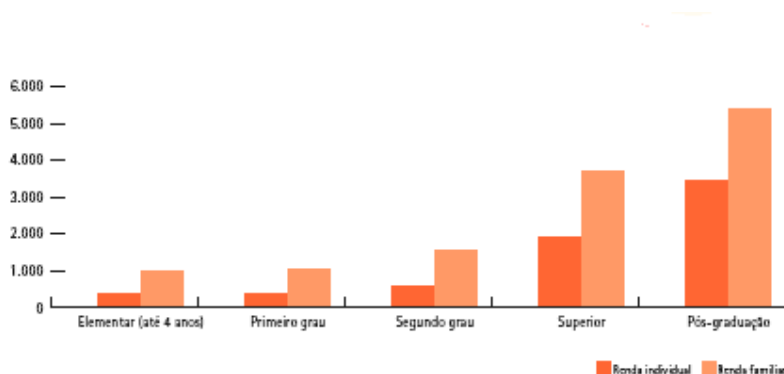


Gráfico 15 - Renda Individual de todas as Fontes e Renda Familiar de Pessoas com Diversos Níveis Educacionais

Fonte: Tafner (2006).

Tafner (2006) enfatiza que há, contudo, uma inferência da teoria que é bem mais frágil que diz respeito a uma forte tendência de tomar os benefícios individuais da educação e extrapolá-los para a sociedade. O que é verdade para o indivíduo pode não ser verdade para a sociedade como um todo. Ainda que se verifique que, em geral, quanto maior a escolaridade média de uma sociedade maior é o seu Produto Interno Bruto (PIB), analistas mais cuidadosos concordam não ser prudente a utilização de dados sobre indivíduos para afirmar que, se todos tiverem mais educação, a economia crescerá, melhorando a renda de todos. Esse impasse metodológico deu mais força aos estudos comparativos entre países, na busca de explicação para o efeito da educação sobre o desenvolvimento. Os estudos mostram que países mais educados têm mais renda e a pontuação nas provas internacionais de rendimento educativo se correlaciona positivamente com taxas de crescimento do PIB *per capita*. Souza (1999 *apud* TAFNER, 2006) destaca que resultados equivalentes são encontrados no Brasil, quando se examina, por exemplo, o capital humano entre unidades da federação (UF). O fator preponderante para explicar o crescimento do PIB entre estados é o capital humano. A cada

ano adicional de escolaridade média da UF está associada uma elevação de 36% a 38% do PIB.

Não obstante, persistem argumentos legítimos negando que esteja cabalmente demonstrada a relação de causalidade entre educação e renda *per capita*. Os resultados parecem mostrar que mais crescimento requer mais educação. Há, porém, países com educação e sem crescimento. Situação normalmente associada a países com expressivas realizações na educação e que, por transtornos ou disfunções na política ou na economia, pararam de crescer. A ex-União Soviética é um exemplo claro. Apesar da excelência da maioria de suas escolas, limitações na economia e na política bloquearam o crescimento do país por muitos anos. A própria Argentina é também exemplo de país com boa educação, mas onde as crises políticas causaram a estagnação econômica. Outra vertente muito interessante e persuasiva para entender o nexos entre educação e crescimento se dá através de estudos históricos, particularizando alguns países. Eles sugerem que países da segunda Revolução Industrial, como Estados Unidos, Japão e Alemanha, tiveram políticas realistas, enérgicas e duradouras na educação. Igualmente, os países emergentes do Sudeste Asiático (Coreia, Taiwan e Cingapura), além do caso isolado e mais recente da Irlanda, dedicaram um esforço concentrado em melhorar seus sistemas educacionais.

Tafner (2006) levanta uma hipótese bastante razoável: atualmente as restrições na quantidade, na qualidade e na distribuição da educação são severos condicionantes do crescimento. Mas expandir e melhorar a educação não serão suficientes para o avanço da economia. Há muitos outros fatores em jogo e qualquer um que se desarranje é suficiente para travar o progresso. Interessante é o caso brasileiro. Repetidamente fala-se que a educação é o gargalo do nosso crescimento. A escassez de educação seria uma chaga, impedindo o funcionamento mais eficiente de uma sociedade moderna e complexa. Contudo, a história recente parece contradizer essa tese. O período 1968-1973 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro, acima dos 10%a.a., e nosso nível educacional, conforme vimos na tabela nº. 5, era bem pior do que é atualmente, donde pode-se concluir que o baixo nível educacional do país não foi um fator impeditivo ao crescimento econômico.

Os baixos investimentos em educação durante o período do “milagre econômico” também podem ser observados através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino). A renda é calculada

através do PIB real *per capita*, expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países. O aumento relativo no IDH brasileiro foi maior no período 1970-1980, a chamada "década do milagre econômico", quando o índice teve um crescimento de 48,5%, devido quase que totalmente ao incremento do índice do PIB per capita, que foi de 115%. Os índices de longevidade e de educação tiveram um desempenho fraco, aumentando apenas 33% e 15%, respectivamente. Esses resultados ajudam a colocar em perspectiva alguns mitos da história brasileira recente, ficando bem claro, mais uma vez, que o "milagre" foi exclusivamente econômico, e passou bem longe das dimensões sociais, uma vez que houve grande concentração de renda.

Como podemos observar na tabela nº. 7 abaixo, o coeficiente de Gini (índice que mede a concentração de renda) aumenta entre a década de 1960 e 1970, o que confirma que o crescimento acelerado da economia brasileira durante o período do milagre econômico fez aumentar a disparidade social no Brasil.

Tabela 7 - Distribuição do Rendimento da População Economicamente Ativa: Brasil (1960-1999)

Percentis	1960	1970	1980	1985	1990	1995	1999
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2	0,9	0,8	1,1	1,2
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2	5,3	4,6	5,6	6,2
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1	13,1	11,2	13	13,9
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2	74,6	76,4	74,5	73,1
10% mais ricos	39,6	14,51	13,5	13,3	13,9	13,4	13
1% mais ricos	12,11	14,51	13,5	13,3	13,9	13,4	13
Índice de Gini	0,497	0,565	0,592	0,66	0,62	0,592	0,576

Fonte: Cacciamali (2002).

Cacciamali (2002) explica que o coeficiente de Gini, entre 1960 e 1970, aumentou com maior intensidade entre a população economicamente ativa do setor urbano, enquanto na

década seguinte o maior aumento ocorreu entre a população economicamente ativa do setor primário. Basicamente, este é o resultado da aceleração do processo de modernização da agricultura que se intensifica a partir deste período. Entre diferentes implicações, o número de assalariados no campo aumentou em detrimento do número de trabalhadores sem remuneração. Um maior número de pessoas economicamente ativas ingressou no mercado de trabalho rural na base da estrutura de rendimentos, tendendo a aumentar o grau de desigualdade.

Segundo a autora, a concentração de riqueza em nosso país se manifesta, também, numa forte concentração de capital humano. A massificação da escola que se inicia após os anos 40, não atingiu a maior parte da população, mas principalmente as camadas médias dos centros urbanos mais importantes. Até os dias de hoje, o Brasil não dispõe de um sistema público de boa qualidade no ensino fundamental e médio. Por fim, a política social que se estabelece no país no mesmo período – saúde, educação, habitação, transportes, infraestrutura urbana – e que perdura também até os dias de hoje, além de impregnada de interesses clientelísticos e paternalistas, sempre contou com gastos insuficientes e não foi implementada de maneira consistente ao longo do tempo, o que restringe maior participação política, melhores oportunidades de trabalho e maior apropriação de renda por parte da maior parte da população, especialmente a mais pobre.

Tafner (2006) destaca que por meio da escolaridade foram criados vários tipos de filtros para o progresso individual, ou seja, o acesso a melhores posições requer cada vez mais escolaridade. Na maioria das vezes, os filtros de escolaridade refletem necessidades reais para o desempenho em determinadas atividades. Contudo, universaliza-se o paradigma de filtrar o acesso aos empregos pela escolaridade, mesmo para as ocupações que prescindem dela. Lixeiro não precisa freqüentar a escola para fazer seu trabalho, mas para conseguir o cargo os concursos exigem determinado nível de escolaridade. Os resultados desse processo, que passa a exigir mais educação, é que os caminhos para o progresso individual sem escolaridade vão ficando cada vez mais estreitos. A renda da PEA passa, portanto, a ser determinada pelos investimentos feitos em educação. Diante desse quadro, os indivíduos que não conseguem vencer as barreiras de acesso e de êxito escolar, estariam destinados a ocupar cargos de baixa qualificação profissional e renda mais restrita.

Arbache (2003) mostra que de fato os estudos têm comprovado que a educação é o mais importante fator para explicar a determinação de salários e a desigualdade no Brasil. Sozinha, ela explica 48% da desigualdade de salários e cerca de 26% da desigualdade de renda. A taxa de retorno por ano adicional de educação chega a 16%, a qual está entre as mais

elevadas do planeta. Resultados que têm levado vários autores a concluir que o mais indicado investimento para resolver o problema de carência de estoques de riqueza e da renda dos pobres é a educação. Sendo esta uma forma promissora para a redução da desigualdade e da pobreza. O autor enfatiza que a distribuição de educação é politicamente mais fácil de ser empreendida do que, por exemplo, distribuição de terra. A distribuição de educação é, ainda, não transferível, é reproduzível e, por isso, pode contribuir para a mobilidade e a redução da desigualdade e da pobreza. O problema da educação como instrumento de combate à pobreza, no entanto, é que ela requer prazo mais longo para causar impacto sob a redução da pobreza e a desigualdade e não traz soluções para o problema da fome e da miséria, que requerem medidas de curtíssimo prazo.

A tabela 8 registra duas correlações: positiva entre renda e educação e negativa entre idade e escolarização. Quanto menor a idade, maior a escolarização, o que indica que as gerações mais novas estão se escolarizando mais, e quanto maior a renda, maiores são os percentuais de permanência na escola.

Tabela 8 Brasil: Taxa de Escolarização das Pessoas de 0 a 24 anos, segundo grupos de Idade e Quintos de Renda *Per Capita* – 2003 (em%)

Grupo etário	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
0 a 6 anos (pré-escola)	28,9	33,3	35,1	39,9	50,6
7 a 14	95,2	96	97,4	97,9	99,3
15 a 17	73,6	78,1	81	84,2	94,6
28 a 24	27,9	28,3	29,1	31,7	51,6

Fonte: Tafner (2006).

A partir da tabela acima pode-se observar que a proporção dos alunos do primeiro quinto de renda (20% mais pobres) que freqüentam a escola cai de 95,2%, no grupo de 7 a 14 anos, para 73,6%, no grupo de 15 a 17 anos, e, para 28% no grupo de 18 a 24 anos. Esse padrão se repete no segundo e quinto e, em menor medida, no terceiro e quarto quintos de renda. Note-se que, neste último, porém, a percentagem é praticamente a mesma.

No primeiro ano do fundamental, cerca de 2/3 dos alunos vêm de segmentos mais pobres. Já no ensino superior, menos de 5% têm essa origem. O processo de afunilamento segue para os níveis mais elevados, como mestrado e doutorado.

No Brasil, normalmente os mais pobres freqüentam escolas piores. Mas, mesmo quando estão nas mesmas escolas do que os menos pobres, os estudantes mais pobres apresentam maiores dificuldades para assimilar conteúdos e avançar dentro do sistema. O que

significa que a escola não consegue oferecer um aprendizado razoável a estas pessoas, incapaz, portanto, de reduzir a desigualdade social herdada dos pais, perpetuando, portanto o ciclo vicioso da pobreza.

Analisando pelo ponto de vista de uma política de equidade, com efeito mais a longo prazo, deve-se estabelecer como prioridade para a educação brasileira a melhoria da qualidade do ensino fundamental, corrigindo uma trajetória histórica de desigualdade oriunda da concentração renda em nosso país.

Sob o ponto de vista demográfico, o atendimento ao ensino médio passa a ser o grande gargalo da educação brasileira, uma vez que a população entre cinco e dezenove anos ainda crescerá, lentamente, até 2020, quando deverá alcançar seu tamanho máximo, cerca de 53,5 milhões de pessoas (BRITO, 2007a). O ensino médio irá enfrentar, dessa forma, dois grandes desafios: atender a toda a demanda e aumentar a qualidade de ensino, sem se beneficiar, no curto e médio prazos, com a redução da população-alvo.

Os benefícios demográficos, no que se refere à demanda por ensino, ocorrem devido ao menor ritmo de crescimento da população-alvo. O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai proporcionar à população jovem o seu maior tamanho absoluto na próxima década. Entretanto, incrementos menores ou negativos significam alívio na pressão sobre o crescimento da oferta da capacidade instalada para os serviços educacionais, o que deve ser aproveitado como benefício pelas políticas públicas. Brito (2007a) alerta que a situação demográfica favorável por si só, pouco significará, se não for aproveitada com eficiência, quanto aos meios, e com objetivo social de ampliar, pela qualidade, a capacidade de mobilidade social da grande maioria da população pobre e, desse modo, reduzir as desigualdades sociais.

Segundo José Eustáquio Alves (2008) o aproveitamento Janela de Oportunidade demográfica passa necessariamente pelo aumento dos investimentos em educação, mas o autor argumenta, ainda, a necessidade de uma maior qualificação de homens e mulheres. Conforme vimos anteriormente, felizmente, as taxas de alfabetização e os anos médios de estudo da população brasileira aumentaram significativamente na segunda metade do século XX, embora ainda estejam aquém do necessário e do que já foi alcançado por outros países com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil.

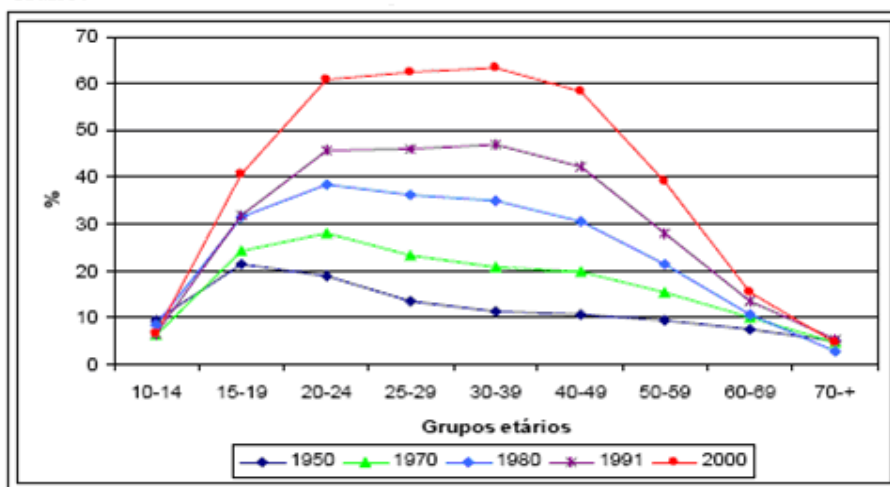


Gráfico 16 - Taxas de Atividades Específicas femininas. Brasil: 1950-2000

Fonte: José Eustáquio Alves (2008).

Conforme gráfico nº. 16, acima, a taxa de alfabetização dos homens passou de 44,1% em 1950 para 82,6% no ano 2000, enquanto a das mulheres passou de 37,5% para 83,9% no mesmo período. A média de anos de estudo dos homens passou de 1,5 ano em 1950 para 5,2 anos em 2000, enquanto as mulheres passaram de 1,2 ano para 5,5 anos de estudo no mesmo período, o que ajuda a elevar a população economicamente ativa e a geração de renda. A taxa de atividade feminina saiu dos 19% e deve chegar pelo menos aos 44% entre 2000 e 2030.

Para José Eustáquio Alves (2008) não resta dúvida de que as mulheres se constituem na maior força propulsora do desenvolvimento no século XXI e encontram-se em uma situação mais qualificada em relação ao quadro existente no século passado.

4.3 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Segundo Brito (2007b) do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados como decisivos para a formulação das políticas públicas no Brasil: a redução do peso relativo da população jovem, o aumento da população de idosos na população (envelhecimento populacional) e o aumento na proporção da população em idade ativa (PIA) até 2030 e de seu volume até 2050. As políticas públicas que se referem, em

particular, a segmentos da estrutura etária, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na estrutura etária.

Como no caso das mudanças no tamanho da população, um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. O que, segundo o autor, significa dizer que estados e regiões, ou grupos sociais, se situam em momentos e fases diferentes da transição demográfica.

A transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais. O grau de desigualdade social no Brasil é reconhecidamente alto. O Censo de 2000 confirma esse fenômeno. Naquele ano quase 30% da população brasileira tinha uma renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo. Mais da metade da população, 54%, se encontrava em famílias com renda *per capita* menor do que um salário mínimo. Aqueles com uma renda familiar *per capita* de mais de dez salários mínimos correspondiam a pouco mais de 3% da população brasileira (Gráfico 17).

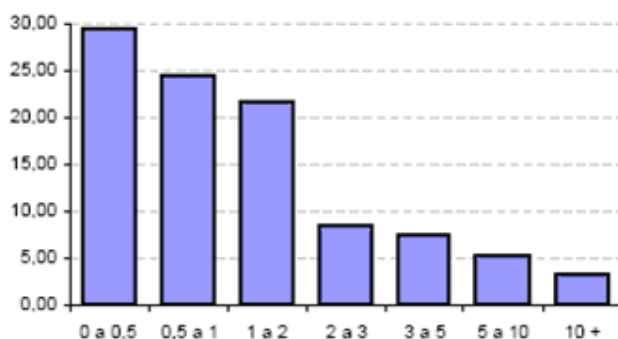


Gráfico 17: Distribuição relativa da população, por renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)

Fonte: Brito (2007b).

Em 2000, as estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, segundo os níveis de renda familiar *per capita*, eram muito distintas. A pirâmide do subgrupo mais pobre era muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a pirâmide do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa.

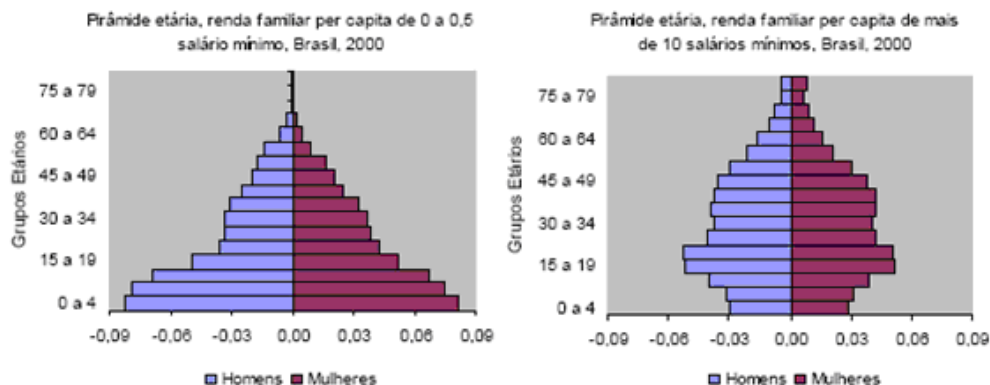


Gráfico 18 - Pirâmides etárias dos grupos extremos, por faixa de renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000(%).

Fonte: Brito (2007b).

Os distintos níveis e padrões observados nas pirâmides etárias, acima, se justificam pelo fato de a transição demográfica ocorrer de maneira desigual segundo regiões e grupos socioeconômicos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento brasileiro, convive-se, dentro da mesma sociedade, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica.

Sen (2000) apresenta um novo enfoque de desenvolvimento visto como expansão das liberdades substantivas centrados nos agentes sociais. Uma das proposições do autor é a necessidade de se pensar a pobreza a partir de uma abordagem relacional.

De acordo com Menezes e Ribeiro (2008) o livro de Sen apresenta uma concepção de desenvolvimento centrada no ser humano, dado que na longa trajetória do conceito de desenvolvimento predominou uma abordagem economicista.

Sen elenca cinco tipos distintos de liberdades instrumentais, a saber: 1) liberdades políticas (eleições e livre expressão do pensamento); 2) facilidades econômicas tais como a participação no comércio e na produção; 3) oportunidades sociais e o acesso aos serviços de saúde e educação; 4) garantias de transparência e, por último, 5) segurança protetora. A primeira está referida diretamente ao exame da liberdade e a segunda ao universo mais empírico no qual ocorrem as inter-relações de tipos diferentes de liberdades e o efeito complementar de cada uma delas. Ao propor estas liberdades, o autor entende que essas liberdades devam estar asseguradas nas sociedades democráticas.

O principal objetivo de Sen é demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Em conseqüência, se a liberdade pode ser vista como resultante do desenvolvimento, torna-se fundamental argumentar em favor dessa meta. A aceitação do conceito de desenvolvimento adotado por Sen pressupõe reconhecer o caráter pluralista, aberto e pragmático do termo que supera a dimensão estritamente econômica, redirecionando o debate para o rol dos condicionantes da plena realização dos potenciais inerentes a todos os indivíduos. Os objetivos do desenvolvimento passam a ser definidos a partir do compromisso ético e das metas sociais.

Esta conceituação reconhece o desenvolvimento como forma de efetiva apropriação por diferentes grupos sociais do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações dos direitos: os direitos políticos e civis; os direitos sociais, econômicos e culturais; e, por fim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, à cidade, ao meio ambiente, à infância, etc. Desse ponto de vista, a tese defendida por Sen é a de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta, portanto, com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Esses cinco elementos são obviamente importantíssimos como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Dessa forma, perceber o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas faz com que a atenção seja direcionada para os fins que o tornam importante e não para os meios. (MENEZES; RIBEIRO, 2008).

4.4 FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA

Conforme Arbache (2003) a característica mais marcante da literatura brasileira sobre pobreza é a quase absoluta ausência de estudos sobre os mercados em que os pobres atuam e de novas proposições para o entendimento e a solução da pobreza, o que talvez seja resultado da visão estabelecida por décadas sobre a suficiência do crescimento econômico e das políticas compensatórias para a redução da pobreza.

Por muitas décadas, predominou nos círculos acadêmicos e governamentais que a principal causa da pobreza no Brasil era as débeis taxas de crescimento do PIB. O

Diagnóstico assumia que a redução seria um subproduto do crescimento e que, portanto, a mais eficaz forma de redução da pobreza seria a promoção do crescimento.

Com base em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) citada por Arbache (2003) constata-se que as políticas de redução da pobreza não devem basear-se apenas no crescimento econômico, uma vez que os cálculos feitos a partir de análise contra-factual mostram que o impacto do crescimento da renda per capita de 2,75% e 4% ao ano durante 10 anos consecutivos reduziria a pobreza, respectivamente em apenas 9% e 12,5%. Note-se que as taxas de crescimento requeridas são altas, quando comparadas às médias observadas no país nos últimos 20 anos e, portanto, difíceis de serem alcançadas pelo período de tempo exigido. Os autores da pesquisa argumentam que a erradicação da pobreza requer o desenho de políticas que priorizem a redução da desigualdade. A implicação desse diagnóstico é que seria necessária a implantação de políticas de distribuição de renda e riqueza como meios para reduzir a pobreza, independentemente do crescimento do produto.

Por outro lado, em CEPAL, PNUD e OIT (2008) o acompanhamento do desempenho da ocupação desde a década de 80, demonstra a influencia do comportamento do PIB na criação de empregos. Os números relativos ao período 1993-1998, quando o PIB teve alta de 3,3% ao ano, comparados com o período 2002-2006, de expansão semelhante do PIB, revelam que a média anual de crescimento da ocupação foi de 1,2%, no primeiro período, enquanto no segundo a ocupação ampliou-se 2,9%, ritmo 140% superior. A partir de um conceito chamado elasticidade da ocupação em relação ao produto onde a elasticidade é calculada por meio da divisão da variação da ocupação pela variação do PIB nota-se, a partir dos dados da tabela nº 9, abaixo, que o indicador do período 1993-98 foi muito inferior ao registrado em 1984-89, voltou a subir entre 1999 e 2003, mas caiu no triênio 2004-2006. Uma outra maneira de calcular o indicador é ajustá-lo pelo número de horas trabalhadas na ocupação principal, uma vez que, em alguns casos, a aceleração da produção se traduz não em mais contratações, mas em aumento do número de horas trabalhadas. Esse critério resulta em tendência semelhante para a elasticidade, embora indique alta menos intensa em 1999- 2003 e 2004-2006. Assim, o crescimento do PIB de 1999 a 2003, embora lento (1,9%, em média), teve efeito mais positivo no mercado de trabalho: a ocupação cresceu 2,1% (pelo critério de pessoas ocupadas) ou 1,8% ao ano (pelo critério de horas trabalhadas). A recuperação do crescimento do PIB após 2004 (4,2% ao ano), acompanhada de elasticidades da ocupação de 0,7 ou 0,6 (respectivamente, por pessoas ocupadas e por horas trabalhadas), teria permitido, pela primeira vez em muitos anos, uma combinação virtuosa: expansão da ocupação e aumento da produtividade.

Tabela 9 - Taxas médias anuais de variação da ocupação e do PIB e elasticidade ocupação-produto – Brasil, 1984 a 2006

Indicador	1984-1989	1993-1998	1999-2003	2004-2006
(1) Variação da Ocupação-número de ocupados (%a.a)	3.6	1.2	2.1	3.0
(2) Variação da Ocupação-horas trabalhadas (%a.a)	n/d.	1.1	1.8	2.4
(3) Variação PIB (%a.a)	4.5	3.3	1.9	4.2
Elasticidade da ocupação, segundo número de ocupados (1)/(3)	0.8	0.3	1.1	0.7
Elasticidade da ocupação, segundo horas trabalhadas(2)/(3)	n/d.	0.3	0.9	0.6

Fonte: CEPAL, PNUD e OIT (2008).

Embora o crescimento econômico não garanta, por si só, a promoção do trabalho de qualidade e o desenvolvimento humano, o incremento intenso e sustentado da produção estimula a demanda por mão-de-obra e amplia as possibilidades de formalização. Por isso, trata-se de um pré-requisito para a geração de mais e melhores empregos. Em um cenário em que o PIB cresce pouco, baseado em setores com baixa capacidade de gerar postos de trabalho de qualidade, dificilmente pode se esperar avanços na redução do déficit de trabalho que seja capaz de reduzir o déficit histórico de desigualdade social brasileiro. Para acelerar o crescimento com emprego de qualidade, é preciso um aumento sustentado do investimento público e privado, a dinamização do mercado interno e uma inserção adequada na economia internacional. Esses desafios precisam ser pensados no contexto de uma economia globalizada, com uma estrutura produtiva diversificada e competitiva. Para que o incremento da produção impulse o trabalho decente, importa não apenas a velocidade de expansão do PIB, mas também o modo como crescem os diferentes setores e qual o potencial desse crescimento criar empregos qualificados. Isto é, depende de quais setores e atividades lideram o crescimento e a capacidade deles de criar postos de trabalho.

Conforme CEPAL, PNUD e OIT (2008) o intenso fluxo internacional de bens e serviços gera oportunidades de negócios, estimulando a demanda por fatores de produção ao mesmo tempo em amplia o acesso a insumos e equipamentos tecnologicamente mais avançados. Como a abertura comercial pode estimular a demanda por mão-de-obra

qualificada, em detrimento daquela com menor qualificação, requer políticas passivas de mercado de trabalho tanto para a proteção social, na forma de garantia de renda, como facilitar a transição e a recolocação dos trabalhadores. A maior demanda por mão-de-obra qualificada deve motivar investimentos na capacitação dos trabalhadores e na reinserção daqueles cujas capacidades se tornaram obsoletas com as novas tecnologias.

Outro conjunto de desafios levantando por CEPAL, PNUD e OIT (2008) está associado às novas tecnologias de produção, informação e comunicação. O uso da tecnologia aumenta a eficiência e reduz os preços, o que estimula o aumento do consumo, ou seja: aprimoramento produtivo pode se traduzir em incrementos na produção e no emprego. Além disso, a expansão dos setores ligados às novas tecnologias (como software e serviços de tecnologias de informação e comunicação) aumenta o emprego em determinados países e regiões. As novas tecnologias aumentam, portanto, a procura por mão-de-obra qualificada, o que pode ser observado por meio da análise das mudanças na composição ocupacional. Na medida em que as empresas aprofundam o uso de tecnologias de informação e comunicação, habilidades até então pouco exploradas – como a capacidade de raciocínio abstrato – passam a ser valorizadas. Isso requer profissionais com maior escolaridade, capazes de aprender a lidar com as novas ferramentas. Os autores de CEPAL, PNUD e OIT (2008) afirmam que o Brasil está em posição favorável para explorar esse potencial, graças aos investimentos públicos e privados em educação superior e em infra-estrutura de telecomunicações. O país possui cultura flexível, o que facilita a prestação de serviços. O desenvolvimento da indústria brasileira, no entanto, requer a conquista gradual de clientes por meio da especialização, do aumento de qualidade, da internacionalização das operações e da promoção do país junto aos principais mercados.

Tafner (2006) com base nos dados do IBGE e PNAD, demonstra que a parcela da população ocupada com pelo menos 11 anos completos de estudo foi a que mais cresceu entre 1992 e 2004(137,3%), passando de 11,9 milhões para 28,2 milhões de trabalhadores. O ano de 2004 registrou a criação, em termos líquidos, de 2,3 milhões de postos de trabalho ocupados por pessoas com esse nível de escolaridade.

Em contrapartida, como podemos observar no gráfico nº19, abaixo, os trabalhadores com menos escolaridade vêm perdendo espaço no mercado de trabalho: em 1992 a participação desse grupo de pessoas era de 25,6%, reduzindo-se para 19,9% em 2004. No intervalo observado de 12 anos houve uma retração absoluta de 6,3 milhões de trabalhadores na categoria, o equivalente a 28,8% da quantidade inicial.

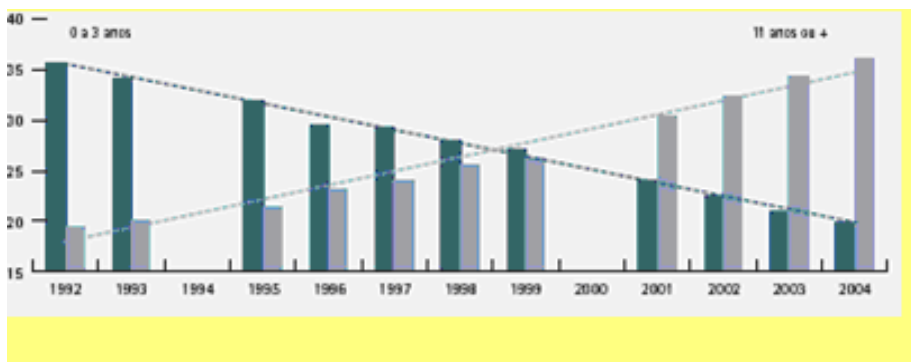


Gráfico 19 - Composição da Ocupação por Escolaridade

Fonte: Tafner (2006).

Desde a década de 90 o governo federal vem adotando políticas que visam atender os grupos que estão em desvantagem no mercado de trabalho e sem acesso às instituições de treinamento e formação profissional. Em 1995, foi criado o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), financiado com recursos do FAT e que tem o objetivo de estimular a qualificação, com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado por questões de gênero, cor/raça, faixa etária e/ou escolaridade. Em 2003, o PLANFOR sofreu uma série de mudanças, dando origem ao Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ).

Em 2005, o governo brasileiro criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos), com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e de formação específica. Em contrapartida, as instituições privadas de ensino superior que aderem ao programa podem deduzir alguns tributos.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que compreende diversas ações (avaliação de rendimento dos alunos, capacitação de docentes, adoção de piso salarial para professores, melhoria das condições de infra-estrutura das unidades de ensino e outras) que permitam melhorar a qualidade do ensino por meio da maior mobilização social. A rápida transformação do mundo do trabalho na era globalizada faz dos recursos humanos um tema central de articulação entre as dimensões econômicas e sociais. As estratégias inclusivas de crescimento são precisamente aquelas que aprimoram recursos humanos como forma de facilitar o acesso a melhores empregos e renda, incrementar a produtividade e a competitividade. Portanto, as políticas de melhoria da escolaridade e da qualificação profissional têm influência tanto no crescimento econômico (produtividade e competitividade) quanto na inclusão social.

No que se refere às políticas públicas focalizadas na redução da pobreza e da fome, o governo Lula lançou o Programa Bolsa Família (PBF), criado a partir de outros programas de

transferência de renda existentes, como o Programa Bolsa Escola; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Bolsa Alimentação, gerido pelo Ministério da Saúde (MS); o Auxílio Gás sob gestão do Ministério das Minas e Energia; e o Cartão Alimentação, implementado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). O governo assumiu a tarefa de reduzir a extrema pobreza e a fome como um objetivo prioritário e inadiável e coube ao PBF a liderança desta tarefa.

Conforme José Eustáquio Alves (2009) o tema da pobreza e da fome passou a fazer parte da agenda dos organismos internacionais na década de 1980 quando se percebeu que o desenvolvimento econômico por si não seria capaz de resolver a situação das parcelas da população não incluídas nas atividades mais dinâmicas e modernas da economia. A Cúpula para o Desenvolvimento Social de Copenhague (1995) foi um ponto de inflexão crucial em direção ao “novo paradigma antipobreza”.

Os primeiros programas de Transferência de Renda com Condicionalidades (TRC) no Brasil foram implantados em Campinas e no Distrito Federal. O chamado Bolsa Escola transferia recursos para as famílias pobres que tivessem todas as suas crianças em idade escolar matriculadas na escola pública. A idéia era investir nas crianças e jovens para a superação do ciclo intergeracional, rompendo com a reprodução da armadilha da pobreza (poverty trap). Na cúpula do Milênio, realizada entre 6 e 8 de setembro de 2000, na sede da ONU em Nova Iorque, foi definida como meta 1 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: “Erradicar a extrema pobreza e a fome”. Em termos numéricos, o objetivo é reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza, considerando o período de 1990 a 2015, e acabar com a fome até 2015.

No Brasil, a Campanha contra a fome em meados dos anos de 1990, liderado pelo Betinho, fez surgir por todo o país os comitês de Ação da Cidadania. A iniciativa chegou a ser tachada de assistencialista pela esquerda. Mas na campanha presidencial de 2002, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu o potencial mobilizador da iniciativa e estabeleceu como política social prioritária o Programa Fome Zero, para garantir a segurança alimentar.

José Eustáquio Alves (2009) com base nos dados do relatório IPEA (2007) mostra quem em 2005, o Brasil já havia atingido a meta de redução da extrema pobreza pela metade, quando se considera o percentual da população vivendo com menos de um dólar ao dia. Como pode-se observar no gráfico 20 abaixo, a pobreza aumentou no início dos anos de 1990 devido a crise econômica e ao processo de elevada inflação e inicia uma trajetória de queda após o início do governo Lula em 2003.

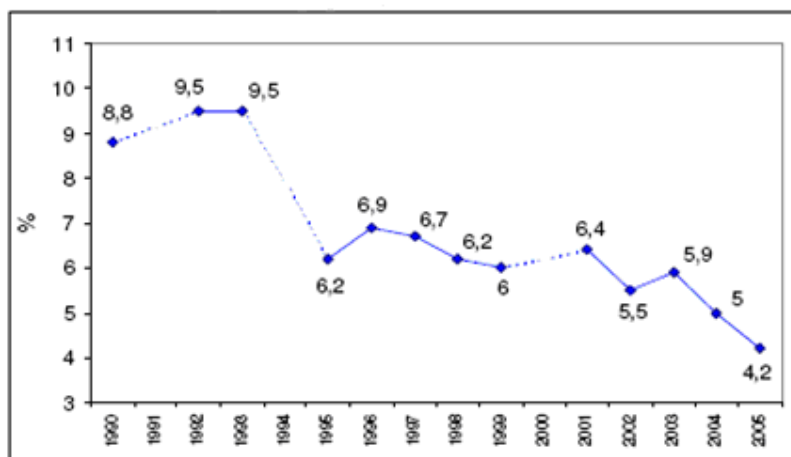


Gráfico 20 - Percentagem da população vivendo com menos de um dólar ao dia, Brasil: 1990-2005

Fonte: José Eustáquio Alves (2009).

Com relação à fome e à desnutrição também houve avanços significativos. De acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS-2006) a desnutrição infantil crônica no Brasil diminuiu 46% em relação à pesquisa anterior que foi de 1996. Na Região Nordeste, a redução chegou a 74%. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu 43,5% no país. A literatura especializada mostra que a desnutrição infantil provoca maior mortalidade e morbidade, comprometendo o crescimento físico e mental das crianças, além de prejudicar o desenvolvimento psicomotor e o aproveitamento escolar, diminuindo a capacidade produtiva na idade adulta. Contribuíram para estes avanços, o aumento dos níveis de escolaridade, a redução da pobreza extrema indicada no gráfico 20, a expansão da cobertura do sistema de saúde, em especial, a assistência pré-natal e ao parto e a ampliação dos serviços de saneamento básico (água, esgoto e coleta de lixo). Contribuíram também o aumento da cobertura do Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS e a política de valorização do salário mínimo, pois este se estava abaixo de 100 dólares americanos na década de 1990 e encontra-se acima de US 200 atualmente. Portanto, os avanços das políticas públicas e do sistema de proteção social no Brasil foram fundamentais para a redução da extrema pobreza, da fome e da desnutrição.

No que se refere às políticas públicas para o aproveitamento da Janela de oportunidade demográfica, Brito (2007b) chama a atenção dos gestores públicos quando enfatiza que mais importante ainda que a população pobre, em seu conjunto, são os jovens pobres. O peso relativo do total da população jovem, aquela abaixo de 15 anos, tem diminuído, como

conseqüência da queda das taxas de fecundidade. A queda na proporção de jovens acontece em ritmo mais acelerado do que o aumento dos idosos, pois a substituição de jovens por idosos é mediatizada pelo crescimento da população adulta. De acordo com a previsão do IBGE, em 2010, a população jovem alcançará o maior volume de toda a história brasileira, 53 milhões, e deverá permanecer praticamente constante até 2030, oscilando em torno de valores ligeiramente superiores a 50 milhões de pessoas.

Os benefícios demográficos no Brasil estão fortemente condicionados pela gravidade da situação social. Isto fica bastante evidenciado quando se constata que a população jovem, em sua grande maioria, é pobre.

Tabela 10 - População de 0 a 14 anos, segundo renda domiciliar *per capita* (em salários mínimos), Brasil, 1980-2000

Renda domiciliar per capita (em salários mínimos)	1980	1991	2000
Até 0.5	28.080.785	30.172.245	22.772.911
De 0.5 a 1	8.936.140	9.581.004	12.037.152
De 1 a 2	4.495.090	5.639.995	8.440.278
De 2 a 3	1.316.995	1.802.191	2.692.267
De 3 a 5	1.012.750	1.273.524	2.164.792
De 5 a 10	548.195	701.781	1.431.766
Mais de 10	137.115	232.749	638.584
Total	44.538.020	49.404.691	50.179.471

Fonte: Brito (2007b).

Com base na tabela acima podemos observar que nos três últimos censos, a porcentagem de jovens de família com renda domiciliar *per capita* inferior a um salário mínimo tem diminuído, mas situava-se em 2000 acima de 70%, mais de 32 milhões de pessoas. No nível mais baixo de pobreza ainda se encontravam 45%, cerca de 23 milhões de jovens.

Outro ponto que precisa ser analisado é a velocidade do incremento da população idosa. Esta tem tido uma velocidade no seu incremento absoluto maior do que a da população, no seu conjunto. Conseqüentemente a sua participação relativa tem aumentado. Associe-se a esse fenômeno do envelhecimento da população, o aumento da sua longevidade, traduzida pelos ganhos na esperança de vida ao nascer, que, segundo dados do IBGE, aumentou 5,57 anos no período entre 1991 e 2007, conforme tabela abaixo:

Tabela 11 - Esperança de vida ao nascer por sexo e ganho absoluto (1991/2007)

Sexo	1991	2007	Ganho no período	
Ambos os sexos	67,00	72,57	5,57	5A, 6M e 26 D
Homens	63,20	68,82	5,62	5A, 7 M e 14 D
Mulheres	70,90	76,44	5,54	5A, 6M e 15 D
A = Anos	M = Meses		D = Dias	

Fonte: IBGE (2007).

O envelhecimento da população, ou seja, o aumento da proporção de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais, é uma característica marcante da transição da estrutura etária brasileira. Essa proporção será de 7,0% em 2010, pouco mais de 13 milhões de idosos. Comparativamente, naquele ano, um grupo com 40 milhões de pessoas a menos do que os jovens.

Durante a primeira década deste século, a população idosa tem aumentado, em média, 387 mil pessoas por ano. Mas, nos últimos dez anos da primeira metade do século, estima-se que esse aumento corresponderá a mais de um milhão de indivíduos por ano. Em 2050, a população idosa será cerca de 3,7 vezes maior do que a de 2000, próxima de 49 milhões. As conseqüências deste grande incremento da população idosa serão significativas, exigindo uma redefinição de todas as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional.

A questão mais importante para as políticas públicas, de fato, é a situação social dos idosos. A proporção deles no estrato mais pobre da população tinha aumentado entre 1980 e 1991, mas teve uma grande redução entre os dois últimos censos. Em 2000, 12% da população idosa tinha uma renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, uma situação inequívoca de pobreza. Ampliando a faixa de pobreza até um salário mínimo, ela continha mais de um terço dos idosos, cerca de 3,5 milhões.

Segundo Brito (2007b) existe uma relação positiva entre a proporção de idosos e o nível de renda, quando se considera cada um dos grupos. Ela aumenta, certamente, devido a uma maior longevidade e menor fecundidade dos grupos economicamente mais favorecidos da população. A população com mais de 10 salários mínimos de renda *per capita* familiar, em 2000, tinha 10% de idosos, enquanto os mais pobres apenas 2%.

O fato mais notável, entretanto, quando se observa a distribuição de renda da população idosa, na última década, é diminuição, tanto em termos absolutos quanto relativos, dos idosos mais pobres. Por outro lado, aumentaram aqueles com renda domiciliar entre meio

e um salário mínimo e, fundamentalmente, o grupo entre um e dois salários mínimos, onde se situavam, em 2000, 57% dos idosos, contra 38% em 1991. Essas mudanças, provavelmente, devem ter sido causadas pelas políticas de transferência de renda definidas pela Constituição de 1988.

Com base nas estimativas do IBGE, o autor calcula que os 57% dos idosos que podem estar recebendo benefícios dos programas de transferência de renda, 5,6 milhões em 2000, serão 28 milhões em 2050. Cenário que coloca a situação social de parte da população idosa do Brasil como insustentável no futuro. Os contornos dessa situação ficam ainda mais complexos quando se considera que a imensa maioria dos jovens pobres de hoje, poderão ser os idosos pobres de amanhã. Desse modo, ainda que aparentemente possa parecer contraditório no curto prazo, pois são segmentos etários com demandas competitivas de receitas públicas, não se pode pensar as políticas para os idosos, no médio e longo prazos, separadas das políticas para os jovens.

Por outro lado, o sistema de previdência social, no qual, em princípio, haveria uma contrapartida adequada da parte dos futuros beneficiários, precisa se compatibilizar com o padrão demográfico emergente. A situação demográfica é favorável, o número de contribuintes potenciais, em 2010, é quase 10 vezes maior do que os idosos. A dificuldade, então, não se encontra, neste momento, nas relações intergeracionais, mas na grande maioria da PIA que não contribui, gerando graves problemas para o seu financiamento (BRITO, 2007b).

O Censo de 2000 mostra uma relação entre população ocupada e população contribuinte muito desfavorável à política previdenciária. Praticamente, a metade dos ocupados não contribuía para a Previdência.

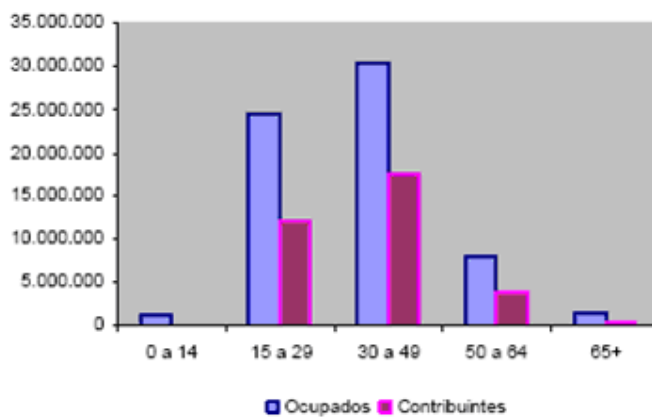


Gráfico 21 - População Ocupada e Contribuinte: Brasil (2000)

Fonte: Brito (2007b).

O cenário para a definição das políticas de previdência social, em particular, e da seguridade social, mais amplamente, não pode deixar de levar em conta quem são os idosos hoje e como serão no futuro, do ponto de vista da sua renda. Mesmo atualmente, quando a dimensão absoluta da população idosa, vis a vis a da população em idade ativa, ainda não é tão relevante como será no futuro. Só por isso, a situação dos idosos ainda pode ser minimizada pelas políticas de transferência de renda definidas pela Constituição.

Brito (2007b), com base nos resultados da PNAD (2007), reconhece que o envelhecimento é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que aumenta a vulnerabilidade desse grupo populacional. Nesse sentido é que as políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade. A pesquisa aponta quatro políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa (previdência e assistência social), saúde, cuidados de longa duração e a criação de um entorno favorável (habitação, infra-estrutura, acessibilidade, etc).

Dentro do grupo de focalização das políticas públicas para o aproveitamento da janela de oportunidade demográfico devemos considerar, também, a questão de desigualdade de gênero e raça. O que se justifica, conforme visto anteriormente, pela significativa participação das mulheres e negros na PEA brasileira. O que significa dizer que aumentar os gastos governamentais em projetos direcionados para esse grupo populacional poderá contribuir para a redução da razão de dependência total quando o processo de transição demográfica estiver completo.

Conforme CEPAL, PNUD e OIT (2008) o Brasil dispõe de um quadro institucional direcionado especificamente para o combate à discriminação de gênero e de raça. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, com a finalidade de estabelecer iniciativas em prol da melhoria da vida das brasileiras, por meio de ações transversais em todos os âmbitos do governo federal. Nesse mesmo ano foi redefinido o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, atualmente composto por representantes de 20 entidades da sociedade civil, de 13 ministérios e por três mulheres com notório saber nas questões de gênero.

Existe, também, um quadro institucional ligado às políticas de igualdade racial. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), também vinculada à Presidência da República, com os objetivos de promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela

discriminação; acompanhar e coordenar políticas em prol da igualdade racial, acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados nacionais e internacionais e cuidar do cumprimento de acordos e convenções assinados pelo Brasil.

Além disso, há a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, instituída em 2004 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. De caráter consultivo, ela tem como objetivo estimular políticas públicas para a igualdade de oportunidades e de tratamento e lutar contra todas as formas de discriminação no ambiente profissional. Também estão previstas a implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho, com atenção especial para mulheres, população negra, jovens, idosos, pessoas vivendo com HIV/Aids e pessoas com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitória que possibilitou o controle da mortalidade e a autolimitação da fecundidade é a mais pura expressão do avanço da ciência e do autoconhecimento do Espírito, instrumentos de emancipação da espécie humana. A transição demográfica veio demonstrar que a racionalidade humana está acima das pequenas armadilhas da natureza, das forças sobrenaturais e das credências religiosas.

O aumento da esperança de vida ao nascer permite que mais pessoas atinjam idades avançadas. A grande responsável por isso foi a queda da mortalidade em todas as idades, resultado de políticas econômicas e sociais que possibilitaram uma melhoria generalizada das condições de vida, em geral, e de saúde em particular. Conforme Camarano (2004) no caso da população brasileira, tem-se observado desde a segunda metade dos anos 1950, embora de forma desigual, maior acesso a serviços médicos preventivos e curativos, a tecnologia médica avançada, a água tratada, a esgoto e saneamento, a escolaridade, etc.

As perspectivas que se vislumbram para o médio prazo são de continuação da redução da mortalidade em todas as idades, em especial nas avançadas. Uma das possibilidades tidas como certas para o futuro próximo é o crescimento a taxas elevadas do contingente de idosos vivendo mais tempo. O desafio que se coloca é encontrar caminhos para que se possa comemorar a grande conquista social que é o fato de cada vez mais pessoas terem a sua vida alongada. Camarano (2006, p. 589) com base em documento das Nações Unidas, acrescenta: “adicionar qualidade de vida aos anos adicionados”. Segundo a autora, o ponto de partida para se pensar essa questão é levar em conta a heterogeneidade do segmento idoso. Partindo da hipótese de que esse grupo experimentou trajetórias de vida diferenciadas, as quais afetarão as suas condições de vida na etapa final. Tais trajetórias são fortemente marcadas pelas desigualdades sociais, regionais e raciais presentes no país. As políticas sociais podem reforçar ou atenuar essas desigualdades, bem como os mitos, os estereótipos e os preconceitos em relação à população idosa. O envelhecimento pode ser visto, portanto, como uma conquista ou um problema social, dependendo da maneira como a sociedade escolhe lidar com ele.

Brito (2007b) afirma ser decisivo, para equacionar a questão dos idosos, uma rigorosa política de investimentos no curto prazo na população jovem pobre, com o objetivo não só de garantir a sua sobrevivência hoje, como pobre, mas, principalmente, que crie condições para a

sua mobilidade social, possibilitando a sua definitiva inclusão social, no futuro. Camarano (2004) corrobora esta idéia ao concluir que uma política para a população idosa deve estar inserida em uma política de desenvolvimento sustentável, objetivando aumentar o bem-estar de toda a população. Os idosos não vivem isolados e o seu bem-estar está intimamente ligado ao da sociedade como um todo.

A elevada desigualdade em nosso país é estrutural e está relacionada tanto com diferentes condições de acesso à educação e aos recursos e ativos produtivos quanto com problemas de funcionamento do mercado de trabalho. Em razão da discriminação, a pobreza e a desigualdade tendem a afetar de forma mais negativa ou severa grupos como mulheres e negros. São, portanto, necessárias políticas públicas e privadas de apoio à igualdade de gênero e de raça para melhorar a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social de mulheres e negros – e em especial das mulheres negras. Faz-se urgente melhorar o acesso aos recursos produtivos e combater todas as formas de discriminação que impedem o ingresso no mercado de trabalho ou que tornem a inserção profissional mais precária. Uma política de igualdade de oportunidades é fundamental para aumentar o nível de ocupação das mulheres e dos negros, melhorar a qualidade dos seus empregos, assim como de outros grupos discriminados, e, dessa forma, criar um mercado mais inclusivo e equitativo.

O governo atual assumiu a tarefa de reduzir a extrema pobreza e a fome e a liderança desta tarefa coube ao Programa Bolsa Família (PBF). José Eustáquio Alves (2009) alerta para o perigo de manter a população eternamente tutelada e dependente da ajuda governamental. Segundo o autor, o PBF precisa se articular com uma política de geração de emprego decente (formalizado) especialmente para mulheres e jovens. Para que o país consiga romper com o “ciclo de pobreza intergeracional” é preciso que a família não seja tutelada pelas políticas públicas, mas consiga uma mobilidade social por meio de uma inserção produtiva no mercado de trabalho, com fortalecimento do capital social das famílias e com os indivíduos recebendo com justiça pelo trabalho que contribui para o desenvolvimento coletivo.

Marques (2008) apresenta uma questão relevante sobre o PBF quando se refere ao plano teórico das políticas sociais: é o fato de o Bolsa Família não se constituir um direito. Trata-se de um programa, decorrente da política de um determinado governo. A autora enfatiza, ainda, que o PBF não consegue resolver o problema de desigualdade social do país, uma vez que o programa não é acompanhado de mudanças que alterem a forma da reprodução e da distribuição da riqueza no Brasil, o que aumenta, portanto, a probabilidade de que, no futuro, a população-alvo do Programa Bolsa Família venha a aumentar.

Apesar da baixa capacidade do PBF gerar capital social, os resultados do programa no que diz respeito ao aumento do volume de recursos transferidos às famílias pobres são incontestáveis. Entretanto, o sucesso na redução da pobreza e da fome não pode ser considerado como objetivo final, mas como um meio para se chegar a uma verdadeira emancipação das parcelas socialmente excluídas da população (ALVES, José Eustáquio, 2009). Argumentação que vai ao encontro do pensamento de Amartya Sen:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p. 28).

Pelo lado demográfico, nunca na história do Brasil as condições foram tão favoráveis para romper o círculo vicioso da pobreza. Na primeira metade do século XXI, o Brasil terá uma população crescendo a taxas cada vez menores, com aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar e menores razões de dependência, com aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e com aumento um número crescente de homens e mulheres com maior escolaridade e, portanto, maior potencial produtivo. A queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida significam anos de vida mais longo e que podem se transformar em capital humano a serviço da elevação do padrão de vida e do aumento do capital social.

Contudo, as condições favoráveis, surgidas da dinâmica demográfica, devem ser seriamente levadas em conta na definição das políticas públicas. Uma redefinição de prioridades, tendo em vista o novo padrão demográfico, na alocação de recursos, garantindo ganhos sociais e econômicos mais elevados, a médio e longo prazos, é uma necessidade urgente. Conforme Wong e Carvalho (2005) o bônus está presente somente no lado demográfico da equação população-desenvolvimento. Os autores concluem que no caso brasileiro, muitas das oportunidades já foram perdidas, porque políticas apropriadas não foram implementadas a tempo. Um exemplo refere-se à baixa qualidade do ensino dado aos jovens brasileiros, pertencentes a coortes relativamente menores, que hoje estão às vésperas de ingressar no mercado de trabalho.

Camarano (2006, p. 329) questiona: “o que se pode esperar para os jovens do futuro?” Como apresentado no capítulo 2, o contingente de jovens caminha para uma redução. Essa desaceleração pode ser favorável à melhor inserção dos jovens tanto na escola quanto no

mercado de trabalho, reduzindo a “pressão demográfica”. A autora argumenta, contudo, que não se conhece alguma evidência empírica que associe baixas taxas de crescimento populacional a baixas taxas de desemprego. As experiências da Itália e da Espanha são no sentido contrário: baixíssimo crescimento populacional acompanhado de altíssimas taxas de desemprego. A redução da fecundidade em quase todos os países em desenvolvimento é um fato, mas o aumento da pobreza também é uma realidade mundial. A vida dos jovens do futuro dependerá da forma como a sociedade optar por lidar com as oportunidades que a demografia nos abre no presente.

As oportunidades oferecidas pelas melhores condições demográficas só serão plenamente aproveitadas se altos níveis de emprego, com aumento de produtividade, forem alcançados. Uma população com maiores níveis de escolaridade e com igualdade de gênero no acesso à escola é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais próspera e mais justa. Neste sentido, o Brasil avançou muito nas últimas décadas, mas ainda tem um longo caminho para trilhar.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 152 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____. Mitos e realidade da dinâmica populacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 1-24. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/mitos%20e%20realidade%20da%20dinamica%20populacional.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

_____. A Polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. **Textos para discussão**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, n. 4, 56 p., 2002.

_____. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. **APARTE - Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, 06 dez. 2004a. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2008.

_____. Questões demográficas: fecundidade e gênero. **Textos para discussão**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, n. 9, 42 p., 2004b.

_____. Cenários para o crescimento da população brasileira: a diferença que um filho faz! **APARTE - Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, 22 set. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/cenarios_crescimento_da_pop_dif_um_filho_faz_set07.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2009.

_____. A transição demográfica no Brasil: desafios e oportunidades. In: A TRANSIÇÃO DEMOGRAFICA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES, 2008, Higienópolis. **Anais...** Higienópolis: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. 13 p. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Bolsa Família: Tutela ou Emancipação? **APARTE - Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2009. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/.../bolsa_familia_tutela_ou_emancipacao_11jul09.pdf> Acesso em: 12 jul. 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz; BRUNO, Miguel. A. P. População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: Como aproveitar a Janela de Oportunidade Demográfica? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006. p. 1-32. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_302.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

ALVES, José Augusto Lindgren. A conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento e o paradigma de Huntington. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.12, n.1/2, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/alves.doc>. Acesso em: 14/06/2008

ARBACHE, Jorge S. Pobreza e Mercados no Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

BECKER, G. An economic analysis of fertility. In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. (Ed.). **Demographic and economic change in developed countries**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1960.

BELTRÃO, Pedro Calderan. **Demografia: ciência da população; análise e teoria**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

BRITO, Fausto. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a Sociedade. **Textos para discussão**. Belo Horizonte, n. 318, 28 p., 2007a.

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. In: Seminário População, Pobreza e Desigualdade, 2007. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2007b. p. 1-27. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_958.pdf> Acesso em: 06 ago. 2008.

_____. A transição demográfica no contexto internacional. **Textos para discussão**. Belo Horizonte, n. 317, 29 p., UFMG/CEDEPLAR, 2007c.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de; TURRA, Cássio Maldonado; QUEIRÓZ, Bernardo Lanza. A Transição Demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, 2008. p. 19-62. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/publicacoes/demografica.php>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

CACCIAMALI, Maria C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO D. ; VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406-422.

CAMARANO Ana. Amélia. **O envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

_____. E a vida se alonga além dos 60: como? In: _____ (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 587 a 594

_____. Considerações finais: Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? In: _____ (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A; KANSO, S. Dinâmica da População Brasileira e Implicações para a Previdência Social. In: TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio. (Orgs.). **Previdência no Brasil: Debates, dilemas e escolhas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. p. 95 a 138.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

COALE, A., HOOVER, E. **População e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 31. Ed. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 2002.

IBARRA, Antonio. **Pobreza, distribuição de renda e mercado de trabalho; 1990-2006**. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/mercadodetrabalhoIbarra.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: fecundidade e mortalidade infantil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Tábuas completas de mortalidade: 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1275&id_pagina=1>. Acesso em: 12/07/2008

KEYNES, John Maynard Keynes: **economia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o Princípio da População**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 237-243, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5284/4323>>. Acesso em: 16/05/2009

MASON, Andrew. Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. In: UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON SOCIAL AND ECONOMIC IMPLICATIONS OF CHANGING POPULATION AGE STRUCTURES, 2005, Cidade do México. **List of Papers...** disponível em: <http://www.un.org/esa/population/meetings/Proceedings_EGM_Mex_2005/mason.pdf>. Acesso em: 10 maio 2008.

MENEZES, Roberto; RIBEIRO, Cláudio. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 42-55, jan./jun. 2008.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PATARRA, Neide. Tendências e Modalidades Recentes das Migrações Internas e Distribuição Populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste. In: QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE, 2004, Recife. **Anais...** Fortaleza: FGF, 2004. p. 50-63. Disponível em: <http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/05_NeidePatarra.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.

PINHEIRO, A. Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. **Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

REGO, José M.; MARQUES, Rosa Maria. (Orgs.). **Formação Econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

RIOS-NETO, Eduardo L.G. Questões emergentes na demografia brasileira. **Textos para Discussão**, Belo Horizonte, n. 276, 51 p. UFMG/CEDEPLAR, 2005. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20276.pdf>>. Acesso em: 15/09/2008

SARTORIS, A.; SOUZA, J. M. Interações entre Economia e Demografia: As previsões da Teoria e o Caso Brasileiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ALAP, 2004. p. 1-11. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_299.PDF>. Acesso em 10 abr. 2008.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Luiz Eduardo S. **Elementos de Demografia Econômica**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TAFNER, Paulo (org.). **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://en.ipea.gov.br/index.php>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

TURRA, C., QUEIROZ, B. Before it's too late: demographic transition, labour supply, and social security problems in Brazil. In: UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON SOCIAL AND ECONOMIC IMPLICATIONS OF CHANGING POPULATION AGE STRUCTURES, 2005, Cidade do México. **List of Papers...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/TurraQueirozJaneiro2006.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

WONG, L., CARVALHO, J. A. M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. In: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 25., 2005, Tours. **Anais...** Campinas: ABEP, 2005. 27p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Wong.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.